

A Gestão do Património Cultural no Concelho de Almada: Novas Abordagens

José Maria Cortez

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Versão revista após provas públicas

Julho, 2020

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica da Doutora Leonor de Medeiros

À Matilde,
À avó Mina,
Ao tio Ricardo,
e inevitavelmente, à minha mãe.

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação representa um fechar de ciclo que iniciei em 2014, ao ingressar na licenciatura de Arqueologia. Um percurso que, ao longo destes anos, tantas vezes senti ser perpetuamente interminável, pautado por momentos de dúvida e incerteza. A conclusão deste capítulo atesta ao meu trabalho, dedicação e determinação, contudo, é inegavelmente também resultado do apoio e dedicação de todos aqueles que contribuíram com o seu tempo, paciência, conhecimento e carinho, e a quem devo um agradecimento perpétuo.

Em primeiro lugar, um enorme agradecimento à minha orientadora, a Prof. Dr.^a Leonor de Medeiros, que depositou a sua confiança em mim, que me deu palavras de encorajamento quando mais delas precisava e que sempre teve a paciência para os avanços, recuos (e círculos) pelos quais a escrita desta dissertação me levou. Obrigado professora.

À Divisão de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal de Almada, na pessoa da Ângela Luzia, pela disponibilidade e, acima de tudo, pela sinceridade e transparência das nossas conversas. Aos técnicos do Museu Naval de Almada por me terem acolhido na biblioteca com a melhor vista sobre o Tejo e por terem sido inesgotáveis na disponibilização de bibliografia.

Ao Dr. Francisco Silva, do Centro de Arqueologia de Almada, por me ter permitido discutir e aprender com ele, e pelo acesso aos dados da Carta do Património Cultural de Almada.

À Prof.^a Catarina Tente, ao Prof.^o André Teixeira e ao Prof.^o José Bettencourt pela oportunidade de poder ter trabalhado ao vosso lado, mas acima de tudo pelas infindáveis memórias, experiências e aprendizagens que sempre estimarei.

Aos meus amigos e amigas que foram inexcedíveis no seu apoio e encorajamento e sem os quais esta dissertação teria sido certamente entregue mais cedo, mas cuja ausência na minha vida me deixaria infindavelmente mais pobre.

Aos meus avós, tios e família alargada por sentir que nunca perceberam bem o que era isto de Arqueologia, mas mesmo que achassem que estudava dinossauros foram sempre os primeiros a exprimir o seu apoio e carinho. Um eterno obrigado.

Às minhas irmãs. À Maria do Carmo, que nasceu quando este percurso se iniciou, pela alegria e curiosidade contagiante com que colore a nossa vida. À Matilde, que nunca não esteve lá, pela eterna paciência, carinho, amizade e amor. És a melhor.

Ao meu tio Ricardo porque pai não há só um, por me puxar a ser sempre a minha melhor versão, mesmo que as suas tentativas de me explicar que os prazos não acabam no último dia sejam infrutíferas.

À minha avó Mina por espicaçar a minha curiosidade como ninguém, por partilhar comigo o seu amor pela história e pela literatura, e pelo seu interminável amor e carinho
E à minha mãe, para quem não há palavras. Sem ela nada disto seria possível.

A Gestão do Património Cultural no Município de Almada: Novas Abordagens

José Cortez

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Histórica Urbana; Património Cultural; Almada;

Esta dissertação desenvolve-se em redor de uma nova abordagem à gestão do património cultural em Almada, assente no conceito da Paisagem Histórica Urbana (PHU), ecoando as correntes do pensamento crítico do património, informada por uma análise da sua evolução e enquadrada pelo pano de fundo da complexa matriz histórica e cultural do concelho.

A desconstrução do conceito de património e a reconstrução do seu percurso, da emergência no ocidente moderno ao globo pós-moderno, evidencia não só as ideias e as relações de poder que ainda hoje dominam a sua prática, mas também as novas correntes que a desafiam. É destes espaços criativos de conflito que surge a abordagem da Paisagem Histórica Urbana. Esta, apresentada pela UNESCO, destaca-se graças a uma metodologia bem construída e a ampla literatura. A análise da sua evolução permite (re)traçar o seu percurso multidisciplinar, que resulta na criação de uma abordagem contemporânea integradora do património urbano, em sintonia com a crescente consciencialização do impacto do património cultural. O estudo das ferramentas desenvolvidas no âmbito da abordagem da PHU permitiu adquirir um maior conhecimento sobre como adaptar uma proposta de gestão do património a uma visão que privilegia os valores patrimoniais e a participação cidadã.

O estudo da evolução das paisagens históricas de Almada permite-nos observar a dicotomia entre o litoral fluvial e o interior norte rural, que veio a definir as ocupações humanas no território. Pelo menos até ao século XIX quando o litoral fluvial toma a dianteira, nos ombros da indústria e do comércio, e caminha para a Almada que hoje conhecemos. Os resultados do estudo da gestão municipal do património cultural de Almada evidenciam a ausência de estratégia, à qual se associa o exercício top to bottom, a carência de planeamento e a falta de convergência com novas propostas críticas do património, nomeadamente a PHU.

Procurou-se aplicar os conceitos, metodologia e ferramentas aqui abordados à realidade do concelho. À metodologia da abordagem da PHU foi adicionado um “novo primeiro passo”, orientado para a capacitação e formação sobre conceitos, teorias e propostas críticas do património. Os passos seguintes, definidos pela abordagem da PHU como os Seis Passos Críticos, foram adaptados para responder aos desafios e potencialidades específicas do concelho. A investigação aqui apresentada resulta num conjunto de propostas metodológicas que oferecem aos atores políticos e locais um caminho para o desenvolvimento de uma nova abordagem da gestão do património cultural em Almada.

The Cultural Heritage Management in the municipality of Almada: New Approaches

José Cortez

KEYWORDS: Historic Urban Landscape; Cultural Heritage; Almada

This thesis proposes a new approach to management of cultural heritage in Almada, based on the concept of the Historic Urban Landscape (HUL), reflecting the critical heritage thinking schools of thought, informed by an analysis of its own evolution and framed by the complex historical and cultural matrix of the municipality.

The deconstruction of the concept of heritage and the rebuilding of its path, from the modern West to the post-modern globe, shines a light on the ideas and relationships of power that still dominate its practice, but also on the defiant new streams of thought. It is from these spaces of creative conflict that the HUL approach emerges. Developed by UNESCO, it stands out on the merits of a soundly built methodology and bibliography. An analysis of its evolution allowed us to retrace the multidisciplinary path which results in the conception of a contemporary integrative urban heritage approach, in tune with the growing awareness of cultural heritage's impact. The study of the tools proposed in the HUL approach allowed us to acquire further knowledge on adapting a heritage management proposal to a perspective that privileges heritage value and citizen participation.

The analysis of Almada's historical landscapes has allowed us to observe the dichotomy between the river coast and the rural northern interior which has come to shape human settlement in the municipality. At least until the 19th century when the river coast, standing on the broad shoulders of industry and trade, began to progress into the Almada we know today. The results of the study on the municipal heritage management in Almada highlight the absence of strategy, as well as a top to bottom practice, a need for planning and a lack of convergence with current critical heritage proposals, such as HUL.

The concepts, methodologies and tools approached here were adapted to Almada's reality. To the HUL approach methodology, a "new first step", directed at training and qualification on critical heritage concepts, theories, and proposals. The following steps, defined in the HUL approach as the Six Critical Steps, were all fitted to answer the municipality's challenges and potential. The investigation presented here results in a set of methodological proposals that offer, to political and local agents, a path towards a new approach to cultural heritage management in Almada.

Índice

I. Introdução.....	13
1.1. Apresentação	13
1.2. Objetivos.....	14
1.3. Estado da Arte	15
1.4. Metodologia.....	21
1.5. Organização de conteúdos	22
II. Património: do cânone ocidental ao diálogo comunitário.....	23
2.1. Quando é que o património se torna património?.....	24
2.1.1. Uma nação, um estado, um passado comum	25
2.1.2. Burocratas e especialistas	26
2.1.3. O <i>boom</i> global	27
2.2. Património: uma incerteza pós-moderna?	29
2.3. Dialogar na incerteza: autenticidade contemporânea	32
III. Paisagem Histórica Urbana – dialogar no palimpsesto da cidade	35
3.1. Do material que nos rodeia aos valores que nos definem.....	35
3.2. Na esteira de Bandarin e Van Oers: a Paisagem Histórica Urbana	38
3.3. Uma abordagem contemporânea: economia, sustentabilidade e cidadania.....	39
3.4. Da teoria à ação: estratégias e ferramentas.....	41
3.4.1. Ferramentas financeiras	44
3.4.2. Mapeamento cultural	46
3.4.3. Nova arqueologia urbana.....	48
IV. Almada e as suas paisagens ao longo da História	51
4.1. A paisagem Pré-Histórica	52
4.1.1. Os caçadores recolectores.....	52
4.2. As comunidades agropastoris	54
4.2.1. O advento metalúrgico: a Idade do Cobre	55

4.1.4. O proto urbanismo e os contactos mediterrânicos: A Idade do Bronze	57
4.1.5. A urbe e as relações fenícias: a Idade do Ferro	58
4.2. O período clássico: a presença romana.....	60
4.3. Da queda de Roma a Al-madan.....	61
4.4. Almada medieval e as suas gentes.....	63
4.4.1. Almada fronteiriça e os seus quotidianos	63
4.4.2. O revitalizar comercial e a Baixa Idade Média	65
4.4.3. A alvorada moderna e a expansão marítima.....	66
4.5. Almada moderna e o mundo global.....	69
4.5.1. Almada no globo: riqueza agrícola e comercial	69
4.6.2. A complexificação do território de Almada e seu Termo	72
4.5.3. A vila de Almada e o terramoto de 1755.....	75
4.6. A génese industrial e o declínio agrícola.....	79
4.7. Almada republicana e operária	86
V. Um olhar sobre a gestão do património em Almada	97
5.1. Agir, reagir e investir: património em Almada	97
5.2. Gerir patrimónios: expectativas, frustrações e conquistas.....	104
VI. Uma nova perspetiva de gestão municipal do património cultural	111
6.1. Os seis que passam a ser sete.....	112
VII. Conclusão.....	122
VIII. Bibliografia	129
IX. Anexos.....	142
Anexo A.....	142
Anexo B.....	143
Anexo C.....	144
Anexo D.....	145
Anexo E.	146

Anexo F.	147
Anexo G.....	148
Anexo H.....	149
Anexo I	150
Anexo J.....	151
Anexo K.....	152
Anexo L	153
Anexo M.....	153
Anexo N.....	154
Anexo O.....	154
Anexo P.	155
Anexo Q.....	155
Anexo R.....	156
Anexo S.	156
Anexo T.	157
Anexo U.....	157
Anexo V.....	158
Anexo W.....	158
Anexo X.....	159
Anexo Y.....	160

I. Introdução

1.1. Apresentação

A presente dissertação, realizada no âmbito da componente não letiva de mestrado em Arqueologia, tem como objeto de estudo as estratégias e ferramentas de gestão do património cultural no concelho de Almada, analisando esses aspetos sob uma moldura conceptual crítica em estudos do património e propondo melhorias através da aplicação da abordagem da Paisagem Histórica Urbana (PHU). (UNESCO, 2011).

O pensamento sobre o património tem conhecido uma importante evolução e a sua teorização crítica, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, tem progressivamente reconhecido a relevância da diversidade cultural e da participação social na construção do património, e no desenvolvimento de abordagens de conservação e gestão. A afirmação da Cultura como “fundamental para a Agenda 2030” (UNESCO, 2018) das Nações Unidas, contribuindo de forma transversal para todos os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS¹), vem refletir o crescente reconhecimento da Cultura, nas suas mais variadas expressões, como um elemento essencial para o dinamismo económico, para a inclusão social e cultural, para o exercício democrático e da cidadania, e para o desenvolvimento sustentável.

O património cultural, que encerra em si o património histórico e arqueológico, tem conhecido novas e disruptivas abordagens, entre as quais a Paisagem Histórica Urbana. Estabelecida em 2011, foi assim definida na Recomendação da PHU da UNESCO: “*A paisagem histórica urbana é a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de "centro histórico" ou de "conjunto histórico" para incluir o contexto urbano mais abrangente e a sua envolvente geográfica. (...)*” (UNESCO, 2011). Primeiramente introduzida em 2005, no Memorando de Viena, esta abordagem é herdeira de anteriores documentos, de

¹ Os ODS sucedem aos Objetivos do Milénio (ODM), alargando os desafios que devem ser abordados para erradicar a pobreza e abarcar um vasto leque de tópicos interrelacionados, nas dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas é constituída por 17 ODS e foi aprovada em setembro de 2015 por 193 membros, resultando do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas. (ONU, 2020).

ambos a UNESCO e o ICOMOS², assim como do desenvolvimento dos estudos críticos do património. A moldura conceptual da PHU é marcado pela obra de Francesco Bandarin e Ron Von Oers, que propuseram uma nova visão para a relação entre o património, a cidade e as suas comunidades (Bandarin & Van Oers, 2012). Esta abordagem estende as suas metodologias, mecanismos e ferramentas às diversas áreas da gestão patrimonial, promovendo o envolvimento social, a horizontalização dos processos de decisão, o mapeamento cultural como meio de empoderamento cívico e novas perspetivas em relação aos processos de investigação, comunicação e fruição do património arqueológico e histórico.

O território de Almada tem sido palco de ocupações e vivências humanas desde há milhares de anos. Por aqui passaram, ficaram e transformaram-se diferentes comunidades, com diferentes culturas e práticas, deixando a sua marca, do material dos artefactos líticos e de fábricas de betão, ao imaterial do topónimo Al-Madan e da Arte Xávega. Relacionando-se com a natureza e o meio ambiente, construíram realidades orgânicas que se constituíam como pano de fundo para as suas práticas sociais, económicas, políticas, religiosas e culturais, naquilo que definimos agora enquanto paisagens históricas. É sobre este palimpsesto de culturas humanas que se pretende aplicar esta nova abordagem, introduzindo novos instrumentos e mecanismos, promovendo, no pior dos casos, o repensar da abordagem municipal, e, no melhor, uma nova perspetiva para a gestão municipal do património cultural, histórico e arqueológico.

1.2. Objetivos

Deste modo, esta dissertação aponta, primordialmente, à construção de uma proposta de metodologias e ferramentas, desenhada a partir da abordagem da Paisagem Histórica Urbana, informada pelo pensamento crítico do património, pela crítica ao atual modelo de gestão municipal e pela análise das várias realidades que compõem o mosaico histórico e cultural de Almada, que perspetive uma nova forma de abordar a gestão do património cultural, histórico e arqueológico do concelho. Esta intenção nasce da

² Carta de Veneza de 1964 (Carta Internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios); Recomendação UNESCO de 1968 (referente à Preservação de Propriedade Cultural); Recomendação UNESCO de 1976 (referente à Salvaguarda e ao Papel Contemporâneo das Áreas Históricas); o ISCOMOSIFLA de 1982 (Carta Internacional para os Jardins Históricos); a Carta ICOMOS 1987 (Carta para a Conservação de Cidades Históricas e Áreas Urbanas)

experiência de sentir que o património cultural, histórico e arqueológico do concelho se encontra, permanentemente, num estado potencial não concretizado. Paralelamente, surge também pela consciencialização de que despontam por todo o mundo, académico e profissional, nacional e internacional, novas formas de pensar o impacto do património cultural na comunidade, no ambiente, na economia e no exercício cívico.

Como tal, outro dos objetivos prende-se com a caracterização e análise crítica, informada pelos preceitos teóricos e metodológicos da recomendação da Paisagem Histórica Urbana, da abordagem, das orientações e das iniciativas de gestão municipal do património cultural, histórico e arqueológico. É imprescindível que a proposição de uma nova realidade de gestão do património cultural esteja assente na análise crítica e estruturada das circunstâncias que a antecedem e enquadram.

Parte igualmente importante deste trabalho tem que ver com a caracterização da evolução das paisagens históricas do território de Almada e com a consequente sistematização da matriz histórica e cultural do concelho – a estratificação de paisagens, lugares, sítios, vestígios e práticas imateriais. O conhecimento e a comunicação destas evoluções permitem desenvolver narrativas que conectem as realidades e práticas passadas com a contemporaneidade dos habitantes e comunidades do concelho.

Por fim, este trabalho propõe-se a apresentar, a caracterizar e a recomendar a conceção e operacionalização de novas metodologias e ferramentas para a gestão do património cultural, histórico e arqueológico. Num paradigma social, político, cultural e económico em permanente transformação, no qual as estruturas culturais, museológicas e arqueológicas estão ameaçadas por processos globais de homogeneização, é imperativo que novas perspetivas sejam introduzidas na gestão do património cultural, para que este possa ser devolvido, repensado e recriado pela autenticidade contemporânea das comunidades.

1.3. Estado da Arte

O campo científico dos Estudos Críticos de Património³ tem ganho crescente preponderância desde a viragem do milénio. Esta vertente de investigação tem procurado ultrapassar as tradicionais problemáticas dos estudos de património, referentes a questões

³ *Critical Heritage Studies*, na literatura anglo-saxónica.

técnicas de prática e conservação, abordando o património cultural como um fenómeno político, cultural, social e económico. (Gentry & Smith, 2019, p. 1149).

É, hoje, largamente aceite que o património não se define enquanto “coisa” - não é uma entidade à espera de ser descoberta ou identificada, (Wu & Hou, 2015, p. 39) - nem como movimento político ou social, constitui-se antes como um conjunto de atitudes e relações, com e em relação ao passado (Harrison, 2013, p. 14); um processo de construção social e cultural que medeia um sentido de mudança, cultural, social e política (Smith L., 2006, p. 84); algo constituído e construído, que é, simultaneamente, constituidor e construtor, (Wu & Hou, 2015, p. 39). De igual forma, reconhece-se que as relações com o passado são variáveis e complexas, manifestando-se em práticas incorporadas num conjunto de relações físicas com objetos, lugares e pessoas (Harrison, 2013, p. 14), revelando a intrínseca relação entre o património material e imaterial, entre a realidade tangível e a prática intangível (Bandarin, 2015, p. 12).

A constituição destas relações complexas não ocorre através da simples transmissão do passado, como se de um rio, que corre de montante a jusante, se tratasse. O património é formado no presente – *não existe um passado ou história objetiva após o momento da sua ocorrência* – o passado é sempre representado e construído no presente contexto social e político, (Wu & Hou, 2015, p. 39). Elizabeth Auclair diz-nos que as memórias, as identidades e os códigos culturais não permanecem estáveis, são constantemente refletidos e renegociados. O património contém traços de práticas passadas e as pessoas escolhem as histórias e memórias a evocar, as narrativas interpretativas a tecer, para facilitar as práticas do presente. Decidir o que herdar é um indicador de desejadas aspirações sociais e identidades culturais. (Auclair & Fairclough, 2015, p. 3).

Foi também objeto de análise crítica o papel do património na construção das identidades comuns e dos imaginários coletivos. O património exprime um conjunto de relações, baseado em símbolos e significados gerados pelas gerações anteriores, através das quais aponta a unir um grupo ou comunidade e a distingui-la de outras. O património fornece a cola cultural que sustenta as ligações sociais no grupo ou comunidade e garante a sua identidade (Auclair & Fairclough, 2015, p. 4). Estas características definem o impacto coletivo do património, contudo, não exprimem o exercício de políticas de memória que resultam na sua utilização para o desenvolvimento de narrativas históricas

oficiais. Ou, como coloca Laurajane Smith, o *discurso autorizado de património*⁴, através do qual as formas de património oficial tendem a reproduzir as hierarquias e as estruturas de poder já estabelecidas. (Gentry & Smith, 2019, p. 1149). Este movimento, crítico do património canónico e ocidental, tem produzido importantes disrupções na própria abordagem das instituições do património oficial. Na sua busca por um modelo dialógico, a academia coincidiu com a UNESCO, que introduzia, em 2011, a Recomendação da Paisagem Histórica Urbana, espelhando nesta muitas das preocupações que caracterizam o estudo crítico do património. A abordagem da PHU é indissociável do trabalho de Francesco Bandarin e Ron Von Oers, que, entre 2012 e 2015, nas obras “The Historic Urban Landscape: Managing Heritage in the Urban Century” e “Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape approach and the future of Urban Heritage”, propuseram uma nova visão para a relação entre o património, a paisagem urbana e as comunidades que a habitam.

Partindo da visão de Oliver Mongin - a condição urbana constitui-se de dois elementos indelévels e complementares: a entidade física, a *urbs*, a cidade em si, e o seu contraponto simbólico, a *civitas*, a negociação coletiva de uma comunidade que habita e coexiste num espaço comum - Bandarin e Von Oers definem a cidade, palco da Paisagem Histórica Urbana, como lugar que adquire a sua identidade através de um contínuo processo histórico de negociação entre diferentes grupos e comunidades (Bandarin & Van Oers, 2012, p. 6). A cidade como lugar vivo, onde o património está enraizado no tempo e no espaço e é, consequentemente, baseado em pessoas, específico ao sítio, sensível ao local, contextualizado na comunidade (Auclair & Fairclough, 2015, p. 1), e onde o espaço edificado só poder ser compreendido em relação à sociedade viva e aos seus processos de memória, de identidade e de mudança, (Bandarin, 2015, p. 1).

Reconhecesse que a conservação do património urbano se tem tornado um alvo móvel para o qual a estática abordagem monumental, herdada do século passado, é totalmente inadequada, ou talvez mesmo destrutiva (Bandarin & Van Oers, 2012, p. 7); que preservar distritos urbanos com base num critério arquitetural não impede a mudança, pelo contrário, porque leva a processo de gentrificação, na verdade, acelera-a. (Taylor, 2015, p. 190). Constrói-se, a partir destas premissas, a abordagem da PHU: *uma ferramenta para projetar as ideias de conservação urbana para o século XXI*. A apologia pelos valores a conservar, pelo património a salvaguardar, os processos a controlar e gerir

⁴ No inglês original: Authorized Heritage Discourse (AHD). (Smith L. , 2006)

devem partir de propostas que reconheçam as comunidades e as pessoas que vivem esse património todos os dias. (Bandarin & Van Oers, 2012, p. 4). Esta abordagem propõe-se a desafiar os processo de mercantilização da cidade, de que Niahm Moore nos avisou, consequentes de estratégias de empreendedorismo e elitização (Moore, 2007, p. 98), e a agir sobre a premissa de que o património só é viável em comunidades vivas, mas sob o qual raramente se atua (Lowenthal, 2004, p. 25).

Em Portugal o tema da PHU, ainda que pouco o explorado e até à data não aplicado, foi abordado na sua relação com as ferramentas de gestão e planeamento de território, propondo que os dispositivos de gestão territorial municipal, enquadrados e englobados na figura do Plano Diretor Municipal (PDM), são capazes de incorporar e refletir a abordagem da PHU (Tarrafa Silva, 2017). Destacam-se ainda as reflexões sobre o potencial da abordagem da PHU não só nas paisagens de Património Mundial, nomeadamente em Coimbra (Capela de Campos & Murtinho, 2018) e Porto (Cunha Ferreira & Silva, 2019, p. 420), mas também, pela sua conceção holística e horizontal, em variados contextos urbanos.

Assumindo-se o objetivo da “construção de uma proposta de metodologias e ferramentas, desenhadas a partir da abordagem da Paisagem Histórica Urbana (...)”, acredita-se que, ainda que não especificada nas premissas da abordagem da PHU, é indispensável, para a proposição de uma nova visão holística, integradora e que envolva as comunidades, compreender as paisagens históricas que compõe a matriz cultural, histórica e arqueológica do concelho. A sistematização dessa matriz é um importante recurso para o empoderamento das comunidades e para a promoção da diversidade cultural. Construir um imaginário evolutivo das paisagens históricas do atual concelho de Almada é percorrer as várias literaturas que se debruçam sobre a história e a arqueologia deste território. A partir destas descobrimos que Almada tem sido palco de descobertas arqueológicas essencialmente a partir dos anos de 1970 e, com especial enfoque, a partir dos anos 80, graças ao trabalho de Centro de Arqueologia de Almada e depois, a partir dos ano 90 em diante, através do trabalho do Museu Municipal de Almada e das respetivas equipas de arqueologia.

É impossível falar de Pré e Proto História em Almada sem referir a incontornável *Introdução à Pré e Proto História de Almada*, de Luís Barros, Este livro apresenta uma importante narrativa destes períodos, introduzindo as ocupação paleolíticas das arribas norte e oeste do concelho, transitando pelo apogeu do povoado da Quinta do Almaraz, na Idade do Bronze e do Ferro, até aos complexos proto industriais romanos em Cacilhas

(Barros, 1998). A Pré-história antiga, do Paleolítico ao Neolítico, é também abordada em (Duarte & Barros, 1984). O estudo da Proto-História, nomeadamente das comunidades fenícias e do sítio da Quinta do Almaraz, granjeia de vários contributos para o seu estudo. O povoado do Almaraz, associado a condições naturais e estratégicas de defesa (Barros & Henriques, 2002b) (Olaio, 2015), dominava a paisagem do território almadense, pelo qual se distribuíam pequenas comunidades agropastoris (Olaio, 2018), e apresenta paralelos com a margem norte do Tejo (Arruda, 2015). O berço da atual Almada tinha um vibrante vida económica, da agricultura à metalurgia (Barros, 2001), também assente na ligação ao rio (Arruda, 1999/2000) (Barros & Henriques, 2002a), onde se explorava o ouro aluvial, depois usado nas trocas comerciais com os povos mediterrânicos, no local da Quinta do Marcelo (Barros, 1996).

Na entrada para o período romano, o Almaraz perde influência à medida que cresce o núcleo de Cacilhas, ligado ao intenso comércio marítimo (Barros, 1998), (Barros & Henriques, 2002b). Os romanos, ao longo de vários séculos de presença (Dias & Gomes, 2014), deixariam um longo legado patrimonial (Dias, 2013). Os portos de Cacilhas e Porto Brandão assumem um importante papel comercial, aumentado pela instalação de unidades industriais piscícolas em ambos, com especial enfoque no primeiro (Santos, Sabrosa, & Gouveia, 1996). A economia beneficiava também da produção agrícola e da madeira dos pinhais a sul (Carvalho & Silva e Almeida, 1996).

O período medieval islâmico, que se sucede ao conturbado período da queda de Roma, está bem documentado nas obras de Luís Pequito (Pequito, 2000a) (Pequito, 2000b). É possível caracterizar a realidade da alta e média Idade Média enquanto um período de prosperidade agrícola e comercial, como atestam as evidências arqueológicas da Rua da Judiaria. Também na Quinta dos Castros há evidências dessa bonança (Batalha, Pereira, & Barros, 2006).

Os períodos que coincidem e sucedem à Reconquista são de contração demográfica e comercial (Pequito, 2000a). Lentamente, a caminho dos séculos XIII e XIV, a economia vai se diversificando, graças à agricultura, vinicultura, atividades artesanais e extrativas (ouro da Adiça e sal) (Pequito, 2000b). Almada afirma-se como um entreposto comercial e assiste à expansão urbana da vila (Santos, Pereira, & Barros, 2006/2007) (António, Henriques, & Rosa, 2017), da Caparica, da Ramalha. (Gonçalves E. , 2012) e da Trafaria (Leal, 2013).

Os séculos XV e XVI são períodos de grande prosperidade em Almada, com evidências arqueológicas de luxo (Medici, 2005), onde se registam a expansão de

propriedades e ermidas na Trafaria (Leal, 2013), Sobreda (Francisco et al, 2013), Cova da Piedade (Gonçalves E. , 2012), e surge o Convento dos Capuchos (Fontes, 2014). Alexandre Flores descreve-nos o panorama económico, que inclui agora atividades de transformação (lagares, moinhos, fornos de cal e a Fábrica Saboaria no Porto Brandão) e exportação internacional vinícola (Flores, 2013).

No pós-terramoto de 1755 e na antecâmara do período industrial, ainda que bastante destruída, a vila continua em expansão (Rodrigues, 1999) (Henriques, António, Rosa, & Curate, 2011). A Cova da Piedade começa a surgir, no entreposto com o sul do país e as praias do arco ribeirinho nascente (Flores, 1990). Os territórios da Sobreda (Francisco et al, 2013) e da Trafaria complexificam-se, com o estabelecimento de núcleos administrativos, económicos e, até, militares (Leal, 2013). Estabelecem-se, no areal atlântico, comunidades piscatórias da Beira Litoral e do Algarve, dando origem à Costa da Caparica (Silva F. , 2013).

Almada entra, em meados do século XIX num período de grandes transformações, com o declínio da agricultura e da vinha (Rodrigues, 1999) (Francisco et al, 2013) e com o estabelecimento, nas frentes ribeirinhas, de vários armazéns e fábricas (Gonçalves E. , 2000) (Gonçalves E. , 2012). Contudo, há uma grande carência de equipamentos públicos, de água e saneamento, e habitação condigna, especialmente nos bairros industriais e nas comunidades piscatórias (Gröer, 2006). A industrialização vai ganhando cada vez mais tração, instalando-se em grande escala no Ginjal, Cacilhas, Margueira, Mutela, Caramujo, Outeiro e Cova da Piedade (Gonçalves E. , 2000) (Rodrigues, 2000). Paralelamente desenvolvem-se os transportes, a rede viária e os núcleos que hoje conhecemos aproximam-se da sua contemporaneidade. A Trafaria e depois a Costa da Caparica como destinos de veraneio, Cacilhas como plataforma de pessoas e mercadorias, Almada como núcleo antigo, a Caparica perde protagonismo com a falência do mundo rural, e surgem os bairros do Laranjeiro e Feijó, em resposta à criação do Alfeite (Gröer, 2006) (Rodrigues, 1999) (Rodrigues, 2000). Esta altura coincide também com o desenvolvimento sociocultural e associativo da comunidade almadense (Flores, 2003). Com as associações aparece a discussão política e a atividade operária sindical, por vezes, altamente radical (Simões, 2013a) (Simões, 2013b). A génese do concelho muda definitivamente com a inauguração da Ponte 25 de Abril, em 1966 (Silva A. F., 2018).

1.4. Metodologia

Para este trabalho científico foi aplicada uma metodologia de pesquisa, focada nas fontes escritas, nas fontes cartográficas e em fontes orais, nomeadamente através de conversas com os principais agentes culturais no município de Almada, a Câmara Municipal de Almada e o Centro de Arqueologia de Almada.

A primeira fase correspondeu a uma pesquisa exaustiva, especialmente no acervo bibliográfico da Rede Municipal de Bibliotecas de Almada. No Centro de Documentação, sito no Museu Naval, foi possível percorrer as obras que constroem a caracterização das paisagens históricas do concelho de Almada. Aqui encontra-se o maior acervo de bibliografia associada à investigação histórica e arqueológica do concelho. Conquanto, é necessário referir que para determinados períodos históricos a bibliografia sobre o município é particularmente pobre, resultando numa reduzida consulta e utilização de referências. Acompanhando esta fase foi conduzida uma pesquisa por material iconográfico e cartográfico, indispensável para a construção de uma complexa realidade em constante evolução, na Rede Municipal de Bibliotecas de Almada, assim como na Biblioteca Nacional de Portugal.

De seguida procurou-se explorar a bibliografia referente aos Estudos do Património e à definição do conceito de património. Pretendendo entender o pensamento do património, os seus agentes e poder de agência, e como a sua conceção moldou as abordagens que ainda hoje utilizamos. De igual forma, procurou-se definir os processos sociais, políticos e económicos que consubstanciam a Pós-Modernidade e que consequências se observam e preveem no seu diálogo com o património. Por último, tentou-se definir e caracterizar, na extensão possível, a teorização e aplicação da abordagem da Paisagem Histórica Urbana, inclusive em Portugal.

Para o efeito foi conduzida uma ampla pesquisa, que combina literatura sobre estes temas e documentos oficiais de organizações políticas e jurídicas, nacionais e internacionais. Um importante critério nesta pesquisa foi o respeito pela evolução científica, dando primazia a obras, das últimas décadas, que transmitam os mais recentes desenvolvimentos concetuais e críticos. A utilização de referências mais antigas foi acomodada com vista a complementar a caracterização da evolução do conceito de património. A consulta das várias obras que permitem a investigação desta temática foi (extremamente) dificultada pela quase inexistência de importantes referências neste campo de estudo nas bibliotecas, públicas ou dos estabelecimentos de ensino superior.

Esta realidade será de alguma forma condizente com a falta de trabalhos científicos, em Portugal, sobre estas questões – implicando que a quase totalidade da investigação fosse realizada a partir de literatura anglo-saxónica.

A última parte deste trabalho propõe-se a abordar a atualidade da conservação e gestão do património no município de Almada, como tal foi feita uma intensiva pesquisa por fontes bibliográficas, que pode ser caracterizada como infrutífera. Existe uma ausência brutal de obras que se debrucem sobre a realidade de conservação e gestão do património cultural de Almada. A par deste facto, verifica-se também uma grande lacuna de documentos oficiais municipais referentes à conservação e gestão do património cultural. Tendo em conta esta realidade, a pesquisa foi alargada a um vasto leque de documentos, mormente de origem municipal, de onde fosse possível recolher informações e dados para morosa e difusamente, construir a realidade destas questões no concelho. De forma a aprofundar as informações entretanto recolhidas foram conduzidas reuniões com os serviços municipais e com o Centro de Arqueologia de Almada. Foram insuperáveis a Dr. Ângela Luzia, técnica superior da Divisão de Museus e Património Cultural (DMPC), do Departamento da Cultura da Câmara Municipal de Almada, que tem uma longa e vasta experiência no exercício da abordagem municipal para o património cultural; e do Dr. Francisco Silva, que possibilitou o acesso aos documentos que compõe a muito importante, Carta do Património Cultural de Almada, e que ofereceu uma importante perspetiva da gestão municipal do património cultural. Através destes diálogos foi possível uma mais precisa caracterização da realidade do património no concelho.

1.5. Organização de conteúdos

Este trabalho encontra-se estruturado em seis partes distintas. A primeira corresponde a este capítulo introdutório que tem por objetivo, desde logo, apresentar a dissertação, assim como explicitar os objetivos a que se propõe e a metodologia seguida. Procura também introduzir a atual condição do pensamento concetual de património, apresentar e definir o conceito da abordagem da Paisagem Histórica Urbana, incluindo a sua (reduzida) aplicação em Portugal, e, por fim, abordar a evolução das paisagens históricas de Almada. Esta contextualização informará a definição dos objetivos a atingir neste trabalho.

No capítulo segundo pretende-se explorar os conceitos e as definições de património, assim como a sua evolução ao longo dos últimos dois séculos. É nesta parte do trabalho que serão expostas as molduras conceptuais que, desde o século XIX, moldaram o pensamento ocidental, que tanto influenciaram a Convenção do Património Mundial, e que foram profusamente criticadas nas últimas décadas. É também aqui que se pretende explicitar as novas abordagens conceptuais críticas, emergentes dos debates do pós-colonialismo, da cidadania ativa, da diversidade cultural e da participação social, e a sua relação com realidade contemporânea da pós-modernidade.

O terceiro capítulo consiste na exploração mais aprofundada da evolução e da moldura concetual da Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, da UNESCO. Esta é colocada em diálogo com as abordagens críticas do património. Proposita-se assim que a Recomendação da PHU conjuga efetivamente essas abordagens com os reconhecidos impactos e benefícios do património na economia, na sustentabilidade ambiental e no exercício da cidadania. Explorar-se-ão também as ferramentas e os mecanismos propostos sob esta abordagem, que virão, mais à frente, a informar uma nova visão para a gestão do património em Almada.

É no quarto capítulo que este trabalho se propõe a caracterizar as paisagens históricas de Almada, partindo dos vestígios das primeiras ocupações humanas no território do atual concelho, até meados da década de 60, do século XX, altura da construção da Ponte 25 de Abril.

O quinto capítulo visa determinar e analisar o paradigma da gestão do património no concelho de Almada. Procura-se, através do delinear da evolução das estratégias e ferramentas de gestão e conservação do património, nas recentes décadas, e expondo a sua metodologia atual, apresentar uma análise crítica e informada.

Por último, no capítulo sexto e final, pretende-se aplicar a abordagem da PHU, articulando-a com outras ferramentas de gestão do património em Almada, ambicionando desenvolver uma moldura de trabalho que permita ao município potencializar o seu património, capacitar os seus agentes políticos e técnicos e empoderar as suas comunidades.

II. Património: do cânone ocidental ao diálogo comunitário

2.1. Quando é que o património se torna património?

Nesta parte propomo-nos a (re)construir as origens e a refletir sobre o conceito de património e a sua evolução, ao longo dos últimos séculos. Antes de mais é importante considerar que desde que existem humanos existem vestígios materiais da sua existência, e que desde que existem comunidades humanas existem tradições, histórias, códigos e símbolos que enquadram a sua existência. Estes foram frequentemente objeto de coleção, apropriação e inspiração, mas até ao século XIX não se constituíam, nem eram pensados, como algo perecível, como algo que urgisse salvaguardar, proteger e conservar. A ascensão do conceito de património é indivisível dos processos políticos, sociais e culturais que o rodeiam: é produto dos mesmos, dir-se-ia que é fruto do ar do (seu) tempo.

E o ar do seu tempo, do século XIX, era a modernidade. Esta condição reflete sobre e enquadra as mudanças, políticas, sociais, culturais e económicas que moldaram o Ocidente iluminista oitocentista e que, progressiva, mas definitivamente, se viriam a hegemonizar no século XX. A “ascensão do património” está intrinsecamente amarrada à expansão da ciência, assente na racionalidade iluminista e nas afirmações de verdade objetiva, definida pelo estabelecimento de metanarrativas, (Walsh, 2002), e ao declínio da autoridade religiosa - ao destronar das ideias religiosas medievais acerca da natureza do conhecimento. As narrativas de racionalidade e de progresso assumem um papel central, reforçando e legitimando as expansões colonialistas e imperialistas modernas, (Smith L. , 2006, p. 17). A modernidade e o ocidente tornam-se sinónimos do avanço da história, do capital e do imperialismo, (Butler, 2006, p. 465).

As radicais e rápidas mudanças que se verificam por toda a Europa – a migração urbana e o êxodo rural, a criação de uma nova paisagem industrial, as ideias de nação e de cidadão – são compreendidas de forma inextricavelmente ligada com a compressão do tempo e do espaço, que exacerba as experiências modernas de desenraizamento, de rutura e de distanciamento. (Butler, 2006, p. 465). Smith cita Hobsbawm (1983) para definir o século XIX como um período que requeria “novos dispositivos para garantir ou exprimir coesão social e identidade, e para estruturar as relações sociais”, no qual discursos nacionais e raciais se agregaram e a partir dos quais se naturalizou a ligação entre os conceitos de identidade, história e território. Foi sob esta realidade, de narrativas nacionalistas em desenvolvimento e de modernidade absolutizante, que surge uma preocupação com aquilo que desde então definimos como património. (Smith L. , 2006, p. 18).

2.1.1. Uma nação, um estado, um passado comum

O século de novecentos, na Europa, foi o tempo dos estados-nação. (Sørensen & Carman, 2009, p. 16). Os *jovens* estados-nação, ansiosos por estabelecer para os seus cidadãos um sentimento comum de pertença, traçando um discurso de património, ao longo de imaginações racionais, românticas e coloniais (Butler, 2006, p. 465), procuravam, através de histórias de origem comum, uma História partilhada. (Hortolf, 2010, p. 386). A definição de um “nós” foi a tarefa inacabada dos projetos nacionais. O “nós” nacional era relativamente claro: uma sociedade de crentes, composta por indivíduos unificados e homogéneos, com uma história e um futuro comum. (Gnecco, 2015, p. 264).

Esses sentimentos de narrativas coletivas eram para ser expressos em monumentos que, por sua vez, eram para ser protegidos e geridos para a edificação dos cidadãos, como representações físicas da identidade nacional. (Smith L. , 2006, p. 18). O controlo preciso do património identificável, a ser partilhado pelos cidadãos nacionais, foi um importante elemento da governabilidade do estado-nação, (Hall, 1999), e por meio do qual se estabeleceram e desenvolveram os veículos desse controlo, entre eles, o museu. O “museu” e a “criação” de paisagens de património monumental são, segundo Anderson (1991) creditadas como emblemas-chave da modernidade e da “comunidade imaginada” da nacionalidade (citado em Gnecco, 2015, p. 264). Assentes na sua própria condição moderna, de narrativas de progresso e racionalidade, estas instituições assumiram um papel central no estabelecimento e no controlo de ambas identidades, social e cultural. Estas foram incorporadas nas práticas de coleção e exibição, através das quais se esperaria que as coleções nacionais ecoassem as conquistas e a superioridade da nação que as possuíam. (Smith L. , 2006, p. 18). Origina-se, portanto, um contexto paradoxal onde o património é delimitado por ambos os desejos de “reavivar” (ou como declarou Hobsbawm, “inventar”) a “tradição” e de “nacionalizar” os vestígios monumentais. (Hobsbawm, 1983). O estado-nação, que procurava a legitimação das suas narrativas e monumentos nacionais, beneficiou de uma relação privilegiada com as emergentes “especializações” – nomeadamente, a arqueologia (Sørensen & Carman, 2009, p. 16) – que, por sua vez, beneficiaram enormemente do estabelecimento de museus nacionais, institutos nacionais de investigação e de legislação nacional para artefactos e sítios arqueológicos. (Hortolf, 2010, p. 386).

O desenvolvimento do património enquanto especialização presume um *modus operandi*, um cânone, uma metodologia que, a partir do século XIX (e em diante), se manifestou no conceito de inventário: a divisão e atribuição de valor a expressões materiais (lugares, edifícios e objetos), com base na sua data de criação, no seu estilo e estética e em eventos históricos associados. Estendendo-se para lá do monumento, o inventário foi também adotado pela emergente corrente de pensamento conservacionista, que viu nascer, no fim do século XIX, os primeiros parques naturais. Ao longo do século XIX e inícios do século XX, nascem gradualmente mais sociedades de conservação, inspiradas por escritores e artistas românticos, que idealizavam a conservação natural como a separação de espaços “selvagens” da influência da tecnologia e da comercialização, (Harrison, 2013, p. 45), refletindo um desejo de compensar a crescente mudança em aceleração, um desejo de abrandar transformações, especialmente no ambiente urbano. (Walsh, 2002, p. 72).

O conceito de inventário estabelece, de facto, um padrão, um modelo dominante de património, cultural e natural, repetidamente encenado e reencenado, a nível europeu, e mais tarde também a nível internacional. É precisamente aqui que se começa a definir o conceito de património: a ideia de que certos lugares e paisagens – os mais autênticos, os mais antigos, os maiores, os melhores - precisam de ser conservados para e pelo público, como parte um diálogo alargado sobre o que do passado era importante na formação de um conjunto de valores, para as sociedades no presente. (Harrison, 2013, p. 46).

2.1.2. Burocratas e especialistas

No início do século XX os estados-nação, progressivamente mais burocráticos e centralizados, estendem o seu controlo sobre o património. Assistimos à emergência do controlo e manipulação estatal do património. O património torna-se, como nos diz James Scott (1998), num processo regulatório associado a alto planeamento burocrático moderno, de uma série de projetos estatais interligados, de standardização e gestão, nos quais o “local” se tornou progressivamente subordinado à centralização administrativa. O Estado passa a exercer um controlo cada vez maior, num processo que implica, de forma decisiva, a definição, standardização e categorização do património, enquanto, simultaneamente, expande o número de objetos, edifícios e lugares a serem classificados como tal. (citado em Harrison, 2013, p.46). Esta tendência acentua-se, especialmente a

partir dos anos 60 e inícios dos anos 70, durante os quais podemos referir e reconhecer um conjunto de procedimentos e técnicas, orientadas por legislação nacional e por cartas, convenções e acordos, agora também, internacionais, relacionados com a preservação e a gestão de uma série de sítios e locais de património. (Smith L. , 2006, p. 25).

Este processo, da conformidade do património (enquanto conceito especializado e legalmente definido), que permitiu tirar o património do alcance dos amadores, foi controlado pelos “especialistas”: arqueólogos e arquitetos. (Harrison, 2013, p. 54). Isto porque foram estes especialistas que fizeram lóbi pela legislação e que trabalharam junto da burocracia governamental. Ambas as disciplinas reclamam ter autoridade especial sobre a cultura material, cuja investigação e a própria ética de conservação, desenvolvida no século XIX, foi de igual forma constituída e continuamente reforçada através das molduras epistemológicas de ambas as disciplinas. (Smith L. , 2006, p. 26). Estas mudanças reforçam a conceção do património como algo que emana do passado e que existe em oposição ao presente, como algo que extravasa os limites da compreensão do cidadão comum e, portanto, incompreensível sem o apoio de especialistas. A crescente burocratização separou, efetivamente, o património do plano local e redistribui-o como uma prática profissional nacional controlada pelo Estado. (Harrison, 2013, p. 54).

2.1.3. O *boom* global

A partir de meados da década de 60 e na década de 70 assistimos ao início de um fenómeno conhecido como o *Heritage Boom*⁵, no qual se evidencia o crescimento do turismo de património. O consumo em massa de turismo de património torna-se uma tendência económica e cultural relevante a partir de meados dos anos 70, à medida que o interesse no património e na História aumenta. Este fenómeno surge em simultâneo com a internacionalização do património, por meio de estruturas mundiais, como a UNESCO⁶ e o ICOMOS⁷, responsáveis por Cartas e Convenções, como a Carta de Veneza⁸, de 1964. Este documento reforça a ética conservacionista e enfatiza um dos princípios chave da gestão do património: a importância cultural de um sítio, edifício ou objeto deve determinar o seu uso e a sua gestão. Inevitavelmente, são aqueles que detêm o

⁵ A “explosão” do património.

⁶ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Adiante referida como UNESCO.

⁷ *International Council of Monuments and Sites*. Adiante referido como ICOMOS.

⁸ Carta de Veneza – Sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios.

conhecimento especializado que devem identificar o valor inato e a relevância dessas evidências. (Smith L. , 2006, p. 26).

Em 1972 é aprovada, na Conferência Geral da UNESCO, a Convenção do Património Mundial. A Convenção, ecoando as práticas da Carta de Veneza de 1964, cria o Comité do Património Mundial, tendo em vista a “(...) a *proteção do património cultural e natural de valor universal excecional*”. (Convenção para a Proteção do Património, Mundial, Cultural e Natural, 1972). O texto da Convenção reitera os conceitos modernistas do património e reforça o conceito de inventário, construindo uma metodologia global de standardização e categorização que define o património enquanto *monumento, conjunto* ou *local de interesse*. Esta abordagem, que reflete os interesses dos arqueólogos e de outros especialistas, estabelece o património como uma classe especial de materialidades, definidas e estudadas por especialistas, implicitamente extintas ou sem função, garantido a sua separação do quotidiano contemporâneo. (Harrison, 2013, p. 63). Além do mais, a Convenção aprofunda a institucionalização da ética conservacionista do século XIX e o etos da conservação *in situ*⁹. (Smith L. , 2006, p. 27).

A ideia de “valor universal excecional”, que sustenta a Convenção e a ação do Comité, concerne, segundo Byrne, duas realidades: a primeira é a de que todos os humanos necessariamente partilham o interesse no aspeto material do passado, enquanto património, e que é característico da espécie humana defender estes valores; a segunda é a de que há interesse na conservação de património, não só a nível nacional, como noutros países, ou seja, determinados aspetos do património transcendem as fronteiras físicas e políticas. (Byrne, 1991, p. 232). Choay defende que o sentido europeu de monumento histórico como universalmente significante subscreve a Convenção, o que inevitavelmente universaliza valores e sistemas de pensamento ocidentais (Choay, 2001, p. 140). Muitos criticaram a Convenção como hegemónica, forçando definições ocidentais de património a comunidades que não o percebem necessariamente da mesma forma. (Harrison, 2013, p. 64). Segundo Laurajane Smith, sob esta Convenção, o património não é só monumental, é antes universalmente relevante, de significado universal e é, derradeiramente, tangível e imposto. (Smith L. , 2006, p. 27).

Podemos afirmar que, por altura da década de 70, o património estava incontestavelmente estabelecido enquanto conceito, não só no contexto ocidental, onde

⁹ Tradução: Conservar como encontrado.

foi desenvolvido ao longo dos séculos XIX e XX, mas também no plano internacional. O património tornou-se verdadeiramente global.

2.2. Património: uma incerteza pós-moderna?

“Numa sociedade descartável, onde tudo é efémero, (as pessoas) começam a procurar algo mais duradouro”. (Lowenthal, 2004)

A Convenção do Património Mundial estabelece, quer por coincidência com outros fenómenos, quer pelo seu impacto mundial, um ponto de fronteira na conceção do património. A verdade é que, a partir do final dos anos 70 e dos anos 80, assistimos ao lento desvendar de um novo paradigma social, político, cultural e económico, que viria a moldar a maneira como hoje percecionamos o património. A modernidade, evocando Zygmunt Bauman, torna-se *líquida*. (Bauman, 2000).

Eclodem as economias pós-industriais e as sociedades capitalistas tardias modernas. O capitalismo, global e transnacional, assume a sua natureza hegemónica e proclama o “fim da história¹⁰”. A experiência da compressão do espaço-tempo intensifica-se, graças a constantes revoluções na mobilidade e nas comunicações. As forças económicas multinacionais esvaziam o poder do estado-nação e estilham narrativas de progresso e racionalidade: conceitos fragmentados e em falência. (Walsh, 2002, p. 66). Os tempos passam a ser pós-modernos, transmodernos ou pós-industriais, mas em qualquer caso, multiculturais – vários géneros e etnicidades reivindicam parte da paisagem do mundo, outrora dominada por cidadãos nacionais e heterossexuais. (Gnecco, 2015, p. 264). As comunidades individualizam-se e os indivíduos atomizam-se, em realidades cada vez mais deslocadas e desenraizadas, onde, cercados por perda e mudança, se agarram a resquícios de estabilidade. As expectativas de um futuro nebuloso e a realidade de um presente fluído, incerto e no limiar da obsolescência, instigam, em milhões, a nostalgia por um passado que ancore o seu presente e projete o seu futuro: há uma convicção palpável que há uma necessidade, quase uma dívida, de um património.

¹⁰ Este novo paradigma foi apresentado por Francis Fukuyama, adjunto do presidente norte americano, George Bush, em 1989, no seu mal-afamado artigo “*The End of History*”. Esta posição nasceu da ideia de que o capitalismo ocidental tinha adquirido uma posição de supremacia sem paralelo, no tempo e no espaço. O colapso do “Bloco de Leste” estava na base da justificação desta posição. (Walsh, 2002, p. 67).

Como diria David Lowenthal, “ansiamos por ilhas de estabilidade em mares de mudança”. (Lowenthal, 2004, p. 15).

Refletindo esta fluidez pós-moderna, os alicerces do conceito de património, tomados por inquestionáveis e considerados evidentes, são contestados e disputados: o *conceito de património entra em crise*. A expansão do modelo canónico ocidental, codificado na Convenção do Património Mundial, levou a tentativas da sua adoção (ou imposição) em comunidades e lugares com concepções radicalmente diferentes de património - de Uluru¹¹ a Jemma al Fna¹². O resultado foram desafios incomportáveis à sua moldura epistemológica, nos quais as relações entre atores locais e processos globais foram capazes de produzir espaços criativos de conflito, com importantes consequências a longo prazo, tanto para os agentes locais, como para as instituições internacionais. (Harrison, 2013, p. 139). Consequências tais que, em 2003, a UNESCO, ecoando as lutas indígenas e as críticas do discurso ocidentalizante do Património Mundial, adotou a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial: “(...) *património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana.*”. (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003).

A crise do património e o reconhecimento de uma realidade culturalmente diversa são também sinónimos da influência da economia do património e do turismo. Num contexto de capitalismo global que tanto “oferece” quanto “procura” a comercialização do património para um conjunto de consumidores progressivamente diversos, a economia do património define-se, cada vez mais, pela *experiência* de património progressivamente individualizada. (Harrison, 2013, p. 145). É impossível ignorar, para lá dos vestígios patrimoniais, a vasta infraestrutura material relacionada com a conservação, a gestão de visitas e a produção da *experiência* de património, que trabalham em conjunto para criar o sítio patrimonial. Assistimos a um crescimento global no número de sítios que são

¹¹ Parque nacional australiano onde a comunidade aborígene reivindicou, não só o valor natural da área, mas, acima de tudo, o reconhecimento dos valores e da importância cultural daquela paisagem. Viriam, com sucesso, a influenciar os critérios de valor cultural da UNESCO e a integrar a Lista de Património Mundial enquanto paisagem cultural, pela primeira vez, em 1993. (Harrison, 2013, 126)

¹² Praça popular na cidade de Marraquexe, em Marrocos, onde a luta pela preservação do seu carácter popular, da sua importância cultural, da sua tradição de contadores de histórias e da sua existência enquanto espaço cultural viria a informar muita da discussão pública e institucional sobre a proteção e salvaguarda do património intangível. (Harrison, 2013, 134).

classificados. Aqui, paisagens e práticas culturais são progressivamente ligadas a locais de consumo, onde são encenadas e reestruturadas para exibição e consumo. A globalização do património é, portanto, muito mais do que a adoção de tratados e convenções internacionais. É antes um processo bem mais vasto, através do qual o mundo é simultaneamente material e discursivamente transformado. (Harrison, 2015, p. 309).

Esta crise concetual é, para além de um reflexo dos fenómenos sociais e económicos pós-modernizantes do nosso tempo, consequência de uma disputa discursiva, assente na crítica académica e em reivindicações sociais, sobre histórias e narrativas e de quem sobre elas detém poder. O património é hoje muito mais do que foi: é um processo cultural que se envolve com atos de memória e evocação, que trabalham para criar formas de entender e confrontar o presente, e onde os locais, edifícios e objetos são, em si mesmo, ferramentas culturais que podem facilitar, mas que não são necessariamente vitais para este processo. (Smith L. , 2006, p. 44). O património dominante, rotulado de oficial, define as práticas, euroamericanas, profissionais, autorizadas pelo Estado, motivadas pela legislação (Harrison, 2013, p. 15), e reflete o Discurso Autorizado do Património¹³, que concentra o seu poder discursivo em objetos, sítios, lugares e paisagens esteticamente agradáveis, que as gerações atuais “devem” preservar - o que muitos de nós entendemos como a definição “operacional” contemporânea de património. (Smith L. , 2006, p. 29) Em oposição surge, aos poucos, o conceito de património não oficial: edifícios e objetos com significado para indivíduos ou comunidades, não reconhecidos e não protegidos pelo Estado e pela legislação, assim como conjuntos de práticas sociais e culturais que rodeiam expressões materiais, de património oficial e não oficial, e que não são, igualmente, protegidas pela legislação. (Harrison, 2013, p. 15).

É progressivamente reconhecido, e, portanto, contestado, o controlo sobre o poder discursivo do património. Jacques Derrida, apela à mobilização de uma “nova ética”, capaz de “re-perspetivar” a instituição como parte de um “novo internacionalismo”, que abrirá a lógica da UNESCO e a sua existência como uma verdadeira instituição mundial. Afirmar que deve existir uma resposta e uma responsabilidade ético moral para com o “arquivo do outro”. (Derrida, 2002). Se o património e o seu contributo na produção de memória social são para perdurar então é necessário abrir os inventários e listas do património dominante, na esperança que isso promova um envolvimento mais informado com a produção de património. (Harrison, 2013, p. 202). A aceitação da pluralidade de

¹³ No inglês original: *Authorized Heritage Discourse*. (Smith, 2006, 3).

patrimónios implica também desafiar a passividade do Discurso Autorizado do Património. O património constitui-se, desde o século XIX, como algo que é interagido de forma passiva, através do qual a audiência irá, acriticamente, consumir a narrativa do património, construída pelos especialistas: os visitantes, segundo Mason (2004), são conceptualizados como consumidores passivos da narrativa do património, (citado em Smith L. , 2006, p. 31). É incontestável o papel da economia do património e do turismo no fenómeno de “disneyficação” do património. O turismo em massa tem sido acusado de reduzir o património a simples entretenimento, em tudo semelhante a um parque de diversões, tendo por consequência (ou por objetivo) a sanitização e simplificação das narrativas históricas do passado. (Smith L. , 2006, p. 33). A reverência de patrimónios exacerbados convida à passividade, reprime a dúvida e a curiosidade, e substitui a complexa realidade histórica e patrimonial, muitas vezes desconfortável, com uma narrativa história “boazinha”. (Lowenthal, 2004, p. 25).

O património conservado pode agir como mnemónica, da mesma forma que também podem os fantasmas da sua ausência. Estes processos, de políticas de memória, estão sustentados em relações desiguais de poder, que podem ser positivas e inclusivas, ou negativas e exclusivas. Isto afasta-nos da ideia de que a memória é passiva ou implícita - devemos antes ver a memória enquanto algo que temos de ativamente e conscientemente produzir, de modo dialógico, com os vestígios do passado e os seus espectros. (Harrison, 2013, p. 203). Da mesma forma, modelos “universais” devem ser vistos como negociáveis, face à diversidade de culturas humanas e do seu património em contínua mudança. Nestas questões tem sido fulcral o esforço de grupos comunitários, em vários países europeus, que têm desafiado o discurso dominante e advogado por maior participação comunitária, assim como o esforço da crítica indígena, em países pós-coloniais. As suas reivindicações, acerca de injustiças inerentes à forma como os museus, arqueólogos e outros especialistas têm lidado com vestígios humanos e outros objetos de valor e significado cultural, têm tido uma crescente influência. (Smith L. , 2006, p. 28). Estas mudanças são sinal de que a ênfase deve ser colocada no constante re-imaginar e refazer da cultura no presente, e não no fácil recurso à tradição como uma desculpa para a manutenção de desigualdades sociais, económicas e políticas, no presente. (Harrison, 2013, p. 165).

2.3. Dialogar na incerteza: autenticidade contemporânea

Refletindo a sua condição pós-moderna, o conceito de património encaminha-se para uma abordagem relativista, na qual se reconhece o direito de diferentes grupos de valorizar formas diferentes de património e atribuir-lhes diferentes conjuntos de valores. Mas que quer tudo isto dizer? O que podemos nós esperar, em termos de património, agora que a nação foi abandonada, apenas para ser substituída por esta coisa amorfa, a sociedade *multicultural*? O que significa agora o património, agora que parece mais indefinido que nunca? Se o “nós” nacional partilhava um património comum porque apenas um existia, herdado pela sociedade nacional e definido pelo trabalho especializado das disciplinas históricas, que tipo de património partilha o “nós” *multicultural*? (Gnecco, 2015, p. 264).

Antes de mais, importa refletir nas palavras de Žižek, que nos exorta a considerar o multiculturalismo enquanto forma nuclear do capitalismo global. Isto é: a atitude que, de uma certa posição global neutra, trata cada cultura local da mesma forma que um colonizador trata um povo colonizado - como autóctones cujos costumes são para ser estudados e cuidadosamente “respeitados”. O multiculturalismo é uma forma não admitida e invertida de racismo, um “racismo com distância” – respeita a identidade do Outro, concebendo o Outro como uma autocentrada comunidade “autêntica”, em relação à qual ele, o multiculturalista, mantém a distância que lhe é permitida pela sua posição universal privilegiada. (Žižek, 1997, p. 44). Estas palavras impõem-se como arauto da hegemonização do projeto capitalista global, evidenciando a sua influência nas hierarquias do poder discursivo e do património, que subjazem aos fenómenos pós-modernos de homogeneização cultural e desenraizamento social. Contudo, perante as inexoráveis mudanças do nosso tempo, comunidades locais têm começado, como sempre aconteceu, a apropriar-se e a desconstruir os códigos e símbolos desta globalização cultural. A autenticidade contemporânea reconhece que forças como a globalização, a mercantilização, a comunicação e o turismo massificado estão a gerar novas manifestações culturais, de forma material e imaterial, que podem ser inéditas ou reutilizações, mas que estão incorporadas em realidades ativas. Esta assenta na premissa de que a sociedade gera novos contextos, nos quais seres humanos produzem objetos e atos com significado sem, necessariamente, trazer o passado “fielmente” para o presente. A autenticidade contemporânea proporciona e permite novos espaços e formas de interação e criatividade humana. Portanto, longe de ser *kitsch*, a autenticidade contemporânea é uma força vital que motiva, hoje, muita da cultura nacional e local. (Bærenholdt & Haldrup, 2015, p. 58).

Numa época em que o ar do tempo é a incerteza, a fluidez, em que o património é progressivamente relativista, como construímos um espaço comum? Acredito que para tal, precisamos de primeiro devolver o conceito de património à comunidade – situá-lo em termos históricos e geográficos – para que depois o possamos desmonopolizar, retirá-lo das mãos dos especialistas e das mãos das Cartas e das Convenções. O património deve ser pluralizado, através de modelos participativos de tomada de decisão, quanto à identificação, inventariação e gestão do património. Rodney Harrison propõe uma abordagem dialógica de património, baseada numa ontologia de conetividade, que não só esmaga as hierarquias de relações entre os vários atores heterogéneos, como também sugere importantes modelos dialógicos de processos decisórios quanto ao património, em fóruns híbridos que derrubam as convencionais barreiras entre especialistas, políticos, burocratas, cidadãos interessados e agentes intervenientes. (Harrison, 2013, p. 226).

Sob a premissa de que num mundo culturalmente diverso é impossível atribuir um conjunto único de valores positivos a um só cânone do património, e influenciado pelo reconhecimento de que diferentes grupos na sociedade desejam ver os seus valores e as suas histórias representadas no património, surge uma outra abordagem, também ela participativa e dialógica: a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, da UNESCO. Este modelo será o ponto de partida para a abordagem que propomos de ora avante.

III. Paisagem Histórica Urbana – dialogar no palimpsesto da cidade

3.1. Do material que nos rodeia aos valores que nos definem

A Recomendação sobre Paisagem Histórica Urbana, como abordagem dialógica, surge no seio de importantes mudanças de paradigma na conservação e gestão do património cultural, especialmente em meio urbano. A Paisagem Histórica Urbana representa mais um passo na reorientação do pensamento patrimonial: um percurso que progrediu do tecido arquitetural excecional, puramente físico, ao reconhecimento da paisagem cultural, através de diferentes perspetivas e movimentos, académicos e institucionais. O conceito de PHU desenha-se a partir dos influentes arquitetos e conservadoristas que marcaram o século XX europeu, construindo sobre as ideias de participação social de Giancarlo de Carlo (1972) e John Turner (1976); de “Arquitetura para os pobres” de Hassan Fanthi (1973); de *townscape* de Conzen (2004) e Whitehand (1992); de impacto visual da paisagem urbana na psicologia das comunidades, de Cullen (1961) e Lynch (1960); e da fenomenologia “Heideggeriana” na definição do *genius loci*, de Norberg-Schulz (1980). (Bandarin & Van Oers, 2012, pp. 23-28).

Dialógico não só na sua relação com o presente e futuro, a Paisagem Histórica Urbana “senta à mesma mesa” abordagens fundamentais para a sua própria conceção. Re-imaginada na Geografia, a abordagem de paisagem fez o seu caminho, através da Arqueologia da Paisagem e de autores como Graham Fairclough, Christopher Tilley e Wendy Ashmore, tornando-se um fenómeno relevante para a gestão do património em 1992, com o reconhecimento da paisagem como categoria de património pela UNESCO.

Esta abordagem, aprofundada em 2000, pelo Conselho da Europa (CoE), na Conferência Europeia da Paisagem, expandiu-se para lá das paisagens de valor excecional e seria consagrada através da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, da UNESCO, em 2003: “(...) a conceptualização holística de bens patrimoniais foi formulada, de modo a incluir não só os aspetos tangíveis do sítio, mas também as práticas e as experiências de um lugar (...)”. (Ginzarly, Houbart, & Teller, 2018, p. 1004).

Coincidentemente desenvolve-se, através de documentos internacionais de património, uma abordagem que privilegia um olhar integrador sobre o património urbano. Presente, pelo menos, desde a Carta Europeia do Património Arquitetónico, (CoE), de 1975, e, definitivamente, desde de 1976, na Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na Vida Contemporânea (UNESCO), a

integração de problemáticas de conservação no planeamento local, regional e nacional, e a integração dos centros históricos na vida urbana contemporânea são ideias que adquirem popularidade. No final dos anos 80, impulsionada pela Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (CoE), de 1985, e pela Carta de Washington (ICOMOS), a abordagem integrada do património urbano ganha forma, há medida que princípios e linhas orientadoras são criadas a nível internacional. (Ginzarly, Houbart, & Teller, 2018, p. 1005). O constante diálogo entre estas abordagens foi simultaneamente construtor e construído pela concretização da mudança de um paradigma material para um paradigma assente em valores.

O paradigma material define-se, de forma genérica, pelo que aludimos no capítulo II: a condição modernista que moldou o conceito de património ao longo dos séculos XIX e XX, enquanto modelo ocidental material estatizado, controlado por especialistas, de carácter positivista, definido pelo etos da conservação *in situ* e exercido através de um discurso autorizado de património. (Poulios, 2014, p. 19). Todavia, os anos 80 marcam um período de contestação na teoria arqueológica, que viria a ter importantes consequências na teorização do património. Refletindo o advento da pós-modernidade, também a arqueologia processual (paradigma dominante) se viu confrontada com a arqueologia pós-processual, desenvolvida por autores como Ian Hodder e Zbigniew Kobylnski. Rejeitando os argumentos determinísticos e a lógica positivista, os pós-processualistas propunham que as realidades passadas eram constituídas de uma multitude de forças políticas, económicas e sociais, e, consequentemente, menos previsíveis de que aquilo que os processualistas assumiam. Este movimento promoveu um intenso despontar de ideias: algumas alinhadas com a desconstrução social e o pós-modernismo, profundamente marcadas pela agitação cívica no Ocidente¹⁴; alguns arqueólogos viam o registo arqueológicos como um elemento textual que precisava de ser decodificado; outros ainda, focaram-se em problemáticas marxistas acerca de relações de poder e domínio, não só no registo arqueológico, mas no/a arqueólogo/a em si. Todas estas questões promoveram uma ampla diversidade de novas considerações e demografias para uma disciplina que tinha sido, até então, indiscutivelmente dominada por homens, brancos, ocidentais e privilegiados. (Hirst, 2020).

¹⁴ Este movimento crítico ficou profundamente marcado pelos eventos da Guerra do Vietname, nos Estados Unidos da Américas, e pelas manifestações e lutas estudantis de maio de 68, na Europa. (Hirst, 2020)

Partindo da contestação pós-processualista, assistimos ao paulatino surgimento de documentos que validam abordagens que privilegiam os valores de património sobre os vestígios materiais. Entre estas, destaca-se, em 1999, a Carta de Burra (ICOMOS), que forneceu um importante impulso a estas abordagens, estabelecendo orientações para a conservação e gestão de lugares de significado cultural. Apoio adicional foi provido por uma série de estudos do Getty Conservation Institute. (Ginzarly, Houbart, & Teller, 2018, p. 1005). Esta mudança de paradigma está intimamente relacionada com a expansão do modelo ocidental de património, especialmente do património mundial, pela UNESCO, com a sua resultante falência, e com a consequente transição para um sistema de valores e conceitos que comportasse diferentes culturas e contextos na Ásia, América do Sul e África, particularmente explícita na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial¹⁵. No contexto de uma abordagem assente em valores, a comunidade, através dos conceitos de participante e de significados culturais, é vista como o ponto fulcral da conservação. Em oposição a uma abordagem material, o património não é considerado evidente – não tem um valor intrínseco – é antes visto como um processo, social e extrínseco, onde as comunidades e os participantes atribuem valores (subjetivos) que definem o património. Consequentemente, o principal objetivo da conservação não é a preservação do património em si, mas sim a proteção dos valores a ele atribuídos pelas comunidades e participantes. (Poulios, 2014, p. 21).

No decorrer dos anos 2000 assistimos, por isso, ao surgimento de vários documentos que oferecem diferentes modelos para a implementação de uma abordagem integradora, assente em valores e no conceito de paisagem cultural, destacando-se a Declaração de Xian¹⁶ (ICOMOS) e a Convenção de Faro (CoE)¹⁷. Em 2005, a UNESCO aprova o Memorando de Viena onde, pela primeira vez, define o conceito de paisagem histórica urbana: “(...) *refere conjuntos de quaisquer grupos de edifícios, estruturas ou espaços abertos, no seu contexto natural e ecológico, incluindo sítios arqueológicos e paleontológicos, constituindo ocupações humanas em ambiente urbano durante um período relevante de tempo, a coesão e o valor dos quais é reconhecido de um ponto de vista arqueológico, arquitetural, histórico, científico, estético, sociocultural ou ecológico*”. (Vienna Memorandum, 2005). Este documento reforça a ligação entre as

¹⁵ (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003).

¹⁶ Declaração de Xian sobre a Conservação do Entorno Edificado, sítios e áreas do Património Cultural (2005).

¹⁷ Convenção-Quadro Europeia sobre o valor do Património Cultural para as Sociedades (2005).

formas materiais e a evolução social, e reconhece o valor da diversidade das expressões culturais. Aqui, as cidades históricas são vistas enquanto sistemas que integram elementos naturais e antrópicos, num contínuo histórico, representando uma matriz de expressões ao longo do tempo. O memorando oferece também uma interpretação positiva das dinâmicas sociais e económicas, como fatores de mudanças e adaptação dos valores e formas urbanas. (Bandarin & Van Oers, 2012, p. 3). Assente nesta definição, a UNESCO decide adotar, em 2011, a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, a partir da qual se desenvolveu, não uma nova categoria de património, mas uma abordagem para uma gestão consciente da mudança. Trabalhando sobre os diversos documentos e conceitos desenvolvidos nas últimas décadas, a Paisagem Histórica Urbana propõe uma abordagem, holística, integrada e assente em valores, para o património urbano.

3.2. Na esteira de Bandarin e Van Oers: a Paisagem Histórica Urbana

A codificação da abordagem da Paisagem Histórica Urbana foi conduzida por duas proeminentes vozes no âmbito da gestão e conservação do Património Mundial - Francesco Bandarin e Ron Van Oers. Ambos destacadas figuras na estrutura da UNESCO¹⁸, viriam a publicar os dois volumes primordiais da abordagem da PHU: em 2012, *The Historic Urban Landscape, Managing Heritage in a Urban Century*; e em 2014, *Reconnecting the City, The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage*, a partir dos quais se definiu esta abordagem.

Segundo Bandarin e Van Oers, o património tem duas dimensões fundamentais: um elemento corpóreo, físico - a sua materialidade, e outro, intangível, a alma – a sua imaterialidade. É interessante verificar que a realidade material depende da alma imaterial. Contrariamente, a imaterialidade torna-se irrelevante, não se realiza, se não for capaz de atuar através de um espaço, de um mundo material. Portanto, o material e o imaterial são mutuamente dependentes e complementares. O âmbito do património cultural não se limita a monumentos, arqueossítios e coleções de artefactos. Inclui também tradições e expressões vivas, herdadas pelos nossos antepassados e transmitidas aos nossos descendentes, como tradições orais, artes performativas, práticas sociais,

¹⁸ Bandarin foi diretor do Centro de Património Mundial da UNESCO e Secretário da Convenção do Património Mundial, entre 2000 e 2011, e como Diretor Geral Assistente para a Cultura da UNESCO, de 2010 a 2018. Von Oers foi desde 2000 Chefe de Unidade, primeiro das Caraíbas, e, de 2009 a 2015, Diretor do Instituto de Formação e Investigação do Património Mundial para a região da Ásia-Pacífico.

rituais e conhecimentos, referentes ao Universo e à natureza, e conhecimento e técnicas artesanais, coletivamente definidos como património imaterial. (Bandarin, 2015, p. 12). Por outro lado, em relação à realidade urbana, há hoje um consenso alargado que a cidade histórica não deve ser vista como uma unidade de monumentos arquitetónicos e tecido urbano imutável, onde por meio da conservação rígida do tecido arquitetural se define o sentido de identidade local, e que corre perigo de conduzir a um produto que não é nada mais do que impulsionador do turismo cultural e da gentrificação envolvente. (Taylor, 2015, p. 190). Deve antes ser vista como uma complexa estratificação de significados, onde valores assentes no património material e imaterial contribuem para a criação do espírito de lugar, único e insubstituível. (Bandarin & Van Oers, 2012, p. 10).

A abordagem da PHU representa uma significativa mudança de perspetiva: procura entender e perpetuar um contexto alargado no qual o significado, valor e identidade são produzidos e reproduzidos por múltiplas comunidades, ao longo do tempo, em espaços urbanos. A PHU adota, essencialmente, a abordagem de paisagem cultural, ao olhar para lá dos edifícios históricos, em direção à multiplicidade de formas patrimoniais, materiais e imateriais, que moldam o espaço urbano. A apologia pela conservação dos valores que unem o tecido material e que formam a base do espírito do lugar deve originar da comunidade (*bottom-up*) e não apenas da opinião de especialistas (*top to bottom*). (Bandarin & Van Oers, 2012, p. 4). O estabelecimento da PHU baseia-se no envolvimento e empoderamento da comunidade, e na sua capacidade para reconhecer e entender as qualidades da paisagem histórica urbana. É, portanto, essencial desenvolver estratégias de capacitação para garantir que os membros da comunidade se envolvem em processos de poder e decisão. (Bandarin, 2015, p. 18). Em última instância, esta abordagem define a diversidade e a criatividade cultural como elementos chave para uma condição urbana sustentável – a integração destas qualidades estará também relacionada com a aproximação entre a memória (que se relaciona com a diversidade) e com a imaginação (que se relaciona com a criatividade). (Williams, 2015, p. 19).

3.3. Uma abordagem contemporânea: economia, sustentabilidade e cidadania

A abordagem da PHU responde também ao reconhecimento, contemporâneo e transversal, dos benefícios do investimento na conservação e gestão do património. É, hoje, consensual que o património desempenha um papel fulcral em diversos subsistemas da sociedade, da economia à sustentabilidade ambiental. O património cultural pode

contribuir para a produção de riqueza, de forma direta e indireta, gerando valores económicos, sociais e ambientais. Desta forma, o património cultural é capaz de subverter as dinâmicas negativas que afetam o nosso tempo, através da produção de sinergias e simbioses. (Fusco Gerard & Gravagnuolo, 2017, p. 1). O potencial da criação de valor no domínio do património cultural ultrapassa a simples exploração turística de bens culturais: os efeitos indiretos são de génese macroeconómica (Allegro & Lupu, 2018, p. 2); o turismo sustentável e as indústrias culturais e criativas são meios estratégicos para a criação de rendimentos e para a redução da pobreza, com particular impacto em comunidades vulneráveis, devido à acentuada resiliência da economia cultural no setor informal (Bandarin, 2015, p. 14); o património cultural providencia as cidades com narrativas autênticas, que sustentam o desenvolvimento do turismo cultural e é, não só um promotor da criação de emprego, mas também uma fonte de criatividade e inovação, inspirando novas soluções e serviços (CHCfE Consortium, 2015, p. 24). A experiência demonstra que a cultura funciona em termos económicos e de desenvolvimento social, porque uma vez identificados os recursos culturais e o seu potencial aplicado, estes são infinitos e omnipresentes. Não podem, contudo, ser deslocados: estão enraizados nos locais e nas comunidades. (Bandarin & Van Oers, 2012, p. 7).

A conservação e a gestão do património cultural têm também adquirido uma importância cada vez maior no desenhar de abordagens de sustentabilidade ambiental. Em relação com a economia surgem, com maior frequência, políticas de economia circular, que partilham várias premissas da abordagem da PHU: a criação de sinergias entre múltiplos agentes, a redução da utilização de recursos e a reutilização/regeneração de valores, capital e conhecimentos. A reabilitação de património e paisagens culturais abandonadas ou negligenciadas efetiva a operacionalização da economia circular, reduzindo a ocupação do solo, fomentando a reutilização e reapropriação de edifícios e promovendo a recuperação energética, com a energia incorporada no património edificado. (Fusco Gerard & Gravagnuolo, 2017, p. 1) (CHCfE Consortium, 2015, p. 25). A cidade histórica detém características únicas, especialmente a densidade de ligações e a adaptabilidade climática do património edificado, que a preservam enquanto área urbana naturalmente eficiente em termos energéticos e amiga do ambiente, que combina qualidade cultural com vivência urbana vibrante. (Bandarin, 2015, p. 11).

O envolvimento cívico é, dentro de uma abordagem ecológica, uma parte essencial da sustentabilidade. É a comunidade que compreende a experiência, que a mapeia no ambiente urbano, e que pode identificar as fragilidades das relações e onde

estas podem ser reforçadas e alteradas. (Williams, 2015, p. 20). Do mesmo modo, em questões de cidadania o património cultural contribui para a qualidade de vida, desenvolvendo o carácter e o ambiente dos locais e tornando-os populares para habitar, trabalhar e visitar. Providencia também um estímulo essencial para a educação e para as aprendizagens ao longo da vida. Combina várias das qualidades referidas para constituir capital social, contribuindo para gerar coesão social nas comunidades e constituindo enquadramento para a participação e envolvimento cívico, e promovendo a integração e a diversidade. (CHCfE Consortium, 2015, p. 29). O património atua também de forma a capacitar os habitantes a agirem como cidadãos: habitantes conscientes da história e das mudanças da sua localidade podem ser mais envolvidos na cidade, podem participar em debates e dar a sua opinião sobre assuntos da cidade, adquirindo no processo conhecimento e respeito pelo sítio que habitam. (Auclair & Fairclough, *Living between past and future: an introduction to heritage and cultural sustainability*, 2015, pp. 1-3).

3.4. Da teoria à ação: estratégias e ferramentas

A implementação da abordagem da Paisagem Histórica Urbana pode ocorrer através de uma multitude de estratégias e ferramentas. É, antes de mais, importante definir que a aplicação bem-sucedida destes instrumentos se sustenta no estabelecimento de um processo de conservação e gestão do património, equilibrado, integrador e sustentável. O que requer uma visão clara e políticas inovadoras, baseadas no envolvimento das comunidades e numa reflexão conjunta sobre os valores a proteger, garantindo a sua integração no planeamento urbano e nos processos de desenvolvimento.

A abordagem de planeamento deve preterir as planificações gerais, com rígidas definições de uso do espaço e solo, que têm dominado a prática do planeamento nas últimas décadas, em benefício de um modelo holístico, territorialista, capaz de reconhecer as múltiplas relações que ligam habitantes e meio ambiente, de forma material e imaterial. (Bandarin, 2015, p. 14).

A operacionalização da abordagem da PHU deve basear-se nos Seis Passos Críticos¹⁹, propostos na Recomendação sobre a PHU, de 2011. Estes deverão enquadrar todas as propostas de abordagem da PHU, permitindo a cada uma adotar, posteriormente,

¹⁹ No original “*Six Critical Steps*”. (UNESCO, Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, 2011).

as estratégias e ferramentas que melhor se apliquem ao seu contexto. Os Seis Passos Críticos²⁰ são:

1. Realizar levantamentos holísticos e mapeamentos dos recursos naturais, culturais e humanos da cidade;
2. Alcançar consensos através de métodos participativos de planeamento e consultado os diferentes intervenientes, relativamente a que valores conservar para a transmissão a futuras gerações e a determinar os atributos que suportam estes valores;
3. Avaliar a vulnerabilidade destes atributos face a pressões socioeconómicas e ao impacto das alterações climáticas;
4. Integrar valores de património urbano e o seu estatuto de vulnerabilidade em molduras de desenvolvimento da cidade, que possam fornecer indicações sobre áreas de sensibilidade patrimonial, que requerem uma cuidadosa abordagem ao planeamento, desenho e implementação dos projetos de desenvolvimento;
5. Priorizar ações de conservação e desenvolvimento;
6. Estabelecer as parcerias apropriadas e as molduras de gestão local para cada um dos projetos identificados de conservação e desenvolvimento, assim como para a criação de mecanismos para a coordenação das várias atividades entre diferentes agentes, públicos e privados;

(UNESCO, 2011).

A partir destes seis passos, a UNESCO definiu também quatro grupos de instrumentos²¹ que permitem definir os vários aspetos necessários para a implementação da abordagem da PHU, nomeadamente:

- a) Instrumentos de participação cívica²²;
- b) Instrumentos de conhecimento e planeamento²³;

²⁰ Consultar Anexo A.

²¹ Consultar Anexo B.

²² (...) os quais devem envolver uma amostra diversificada das partes interessadas e habilitá-las para que identifiquem os valores essenciais das suas áreas urbanas, desenvolvam perspetivas que reflitam a sua diversidade, estabeleçam objetivos e encontrem consensos sobre as medidas de salvaguarda do seu património e de promoção do desenvolvimento sustentável. Tais instrumentos, que constituem parte integrante das dinâmicas de governação urbana, devem facilitar o diálogo intercultural aprendendo com as comunidades acerca das suas histórias, tradições, valores, necessidades e aspirações, facilitando a mediação e a negociação entre grupos com interesses divergentes. (UNESCO, 2011).

²³ (...) os quais devem ajudar a proteger a integridade e a autenticidade dos atributos do património urbano. Devem igualmente possibilitar o reconhecimento do significado cultural e da diversidade, bem como estabelecer mecanismos de monitorização e gestão da mudança para melhorar a qualidade de vida e do

- c) Sistemas de regulamentação²⁴;
- d) Instrumentos financeiros²⁵;

Na parte seguinte analisaremos com mais detalhe as estratégias e instrumentos que melhor se enquadram no âmbito do objetivo principal desta dissertação. Contudo, seria remisso não referir outros exemplos de ferramentas associadas à abordagem da PHU, especialmente no que concerne os instrumentos de conhecimento e planejamento. Importa, portanto, referir, ainda que de forma sintética, as ferramentas: morfologia urbana e avaliação de impacto patrimonial. A abordagem da morfologia urbana trabalha com um vocabulário de componentes básicos urbanos, descritíveis como uma “família” de arquétipos, variantes em estilo, dimensão e sequência (Bandarin, 2015, p. 8), prosseguindo uma análise exaustiva do “tecido celular urbano” e das camadas históricas, a escalas micro (considerando os seus elementos e componentes mais pequenos) e macro (considerando condicionantes topográficas), promovendo processos evolutivos que usem o “código genético urbano”, adaptando-o a circunstâncias e condicionantes contemporâneas. (Bianca, 2015, p. 87).

Ainda que tradicionalmente focados nos impactos negativos na autenticidade e integridade das estruturas físicas e dos próprios locais, os estudos de impacto estão, progressivamente, a prestar atenção aos impactos das propostas de desenvolvimento nos valores patrimoniais de um sítio. O processo da avaliação de impacto patrimonial pondera o impacto de qualquer projeto ou mudança nos atributos (materiais) que incorporam estes valores, individual e coletivamente, através de uma avaliação do impacto negativo na aparência, o perfil urbano, vistas chave e outros atributos que contribuam para os valores patrimoniais da Paisagem Histórica Urbana. (Jigyasu, 2015, p. 138).

espaço urbano. Esses instrumentos incluiriam a documentação e o mapeamento das características culturais e naturais. A avaliação do impacto patrimonial, social e ambiental deverá ser utilizada para apoiar e facilitar os processos de tomada de decisão no quadro do desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2011).

²⁴ (...) os quais devem refletir as condições locais, podendo incluir medidas legislativas e regulamentares destinadas à conservação e gestão dos atributos tangíveis e intangíveis do património urbano, incluindo os seus valores sociais, ambientais e culturais. Os sistemas tradicionais e consuetudinários devem ser reconhecidos e reforçados, conforme necessário. (UNESCO, 2011).

²⁵ (...) os quais devem visar o reforço das capacidades e o apoio a um desenvolvimento inovador e gerador de receitas, alicerçado na tradição. Para além do financiamento público e dos fundos provenientes de organismos internacionais, os instrumentos financeiros devem ser utilizados de forma eficaz para fomentar o investimento privado a nível local. O microcrédito e outras formas flexíveis de financiamento destinadas a apoiar as empresas locais, assim como diferentes modelos de parcerias, são igualmente determinantes para que a abordagem da paisagem histórica urbana seja financeiramente sustentável. (UNESCO, 2011).

3.4.1. Ferramentas financeiras

A expansão da definição de património, na qual se enquadra a abordagem da PHU, levou a uma forçosa constatação económica: nenhum país, região ou cidade, por mais rica que seja, tem capacidade ou intenção política para direcionar os recursos financeiros necessários para a conservação e manutenção de todo o património. Consequentemente, só através de mecanismos e ferramentas financeiras, poderão as instâncias políticas, nacionais e locais, contribuir para uma conservação e gestão mais sustentável do património. A prossecução de soluções inovadoras para o financiamento do património requer um processo crítico que promova soluções criativas e diversificadas. Para tal, é imperativo que o primeiro passo seja a análise dos objetivos às quais essas ferramentas responderão:

1. **Redução de custos:** redução, através da fiscalidade de compra, dos custos associados ao projeto;
2. **Redução de capital necessário:** redução, através de meios de subsidiarização, do capital necessário para o projeto;
3. **Aumento dos rendimentos:** aumento que contribua, através de meios de subsidiarização, para o valor acrescentado (especialmente para fins comerciais);
4. **Redução de despesas:** redução, através da fiscalidade de propriedade, das despesas associadas ao projeto;
5. **Facilitar acesso a crédito:** criação de mecanismos de pequeno e microcrédito face às dificuldades de acesso ao crédito;
6. **Redução do risco:** redução, através da atribuição de licenças e regulamentos de longa duração, dos riscos associados ao projeto;
7. **Melhorar o contexto de investimento:** através do investimento nas infraestruturas públicas, procurar desenvolver um contexto de investimento favorável;

(Rypkema, 2015, p. 286)

O sucesso destas ferramentas depende também de determinadas características, capazes de lhes conferir coerência e coesão. Desse modo, é essencial que sejam:

1. Direcionadas para **necessidades específicas**²⁶;

²⁶ E.g. se a rede elétrica do edifício está obsoleta, o incentivo deve responder à instalação de uma nova rede.

2. Diretamente relacionadas com o **intervalo**²⁷;
3. Acompanhadas pelas apropriadas **medidas de regulação**;
4. Claramente **comunicadas** e amplamente **publicitadas**;
5. De **simples implementação**;
6. Devem corresponder a um **objetivo amplo de políticas públicas**;

(Rypkema, 2015, p. 287)

Definidos os objetivos e as características dos futuros instrumentos, importa considerar experiências prévias de aplicabilidade. Nesse sentido, e tendo em conta os variados incentivos e mecanismos financeiros aplicados em contextos de conservação e gestão do património, ilustraremos aqui alguns exemplos:

a) Subsídios

Uma quantia atribuída a um projeto, associada a um objetivo específico e sujeita a critérios de atribuição. E.g. pode aplicar-se ao restauro de uma fachada, que terá como critérios os materiais e as técnicas a usar;

b) Microcréditos

Pequenos e microcréditos que podem ser atribuídos em casos de não qualificação do requerente para empréstimos bancários tradicionais (e.g. jovens; empreendedores; criativos; entre outros). Devem corresponder a objetivos específicos e comportam, normalmente, baixos juros e risco;

c) Redução de impostos patrimoniais

Estas ferramentas podem resolver o desencorajamento de investidores quanto a imóveis históricos, através da estabilização da fiscalidade por um determinado período de tempo ou do reembolso do imposto para fins de conservação e manutenção;

d) Incentivos fiscais

Estes podem atuar como créditos fiscais, aplicados, por exemplo, ao IVA (Imposto Valor Acrescentado), associado à compra de materiais ou contratação de especialistas;

(Rypkema, 2015, p. 289)

e) Parcerias público-privadas

Estas soluções surgem associadas a grandes investimentos, contudo, há também espaço para a sua aplicação no âmbito do património. Neste contexto, se a privatização de património cultural *tout court* demonstra extensas limitações e se o erário público não

²⁷ Intervalo: O incentivo deverá ser direcionado diretamente para o intervalo entre a quantia e o objetivo do mesmo.

consegue prover o financiamento do património, então as parcerias público privadas (PPP) podem representar uma alternativa viável. O uso de PPP neste campo requer, contudo, o uso de uma abordagem híbrida, focada no impacto social da ação do parceiro privado. (Allegro & Lupu, 2018, p. 2).

Estas e outras ferramentas e mecanismos permitem, especialmente a nível da governança local, encontrar soluções inovadoras e diversificadas para a implementação de uma abordagem integradora e holística, como a Paisagem Histórica Urbana. Refletem também o caráter participativo da abordagem da PHU, procurando envolver atores políticos, agentes culturais, agentes económicos e as comunidades, na prossecução de uma paisagem cultural resiliente e sustentável.

3.4.2. Mapeamento cultural

A diversidade cultural e a pluralidade de valores de património são princípios intrínsecos à abordagem da PHU. O reconhecimento destas realidades é essencial e deve refletir, de forma participada e envolvida, as experiências autênticas das várias comunidades que compõem o mosaico da cidade. Em consequência destes desafios desenvolveram-se várias abordagens, todavia, a mais pertinente, e a qual iremos abordar, é o mapeamento cultural.

O mapeamento cultural pode ser definido como uma ferramenta sistémica para o envolvimento das comunidades na identificação e no registo de bens culturais locais, que poderão vir a informar futuras estratégias e planos coletivos. Os bens culturais são aqui considerados tanto materiais e quantitativos (e.g. edifícios históricos, indústrias culturais, sítios arqueológicos, entre outros), como imateriais e qualitativos (e.g. valores, tradições, comportamentos sociais, crenças e ritos, história oral, entre outros). O mapeamento destes permite às diversas comunidades definirem a sua identidade cultural, vitalidade, sentido de lugar, e consequentemente, serem também elas definidas. (Duxbury, Garrett-Petts, & MacLennan, 2015, p. 2). Esta ferramenta pode ser utilizada como um fim em si mesmo ou pode informar outros projetos, pois oferece uma solução eficaz para avaliar a evolução de ambas as culturas, material e imaterial. (Jokilehto, 2015, p. 202). A sua aplicação deve contemplar o mapeamento separado das diferentes realidades culturais, garantido que a estratificação das mesmas produza, por justaposição, um registo holístico da evolução do ecossistema cultural e patrimonial de um lugar. O mapeamento deve funcionar com as novas tecnologias, nomeadamente através de SIG (sistema de informação geográfica). É,

todavia, essencial que este seja acompanhado de mapas cognitivos, de desenho livre, que se cruzam na interseção dos conceitos de memória e de imaginação. (Smith J. , 2015, p. 225).

Esta metodologia surge através da, cada vez mais presente, concepção ecológica da cidade que, em oposição a uma visão utópica moderna monocultural, propõe uma realidade mais orgânica, reconhecendo a estratificação de identidades e narrativas. Assim, a cidade é dinâmica ao invés de estática e orgânica ao invés de utópica. Sob esta visão a diversidade é bem-vinda: o mapeamento cultural pode acomodar múltiplas fronteiras para paisagens culturais coincidentes. Subculturas diversas podem habitar o mesmo espaço físico de diferentes formas e as suas realidades podem ser mapeadas em sobreposição, permitindo prevenir intervenções que favoreçam uma comunidade, enquanto se destrói símbolos chave da qual outra beneficia. Esta visão contraria efetivamente a guetização que é, infelizmente, frequente sob a moldura de zonamento urbano, e, em clara oposição, celebra as vantagens da verdadeira diversidade, respeitando a diferença e reconhecendo a existência de uma multiplicidade de realidades. (Smith J. , 2015, pp. 227-229).

O mapeamento cultural baseia-se noutra importante mudança concetual – a reavaliação do papel do especialista. É impossível experienciar e documentar a cidade sem os contributos daqueles que a vivem e sem as diferentes perspetivas das diferentes comunidades que a habitam. O que significa que a produção de mapas cognitivos, o registo do conhecimento tradicional e a compreensão pelos rituais locais implicam um nível mais profundo de envolvimento social. (Smith J. , 2015, p. 231). Através desta abordagem as comunidades são encorajadas a partilhar, a ceder, a colaborar para o bem-estar coletivo e a envolver as pessoas em processos de aprendizagem. O mapeamento cultural permite criar um espaço único de múltiplas relações, resultando numa visão integrada do património. (Cabeça, 2018, p. 8).

Tendo por base a informação e as relações desenvolvidas e estabelecidas nestes processos, os dados resultantes do mapeamento cultural podem vir a tornar-se indispensáveis, contribuindo para futuros planos e estratégias de gestão do património cultural. Dessa forma, agentes políticos e económicos, especialistas e comunidades podem desenvolver ambientes de diálogo, promovendo a sustentabilidade através do exercício da cidadania ativa e da afirmação cultural. (Freitas, 2011)

3.4.3. Nova arqueologia urbana

O desenvolvimento de uma abordagem da paisagem reflete a crescente ênfase colocado sobre modelos holísticos de gestão do património. Estes têm procurado mover a gestão de recursos arqueológicos para os antípodas do seu paradigma atual, de intervenções reativas, lutando pelo futuro de arqueossítios individuais ameaçados, para uma nova realidade, de participação em políticas urbanas de longo prazo e de integração com o planeamento e conservação urbana e os processos em desenvolvimento. O conhecimento arqueológico, incluindo o património material e a informação *eco factual*, gerado através de intervenções, assim como os vestígios arqueológicos *in situ*, podem desempenhar um importante papel em enquadrar identidades locais e providenciar um recurso para envolvimento cívico e comunitário. (Williams, 2015, p. 20)

São muitos os desafios contemporâneos que rodeiam a arqueologia na cidade: persiste ainda a visão de que a arqueologia é exercida em (descarada) oposição aos processos de desenvolvimento, como se de um entrave se tratasse; desconhecimento sobre os conceitos arqueológicos, que leva a que muitos considerem existir uma separação entre os vestígios escavados e o património edificado, esperando que a arqueologia se restrinja ao primeiro; a conservação *in situ* de vestígios arqueológicos desfasados do nível do arruamento moderno, que aparecem como buracos fundos ou ruínas abandonadas, cheias de detritos e vegetação, onde não é possível qualquer conservação ou acessibilidade; a escolha dos sítios arqueológicos, em contexto urbano, é raramente definida pelos arqueólogos, frequentemente restringidos aos contextos resultantes de processos de desenvolvimento urbano. Estes e outros obstáculos requerem novas perspetivas e instrumentos.

O presente e futuro da arqueologia urbana reside em demonstrar a sua relevância às comunidades do século XXI. A arqueologia tem o enorme potencial de criar narrativas que ajudam a desenvolver um espírito e sentido de lugar. Para isto é necessário garantir a qualidade do processo: qualidade e financiamento científico, decisões de conservação claras e transparentes, estratégias criativas de exibição pública e a valorização dos museus urbanos. É urgente transformar os vestígios arqueológicos, visões inerentemente fragmentadas do passado, em Paisagens Históricas Urbanas, abrangentes e holísticas. Desse modo, é imprescindível assumir um compromisso, político, económico e social, com os vários mecanismos que se propõe a alterar a conservação e gestão do património arqueológico, nomeadamente:

1. **Sistemas de registo de dados arqueológicos** que promovam a interpretação, no local e virtual, e a produção científica e académica. A tecnologia de georreferenciação (SIG), com base na extensa literatura que constata o sucesso da sua aplicação, afigura-se como a solução mais promissora. É, porém, imprescindível que as entidades públicas e os agentes políticos tenham em consideração a necessidade de investimento para desenvolver uma plataforma cientificamente rigorosa, visualmente atrativa e de fácil utilização;
2. **Estratégias de investigação e de divulgação** que sustentem o entusiasmo, desde o momento da descoberta arqueológica ao momento da compreensão da sua relevância e impacto no desenvolvimento da cidade e no tecido da comunidade. Isto não pode, de forma alguma, comprometer o objetivo de longo-prazo de rigorosa investigação arqueológica e correspondente publicação académica. Contudo, reconhece-se o valor da informação arqueológica para todos os que habitam e vivem a cidade, assim como o seu potencial na criação de uma relação dinâmica entre a arqueologia e os cidadãos. Esta abordagem é uma parte vital do processo arqueológico, não uma opção extra;
3. **Sínteses** do conhecimento arqueológico sobre o passado das comunidades da cidade, explorando os intrincados sistemas de morfologia urbana, de estradas a espaços públicos, e a complexidade da vida urbana, do despejo de lixo ao abastecimento de águas e alimentos. Estas narrativas abrangentes podem atuar enquanto importantes ferramentas na comunicação da complexidade da evolução urbana, das comunidades e do espírito de lugar;
4. **Comunicação arqueológica em meio urbano**, onde os museus, assim como as novas tecnologias oferecem importantes contributos na transmissão de informação sobre o património, à maior audiência possível. A comunicação generalizada, as estratégias para a interpretação e as (potenciais) sinergias entre os museus urbanos e a Educação são essenciais para reforçar o valor da arqueologia na cidade contemporânea;
5. **Arquivos da cidade**, onde seja possível assegurar o apropriado acondicionamento e armazenagem dos vestígios materiais arqueológicos.

Estes podem vir a desempenhar um papel crucial na criação de relações entre as comunidades e o seu passado, promovendo experiências culturais e sociais relevantes;

6. **Criar e sustentar um espírito de lugar** que procure ativamente formas pelas quais a arqueologia pode contribuir para, através do conhecimento de contextos passados, envolver as comunidades com a sua realidade histórica, social e cultural. É imperativo que a arqueologia enquanto disciplina especializada reconheça que a simples existência de fragmentos do passado na paisagem urbana não resulta em contribuições significativas, e que o envolvimento das comunidades com os vestígios arqueológicos é essencial para promover o diálogo sobre estas questões. (Williams, 2015, p. 43)

O presente e o futuro não têm de ser percebidos como ameaças e riscos para o património, original e insubstituível, podem, ao invés disso, ser vistos como processos de continuada transformação e mudança, que oferecem oportunidades para com o que herdamos do passado. (Holtorf, 2018, p. 4). É, na verdade, a própria adaptabilidade humana e a renovação destes processos, através da contínua capacidade de atribuir valores e de tecer narrativas e identidades na realidade urbana, que torna a conservação do património resiliente e sustentável. (Avrami, 2016, p. 7). Ademais, cada sítio arqueológico apresenta o seu cenário único, com desafios e oportunidades próprias, e para o qual nenhuma solução pode ser aplicada *tout court*. O envolvimento criativo, entre os vestígios arqueológicos e as comunidades, requer estratégias interpretativas vivas e dinâmicas. (Grima, 2017, p. 92). Acima de tudo, importa considerar que quando gerimos património e determinamos estratégias de conservação, o que estamos, na verdade, a gerir são conceitos e ideias sobre relações entre o passado, presente e futuro – entre o que foi, o que é e o que pode vir a ser. As melhores decisões na prática da conservação e gestão do património são as mais refletidas, informadas pelo melhor pensamento de um conjunto diversos de pessoas e comunidades. (Holtorf, 2018, p. 7).

IV. Almada e as suas paisagens ao longo da História

O concelho de Almada situa-se no noroeste da Península de Setúbal, a escasso quilómetro de Lisboa, na margem norte do rio Tejo. Estende-se por uma superfície de 71 km², sendo limitado a Oeste pelo Oceano Atlântico, a sul e a Este pelos concelhos de Sesimbra e do Seixal, e a norte e nordeste pelo estuário do rio Tejo.

Administrativamente enquadra-se no distrito de Setúbal e na NUT²⁸-II da Área Metropolitana de Lisboa. Há data do censo de 2011 habitavam no concelho, 174 030 habitantes, distribuindo-se por 5 freguesias: Costa da Caparica, União de Freguesias Caparica e Trafaria, União das Freguesias de Charneca e Sobreda, União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, e União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas.

A autarquia foi presidida, após a revolução de 25 de Abril de 1974, por sucessivos executivos municipais da CDU (Coligação Democrática Unitária). Em 2017, pela primeira vez, outra força política, o PS (Partido Socialista), assumiu a presidência²⁹ do executivo municipal.

Em termos geofísicos o concelho insere-se numa região de transição climática, que apresenta um clima de características mediterrânicas, com forte influência atlântica. Apresenta um clima mediterrânico sub-húmido e apresenta uma temperatura média anual que ronda os 17 °C. Relativamente a precipitação, os valores médios anuais cifram-se nos 585 mm, numa média de 90 dias por ano. Os ventos predominam do sentido noroeste, registando-se frequentes ventos de sudoeste, nordeste e norte, soprando, quase sempre, de forma fraca ou moderada. (Freitas, 2011, pp. 14-15).

Em termos geomorfológicos, o concelho apresenta uma demarcada dualidade, entre a arriba e os terrenos miocénicos, a Norte a Oeste, e as areais plio-plistocénicas, a Sul e a Este. Esta dicotomia relaciona-se com os movimentos da crosta terrestre, ao longo de milénios, que, ao elevarem a arriba ribeirinha entre a Trafaria e Cacilhas, propiciaram o afundamento das regiões interiores do concelho. (Barros, 1998, pp. 9-10). Destacam-se na paisagem, pelas suas características geomorfológicas, as proeminentes escarpas cujo desenvolvimento acompanha o rio Tejo e a orla costeira atlântica. As enconstas situadas

²⁸ Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

²⁹ Inês de Medeiros, do Partido Socialista, foi eleita presidente, como resultado das Eleições Autárquicas de Outubro de 2017. O governo da Câmara Municipal resulta da coligação de forças entre o PS e o PSD (Partido Social Democrata).

no interior norte e centro do concelho apresentam pendentes de acentuação mediana, enquanto que na zona sul se observa a planura. (Freitas, 2011, pp. 33-35).

4.1. A paisagem Pré-Histórica

As primeiras comunidades humanas que ocuparam a região do atual concelho de Almada depararam-se com uma realidade orográfica e geomorfológica drasticamente diferente da que conhecemos ao dia de hoje, caracterizada pela subida do nível do mar e pelo delta fluvial da bacia do Tejo.

O território era já definido pela dicotomia geológica que ainda hoje caracteriza a região, as arribas e terrenos elevados miocénicos (argilas, areias e calcários marcados por elevadas concentrações fossilíferas), a Oeste e a Norte, e as areias baixas plio-pleistocénicas (areias, saibros e argilas, consideravelmente mais pobres em restos fossilíferos), a Sul e a Este. (Barros, 1998, p. 9).

O sistema fluvial do Pré-Tejo, segundo Teresa Azevedo (Cruces, Lopes, Conceição Freitas, & Andrade, 2002, pp. 20-21), apresentava uma larga bacia fluvial, englobando a foz dos rios Tejo e Sado, onde as planícies aluviais entre Lisboa e a Serra da Arrábida eram sulcadas por ramificados canais de água em constante alteração. A morfologia atual ficou apenas definida há cerca de 18 000 anos, após o último Máximo Glaciar, “(...) no caso do estuário do Tejo, a deslocação dos polos de sedimentação para o seu interior induziu o assoreamento e a colmatção rápida dos afluentes menos encaixados. Esta evolução sedimentar é responsável pela formação de vastas lezírias, extensas planícies aluviais e inundações frequentes (...)” (Freire, 1993).

4.1.1. Os caçadores recolectores

Os vestígios arqueológicos mais antigos no concelho apontam para a presença de comunidades desde o Paleolítico Inferior. A ocupação humana caracterizava-se pela ocupação das zonas litorais em altura, nomeadamente das arribas da zona Norte e Oeste do concelho³⁰. Os achados arqueológicos recolhidos na Vila Nova da Caparica e na Rua Garcia de Horta, em Almada, assim como nas zonas da Arriba Fóssil, na Fonte da Telha,

³⁰ Consultar Anexo N.

correspondem aos primeiros vestígios do homem pré-histórico no concelho de Almada. (Barros, 1998, p. 13).

A presença de comunidades do Paleolítico Médio está comprovada pelos vestígios arqueológicos das quintas de São Gabriel e São Miguel, ambas localizadas na Caparica (zona Noroeste do concelho). A fraca expressão material relativa a esta fase não comprova qualquer alteração a estratégias de ocupação, permitindo, no entanto, confirmar a utilização de sílex, a par do quartzito, nas indústrias líticas. (Barros, 1998, p. 14).

O Paleolítico Superior corresponde a uma fase à qual ainda não foi possível atribuir qualquer sítio arqueológico. No entanto, alguns dos vestígios materiais encontrados em diversas estações arqueológicas, que carecem de estudo mais aprofundado, apontam para a ocupação humana coincidente com este período. (Barros, 1998, p. 14). Este vazio material poderá ter também sido condicionado pelas alterações climáticas e geomorfológicas associadas à última glaciação, *Würm*. O rigoroso clima obrigou as comunidades humanas a adaptarem-se e a migrarem para regiões mais abrigadas, verificando-se a ocupação de grutas e cavernas, especialmente em zonas de calcário, das quais são exemplo as regiões próximas de Lisboa e da serra da Arrábida. A par dos constrangimentos climatéricos, a inexistência no concelho da principal matéria-prima para as indústrias líticas desta fase, o sílex, terá certamente favorecido os movimentos migratórios destas comunidades. (Duarte & Barros, 1984, p. 10).

A descoberta de materiais líticos Languedocenses, na zona da Caparica, nos sítios de Brielas e Ponta do Cabedelo, e na zona da Cova da Piedade, no sítio da Ramalha, apontam para o período do Epipaleolítico. Os sítios de Brielas e da Ponta do Cabedelo situam-se na zona da Arriba Fóssil da Caparica onde se deveria situar a linha de costa, providenciando meios de subsistência que tornavam atrativa a ocupação litoral. O sítio da Ramalha, inserido numa zona onde as dinâmicas fluviais proporcionavam proximidade com a bacia do Tejo, consequência do aumento do nível das águas, resultante do fim do período glacial, apresentava igualmente condições favoráveis de subsistência e de ocupação. (Barros, 1998, p. 15).

O período do Mesolítico apresenta-se como uma das grandes incógnitas arqueológicas no concelho. Ainda que extensamente representado na zona interior dos estuários do Tejo e do Sado, especialmente em contexto de concheiros, em Almada regista-se uma total inexistência de vestígios correspondentes a este período. A falta de estudos compreensivos de espólio e de investigações arqueológicas no concelho, a par da

intensa ocupação do solo podem ter condicionado a recolha de materiais associados ao mesmo. (Barros, 1998, p. 16).

4..2. As comunidades agropastoris

A progressiva intensificação da domesticação animal, associada a um crescente domínio sobre o cultivo e a produção vegetal provocou profundas alterações nas comunidades humanas, imprimindo novas dinâmicas ao tecido social, económico e cultural, “(...) *refletindo-se no incremento da diversificação e complexidade tecnológico material, assim como nas alterações de estratégias de ocupação.*” (Barros, 1998, p. 18), anunciado o início do período Neolítico.

A paisagem do concelho, alterada no seguimento do fim da glaciação *Würm*, é marcada pela existência de um vale alagadiço, fruto dos degelos e consequente subida do nível das águas, no eixo Costa de Caparica – Cova da Piedade. (Duarte & Barros, 1984, p. 12).

Na fase do Neolítico Antigo a paisagem do concelho de Almada é definida pelos sítios do Alto do Índio (Sobreda) e Marco do Pacheco (Feijó), onde se estabeleceram, na margem sul do estiro fluvial, aglomerados populacionais caracterizados pela grande dispersão de vestígios materiais, com pontuais concentrações associadas a lareiras e a cabanas. A cultura material reflete as novas realidades tecnológicas, na qual se verifica a existência de mós, referentes à farinação de cereais ou frutos (bolota, entre outros), de cerâmicas, que representam necessidades de armazenamento e transporte de variados produtos (água, bagas, sementes, entre outros) e de polidores líticos, utilizados no fabrico de machados e enxós, por sua vez destinados ao abate florestal e à criação de área para cultivo. (Barros, 1998, p. 18).

A paisagem sofre durante o Neolítico Médio algumas alterações, fruto da deslocalização destas comunidades para zonas de maior potencial agrícola, especialmente terrenos argilosos, próximo de fontes de água doce, mantendo a proximidade com o mar ou o rio, fontes importantes de alimento e subsistência³¹. Nesta fase as ocupações humanas caracterizam-se por explorações de carácter misto, agregando produção agrícola e pecuária com recolção e caça, sobretudo de fauna malacológica (bivalves e moluscos). (Barros, 1998, p. 19). São enquadráveis nesta fase as estações arqueológicas da Ramalha,

³¹ Consultar Anexo O.

Rua Manuel Febrero e Avenida Bento Gonçalves (Cova da Piedade); Quinta da Torre (Caparica); e Pera de Baixo (Trafaria). Os vestígios materiais descobertos nas intervenções arqueológicas comprovam uma “intensificação de atividades como a olaria, ligada ao armazenamento e preparação de alimentos, e também, indiretamente, à sua produção”. A par da olaria, os materiais líticos, micrólitos, utilizados no fabrico de arpões ou foices, e mós, utilizados na farinação, assim como os vestígios de fauna malacológica (mexilhão, ostras, entre outras) e mamalógica (especialmente de animais domésticos), permitem-nos compreender a dieta, a economia e o quotidiano destas comunidades. (Barros, 1998, p. 20).

A morte e os seus ritos, elementos indissociáveis da condição humana, são um elemento caracterizador das ocupações do Neolítico e variam substancialmente durante as várias fases deste período. Não foram ainda encontrados vestígios arqueológicos correspondentes às fases do Neolítico Antigo e Médio, o que se deve principalmente à inexistência de formações geológicas em gruta no território de Almada, as quais se constituíam, nesta fase, como locais de enterramento por excelência. É apenas na fase do Neolítico Final que podemos confirmar a existência de uma estrutura funerária, a Necrópole de S. Paulo, a qual se supõe ter associado um núcleo habitacional ainda não explorado. (Duarte & Barros, 1984, p. 13).

A necrópole de S. Paulo é composta por duas grutas artificiais. A sua ocupação inicial data do Neolítico Final, verificando-se 6 enterramentos na gruta 1. Na gruta 2 constata-se uma longa diacronia de ocupação, sendo utilizada como necrópole até à Idade do Bronze, onde se contabilizam cerca de 180 enterramentos. Associado a estes enterramentos foram descobertos diversos objetos de cariz votivo e de prestígio, nomeadamente pontas de seta, micrólitos, taças de cerâmica carenada, taças e pratos em calote, contas de colar em xisto e mesmo placas de xisto, comuns aos ritos funerários dolménicos alentejanos. (Barros, 1998, pp. 20-23).

4.1.3. O advento metalúrgico: a Idade do Cobre

No desenlace do Neolítico Final, a progressiva complexificação tecnológica a par do incremento da capacidade produtiva conduziu as comunidades humanas para a denominada Revolução dos Produtos Secundários. Este fenómeno é determinado pelo aproveitamento total da capacidade produtiva animal, ora como força de tração, explorando o potencial agrícola através da utilização do arado, ora como matéria-prima

transformável (pele, chifres, carne, ossos, lã, alimentos derivados, entre outros). A complexificação tecnológica permitiu ainda uma maior eficiência no domínio dos solos, potenciado o abate florestal e o incremento da atividade agrícola. As mudanças fizeram-se sentir provocando profundas alterações sociais, económicas e culturais, efetivamente transformando as estratégias de ocupação destas comunidades, que se começaram a fixar em povoados fortificados e de altura. (Barros, 1998, p. 23).

A paisagem é condicionada pela progressiva exploração agropecuária, pelas recentes estratégias de povoamento, assentes na realocização para sítios de altura fortificados, e pela complexificação das sociedades, com novos meios de produção, novas técnicas de transformação e novos hábitos quotidianos. A par de tais profundas alterações, novas evoluções materiais e tecnológicas precipitam um novo período histórico, o Calcolítico ou Idade do Cobre³², onde as comunidades humanas principiam a atividade metalúrgica e a manipulação primária dos metais.

Os primeiros artefactos metálicos surgem então no registo arqueológico, ainda que de forma excecional. A fase correspondente ao Calcolítico Inicial está associada aos sítios da Quinta do Montinhos (Caparica), Rua Manuel Febrero, Avenida Bento Gonçalves (Cova da Piedade) e em parte da Necrópole de S. Paulo (Almada). (Barros, 1998, p. 24).

Na fase seguinte, o Calcolítico Pleno ou Horizonte da Folha de Acácia, registam-se os sítios da Acácias (Sobreda), Quinta das Fontainhas (Almada) e Quinta do Almaraz (Cacilhas), verificando-se a tendência para estratégias de povoamento focadas na ocupação das zonas de altura do concelho (as arribas da zona Norte e Oeste). Os paralelos desenhados entre estes sítios, não tendo sido escavados, baseiam-se nas características decorativas dos vestígios cerâmicos. (Barros, 1998, p. 25).

A fase final do período Calcolítico, também denominada de Campaniforme, está registada em diversos sítios, com destaque para o sítio das Acácias (Sobreda), Alpenas (Trafaria), Quinta do Percevejo e Miradouro dos Capuchos (Caparica) e Necrópole de S. Paulo (Almada). As intervenções arqueológicas, ainda que realizadas em número reduzido, permitiram, através do estudo do espólio do sítio do Miradouro dos Capuchos e da Necrópole de S. Paulo, aferir a existência de atividades económicas assentes na exploração de recursos e produtos secundários agropastoris (descoberta de cinchos cerâmicos para a produção de queijo), na exploração e manipulação metalúrgica (descoberta de cadinhos de fundição, escória e punções em cobre), na recolção e caça

³² Consultar Anexo P.

(descoberta de pontas de seta e lâminas em sílex e a proximidade do mar pressupõe o consumo de bivalves, moluscos e peixe) e no domínio da olaria, demonstrada através da complexificação de técnicas de produção e decoração. (Barros, 1998, p. 28).

4.1.4. O proto urbanismo e os contactos mediterrânicos: A Idade do Bronze

A entrada num novo período histórico, definido pela inovação da fundição da liga metálica de bronze, caracterizado, na fase inicial pela contiguidade com o período anterior, nas práticas funerárias e sociais, nas estratégias de ocupação e na cultura material, coloca dificuldades quanto à sua identificação, sendo que na zona do atual concelho de Almada só é possível atribuir algum do espólio da gruta de S. Paulo a esta fase. (Barros, 1998, p. 29).

Assistimos durante este período à cristalização de estratégias de povoamento e ocupação humana que iriam definir a região nos séculos que se seguiram. “Caracterizar o Bronze pleno e final na região do Tejo é falar, entre outras, em complexificação social, no incremento da agricultura e da pastorícia, no desenvolvimento das redes de troca de média e longa distância e no aparecimento de estruturas proto urbanas”. (Barros, 1998, p. 30).

As estratégias de povoamento, assente em chefaturas, localizadas em povoados centrais fortificados que apresentam um crescente nível de complexificação social, económica, cultural e política, com um vasto território sob controlo, pautado por uma dicotomia entre pequenos povoados ou casais agrícolas e áreas de coberto vegetal selvagem, definiram a Idade do Bronze Pleno. (Barros, 1998, p. 30).

O advento do Bronze Final corresponde aos contactos exploratórios com as comunidades fenícias da bacia do Mediterrâneo oriental, por volta dos séculos IX e X a.C. As relações comerciais e culturais entre as populações autóctones e as comunidades mediterrânicas acentua-se no século VIII a.C., através do estabelecimento de colónias, feitorias e entrepostos. Da fase final da Idade do Bronze foram identificados os sítios da Quinta do Almaraz (Almada), Fundo de Cabana (Pragal), Quinta do Percevejo (Caparica), Pera de Baixo (Trafaria) e o acampamento da Quinta do Marcelo (Almada). (Barros, 1998, p. 30).

A distribuição geográfica e a dimensão dos núcleos habitacionais apontam para uma paisagem dominada pela Quinta do Almaraz³³, como povoado central, estrategicamente situado em altura e com condições naturais de defesa. (Barros & Henriques, 2002b, p. 298). Na sua pressuposta subintendência encontramos os sítios de Fundo de Cabana (Pragal), Quinta do Percevejo e Pera de Baixo (Caparica), caracterizados pela reduzida dimensão e pela localização em zonas de planície com terrenos agrícolas de qualidade, que se constituíam como casais agrícolas ou pequenos povoados. Através do registo arqueológico é ainda enquadrável neste período o acampamento da Quinta do Marcelo, que se apresenta como local de exploração de recursos mineiros aluviais e de trocas comerciais com comunidades exógenas, oriundas da bacia mediterrânica. (Barros, 1998, p. 33).

A cultura material recolhida nestes arqueossítios suporta esta distribuição espacial, verificando-se uma maior concentração de artefactos e de qualidade superior na Quinta do Almaraz, assim como no acampamento da Quinta do Marcelo. As análises osteológicas e os vestígios faunísticos demonstram a elevada importância que a recolha (caça, pesca e apanha de bivalves e moluscos) desempenhava na alimentação destas comunidades. Os materiais metalúrgicos, cadinhos, escórias e coadores, refletem a importância desta atividade e evidenciam a exploração de um dos recursos mais relevantes na economia e nas relações comerciais com as comunidades mediterrânicas, o ouro aluvial, recolhido nas praias fluviais do estuário do Tejo. (Barros, 1998, p. 32).

4.1.5. A urbe e as relações fenícias: a Idade do Ferro

Os contactos desenvolvidos com as populações oriundas da bacia do Mediterrâneo conheceram um período de intensificação, estabelecendo-se intensas relações de troca e intercâmbio material, cultural e tecnológico, promovendo a introdução da roda de oleiro e a fundição do ferro. O principiar da Idade do Ferro é marcado pela assimilação tecnológica e por processos de aculturação, que resultam, no entanto, no rápido desenvolvimento de práticas e técnicas autóctones. (Barros, 1998, p. 35).

Acentuam-se as estratégias de ocupação verificadas no período anterior, com o destacado protagonismo do povoado do Almaraz e o respetivo domínio sobre as ocupações de pequenas dimensões e de cariz agro-pastoril. Estas, estabelecidas no norte

³³ Consultar Anexo Q.

do território do atual concelho, em zonas de proximidade a recursos hídricos e com solos férteis, correspondem aos sítios da Rua Manuel Febrero (Cova da Piedade), Quinta do Facho (Caparica) e Quinta da Torre (Caparica)³⁴. (Olaio, 2018, p. 127). Registam-se ainda ocupações na Quinta do Marcelo (Almada), contígua às lógicas comerciais com os povos mediterrânicos, assim como na Gruta de S. Paulo, necrópole do Calcolítico e do Bronze Inicial, onde se presume que tenha existido uma ocupação de pequena duração destinada à pesquisa de metais. (Barros, 1998, p. 35).

A exploração do ouro aluvial constitui-se como a principal atividade no acampamento da Quinta do Marcelo. O acampamento era ocupado de forma sazonal, normalmente na altura do Outono, quando as marés-vivas transportavam para as praias fluviais as palhetas de ouro, pelo qual o Tejo foi reconhecido ao longo dos séculos, e era no local que as trocas comerciais com as comunidades mediterrânicas eram realizadas. (Barros, 1996, p. 34).

Foi neste contexto que o povoado do Almaraz atingiu o seu apogeu, mais precisamente entre os séculos VI e III a.c., chegando a ocupar cerca de 6 hectares, o que, segundo Ana Margarida Arruda corresponderia a uma população de aproximadamente 1000 indivíduos (Arruda, 1999/2000, p. 103). “(A) localização (do Almaraz) conferiu-lhe um grande controlo sobre a foz do rio Tejo e territórios envolventes, numa posição altamente privilegiada na trajetória de acesso ao interior, bem como às rotas atlânticas e mediterrâneas.”. (Olaio, 2015, p. 126). Este povoado, tal como Almada nos séculos vindouros, desenvolvia-se na complementaridade entre o rio e a terra, estendendo o seu domínio desde as terras férteis da Caparica e da floresta da zona sul do território, até à zona ribeirinha de Cacilhas. Numa ocupação presumivelmente contínua, o povoado prolongar-se-ia pela encosta protegida até ao rio, tirando proveito das condições naturais de ancoragem da zona, estabelecendo uma ligação entre a zona portuária e o centro urbano. (Barros & Henriques, 2002a, p. 107). A intervisibilidade entre o povoado do Almaraz, na margem sul do Tejo, e o núcleo do mesmo período na zona do Castelo de Lisboa, na margem norte do Tejo, assim como os inúmeros paralelos materiais entre os mesmos, revelam uma relação de proximidade entre comunidades que partilham uma matriz cultural e social idêntica. (Arruda, 2015, p. 287).

As intervenções arqueológicas permitem-nos perscrutar as práticas da comunidade do Almaraz e como esta se relacionava com o território. Os vestígios

³⁴ Consultar Anexo C.

materiais e faunísticos demonstram a complexidade do regime alimentar, derivado de explorações agro-pastoris na zona norte, de caça nas florestas do sul do território e da pesca nas zonas ribeirinhas e marítimas. As práticas económicas e culturais estendiam-se ainda à tecelagem, à olaria, à joalharia e ao comércio. A joalharia destacava-se como uma das atividades mais significativas do povoado e os vestígios materiais apontam para a caracterização do Almaraz como um importante centro metalúrgico, especialmente de ouro e prata. Por outro lado, a segurança da comunidade era assegurada pela linha de fossos e muralhas, construídas na zona sul e este do povoado. (Barros, 2001, p. 15).

4.2. O período clássico: a presença romana

A ocupação do povoado do Almaraz estendeu-se ininterruptamente até ao século III a.C., a partir do qual se assiste ao intensificar da influência de Roma. O domínio romano, particularmente após as Guerras Púnicas³⁵, precipitou o declínio do povoado, levando ao total abandono por volta do século I a.C. (Barros, 1998, p. 40). A decadência do Almaraz é comprovada pela drástica redução na área do núcleo habitacional, realocado para oeste, enquanto se assiste ao crescimento da zona portuária ribeirinha de Cacilhas. (Barros & Henriques, 2002b, p. 308). A crescente importância de Cacilhas na paisagem do território prende-se com a intensificação do comércio marítimo de média e longa distância, comprovado pela estrutura portuária (cais) exposta no registo arqueológico. (Barros, 1998, p. 40).

A crescente influência de Roma no xadrez económico e político do ocidente peninsular apesar de crescente materializou-se apenas, para o território do atual concelho de Almada, por volta da segunda metade do século I d.C., estendendo-se até ao período de transição nos séculos V e VI. Ao longo de uma diacronia de ocupação de mais de cinco séculos, a influência e o poder de Roma deixaram inúmeros vestígios da sua presença³⁶. (Dias & Gomes, 2014, p. 7).

A ocupação romana acentuou as estratégias de ocupação do território que se vinham a desenhar desde a Idade do Bronze. Verifica-se, tal como durante o período de

³⁵ “Guerra(s) pelo domínio do Mediterrâneo, entre Roma e Cartago, as duas maiores potências da região. As três fases das Guerras Púnicas, que se prolongariam até 146 a. C., a terminar na vitória absoluta de Roma e a destruição – física e política – do Estado de Cartago”. (Monteiro, 2015, p. 145).

³⁶ Consultar Anexo R.

domínio do povoado do Almaraz, o estabelecer de assentamentos, pequenas explorações agrícolas, nos férteis terrenos das encostas norte do território, comprovando-se a existência pequenas *villae* e/ou *vicus*, estendendo-se dos sítios do Mercado do Monte e Quinta dos Castros (Caparica) até aos sítios do Chegadinho, Ramalha I e II e Avenida Bento Gonçalves (Almada). (Santos, Sabrosa, & Gouveia, 1996, p. 229). Tal como registado em períodos anteriores, os terrenos na zona sul do território, onde os “(...) *solos castanhos pedregosos dominam, teria uma utilização de carácter essencialmente florestal, abastecendo não só os fornos de cerâmica*³⁷, como já referimos, mas também eventualmente a própria cidade de Olisipo (Lisboa)”. (Carvalho & Silva e Almeida, 1996, p. 143).

As práticas funerárias romanas estão bem caracterizadas na zona da Caparica, na Quinta da Torre/Torrinha e na Quinta do Outeiro. As necrópoles apresentam uma cronologia semelhante, entre os finais do século III e o início do século VI. As variadas tipologias de enterramento, a inexistência de cerâmica exógena e o número de inumações poderão atestar à existência de um núcleo habitacional romano por descobrir. Ademais, a existência de estruturas (estrutura absidada, poço e fosso) sustentam a hipótese acima referida. (Dias, 2013, p. 67).

Por sua vez, o intenso desenvolvimento das zonas ribeirinhas portuárias reflete a contínua importância do comércio, acentuado pela presença de áreas industriais em Cacilhas (com ocorrências várias³⁸ e no Porto Brandão). Nestes locais verifica-se a existência de unidades (fábricas) de tratamento e produção de preparados piscícolas (salga de peixe). (Santos, Sabrosa, & Gouveia, 1996, p. 230). A existência de dispersas realidades arqueológicas em relativa proximidade, contextualizadas dentro da Fábrica de Salga de Peixe de Cacilhas, pressupõe a existência de um complexo industrial de dimensões consideráveis, direcionado não só para a produção e abastecimento dos mercados locais e regionais (Olisipo), como também para horizontes longínquos do império. (Carvalho & Silva e Almeida, 1996, p. 141)

4.3. Da queda de Roma a Al-madan

³⁷ Referência aos fornos cerâmicos da margem esquerda do Tejo: Porto dos Cacos (concelho de Alcochete) e Rouxinol (concelho do Seixal), entre outros. (Monteiro, 2015, p. 145).

³⁸ No Largo Alfredo Dinis, no Beco do Bom Sucesso e possivelmente na Rua Florbela Espanca. (Dias & Gomes, 2014).

“Até ao século VIII, e à presença muçulmana desconhece-se a existência de vestígios relacionáveis com os povos bárbaros, altura a partir da qual Almada aparece mais nas fontes escritas do que nas arqueológicas (...) (Barros, 1998, p. 44). A intensa sobreposição de ocupações e assentamentos humanos ao longo dos séculos conduz à inevitável destruição de grande parte das ocorrências anteriores. Como tal, na zona de Almada Velha, onde se desenvolveram e fixaram comunidades por mais de mil anos, grande parte dos vestígios descobertos limitam-se a estruturas negativas.

O domínio islâmico, a partir de meados do século VIII, foi conseguido, segundo Arié, 1991, (citado em Raimundo & Dias, 2013, p. 9), de forma pacífica, estabelecendo uma convivência pacífica de oligarquias e as estruturas de poder. Durante este período assiste-se ao revigorar económico e social, com a intensificação da exploração dos recursos naturais do território e com o desenvolvimento e reanimar das atividades artesanais e comerciais. (Pequito, 2000b, p. 29). O impacto sobre a paisagem e o território foi tal que a toponímia contemporânea é ainda definida pelos topónimos de origem árabe³⁹, revelando um sistema de administração e ocupação efetiva sem precedentes.

Al-madan, o topónimo árabe originário de Almada, corresponde ao estabelecimento de uma divisão administrativa e de defesa, provavelmente um *hisn*. Este refere-se a uma área fortificada que superentendia sobre um determinado território, acumulando características defensivas e administrativas. O seu carácter defensivo acumula funções de vigilância e comunicação, beneficiando da sua localização privilegiada para assegurar o controlo visual sobre o estuário do Tejo e os acessos ao sul do território, assim como funções de salvaguarda e refúgio das populações locais. Ademais, a fertilidade e prosperidade agrícola e a riqueza aurífera terão certamente contribuído para a instalação e controlo administrativo⁴⁰. (António, Henriques, & Rosa, 2017, p. 14).

A exploração agrícola do território decorre em contiguidade com os períodos anteriores, registando-se um intensificar da atividade na fértil zona norte do concelho como comprova o registo arqueológico da Quinta dos Castros (Pragal/Cova da Piedade). A esta propriedade, também referida como Quinta de Alvalade (termo árabe para palácio), corresponde um conjunto de silos com uma longa diacronia de utilização, entre os séculos

³⁹Alfazina, Malquefarte, Trafaria, Alpena, Murfacém, Alcaniça, Arrábida, entre outros (António, Henriques, & Rosa, 2017, p. 17).

⁴⁰ Consultar Anexo S.

VIII e XIII, refletindo o incremento da produção agrícola e do comércio. (Batalha, Pereira, & Barros, 2006, p. 16).

O ouro aluvial, elemento associado durante séculos de ao rio Tejo, continuou a ser um importante recurso explorado durante o período islâmico. É, no entanto, a partir do século X que surge a referência ao topónimo árabe da Adiça, correspondente a um filão aurífero na zona sul do território, próximo da Fonte da Telha, que viria a constituir-se como “(...) a mais importante mina de ouro medieval em território nacional.” (António, Henriques, & Rosa, 2017, p. 16).

A renovação das rotas comerciais e revitalização das atividades industriais e artesanais, impulsionada pela intensificação da exploração dos recursos naturais, reflete o desenvolvimento do núcleo habitacional de Al-madan, correspondente hoje a Almada Velha. Neste núcleo foi identificado no registo arqueológico um conjunto de 26 silos islâmicos, com uma capacidade de 52000 kg, algo que à época permitiria alimentar a pequena vila de Almada durante alguns meses. Na verdade, a hipótese mais provável, e que atesta que o “período muçulmano salda-se como o segundo período de ouro de Almada”, (Pequito, 2000b, p. 29), é a de que “os silos conteriam produtos diferenciados, desde os cereais, ao peixe e carne secas, às frutas secas e até produtos líquidos, como o azeite e, assim, teríamos não uma grande quantidade de produtos mas uma grande variedade, no espaço que seria a loja de algum mercador estabelecido nos arrabaldes da vila.” (Pequito, 2000b, p. 19).

Almada conheceu a partir do início e ao longo de todo o século XII, e até ao início do século XIII, um período de caos e instabilidade social, política e militar. O processo da Reconquista cristã foi marcado por violência e insegurança constante, sendo a própria cidade de Almada símbolo disso. Conquistada por D. Afonso Henriques em 1147 e localizada na fronteira entre cristãos e muçulmanos foi sistematicamente atacada e arrasada, tendo inclusive sido ocupada por Almansor em 1190 e só em 1195 reconquistada pelas forças cristãs. (Santos, Pereira, & Barros, 2006/2007, p. 37).

4.4. Almada medieval e as suas gentes

4.4.1. Almada fronteiriça e os seus quotidianos

O conturbado período de transição da Reconquista deixou marcas profundas na vila de Almada. Contextos arqueológicos de abandono e utilização como lixeira, observável nos silos da rua da Judiaria, a partir do século XII, atestam os fenómenos de fuga de população, especialmente muçulmana, e a consequente contração demográfica, urbana e socioeconómica. (Pequito, 2000b, p. 29). O poder régio do recém-criado Reino de Portugal desde cedo lutou para combater o êxodo populacional de Almada, primeiro, através da alforria aos mouros de 1170, por D. Afonso Henriques, e depois, através do foral de 1190, desta feita por D. Sancho I. (Santos, Pereira, & Barros, 2006/2007, p. 37). Apesar da fuga de comunidades islâmicas, as fontes arqueológicas, no decorrer da análise ao espólio cerâmico e após observação da manutenção formal e decorativa das produções cerâmicas, constataam a presença contínua de uma comuna moura em Almada até ao século XIV. (Pequito, 2000b, p. 29)

A pesquisa histórica e arqueológica tem lançado luz sobre o quotidiano das comunidades da vila de Almada e permite-nos caracterizar a paisagem e o território no advento do século XIII. Confirma-se o cristalizar das estratégias de ocupação da paisagem e da exploração do território⁴¹. Às paisagens férteis do norte do concelho estão associadas as *courelas*⁴², onde predominam as culturas da vinha, da oliveira, dos cereais, das árvores de fruto e dos pinhais. Estas atividades tinham como objetivo os mercados da vila e o eventual escoamento dos excedentes para outros locais. (Pequito, 2000b, p. 5). Os vestígios faunísticos, em grande número no registo arqueológico dos silos entulhados da Rua da Judiaria, refletem os hábitos alimentares da comunidade, revelando, através do espólio mamalógico, a criação de gado e, através do espólio ictiológico e malacológico, a importância da pesca. (Silva F. , 2007, p. 20).

São várias as ocorrências arqueológicas de carácter industrial, constatando-se a presença de diferentes atividades, de referir a ferraria e a fundição, presentes no sítio da Igreja da Misericórdia⁴³ e possivelmente o curtume, no sítio da Rua Henriques de Nogueira⁴⁴. A indústria desempenhava, portanto, um papel relevante, permitindo a transformação das matérias-primas nas oficinas dos artesãos, entre as quais se destacam

⁴¹ Consultar Anexo S.

⁴² Explorações agrícolas. (Pequito, 2000b, p. 4).

⁴³ Conjunto de silos e estrutura de fundição, com um espólio agregado de cadinhos de fundição, escória, fragmentos de molde e moedas. (Rosa, Henriques, & António, 2017, p. 32).

⁴⁴ “Surgiram diversas estruturas que parecem pertencer a um conjunto industrial que incluiria tanques e silos e poderia, eventualmente, estar ligado ao tratamento de peles.” - consultado a 10/09/2019.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=53354>

a olaria, os curtumes, a tanoaria e os ferreiros, assim como nos lagares e moinhos da região. A par da indústria, a extração de sal e a exploração aurífera da mina da Adiça tinham também um papel de destaque. (Pequito, 2000b, p. 5). A organização social ainda apresentava fortes influências islâmicas na sua configuração e hierarquização, comprovadas pela manutenção dos termos “alcaide” e “alvizis”. (Santos, Pereira, & Barros, 2006/2007, p. 38).

A práticas religiosas e funerárias conheceram vários desenvolvimentos nos finais do século XII, a Igreja de Santa Maria do Castelo terá sido arrasada pela campanha de Almansor, em 1190. (António, Henriques, & Rosa, 2017, p. 19). A sua reconstrução foi sucedida pela construção de um novo templo, a Igreja de Santiago. É neste local que se registam enterramentos que revelam uma longa diacronia de utilização, iniciada no século XII e que se estende até ao século XVI. (Sabrosa & Santos, 1992, p. 10). Ademais, surge, no final do século XII e início do século XIII, as primeiras instituições de cuidados, a Gafaria de São Lázaro e a Albergaria dos Palmeiros, em Cacilhas. (Barros, 1984, p. 80).

4.4.2. O revitalizar comercial e a Baixa Idade Média

A progressão do processo de Reconquista e as sucessivas conquistas no Sul do atual território português libertaram Almada da sua função fronteiriça e defensiva. A revitalização da vila e o aumento demográfico, graças a uma renovada estabilidade e segurança, significa a inevitável perda do carácter militar. Assistimos, portanto, a partir de meados do século XIII, ao revigorar das atividades comerciais e ao renascer das zonas ribeirinhas portuárias. (Santos, Pereira, & Barros, 2006/2007, p. 38).

A economia ribeirinha complexifica-se, o comércio com a capital intensifica-se e Almada recupera o seu carácter e dinamismo comercial, tornando-se um entreposto para os produtos que chegam da parte sul do reino. Chegavam a Almada, vindas das Beiras, da Estremadura e do Alentejo, grande quantidade de produtos como carne, peixe, azeite, lã, mel, trigo e cera. O vinho, o sal, a fruta, a lenha e os cereais chegavam também da Península de Setúbal e da região da Arrábida. O ouro da Adiça representava ainda uma importante produção de elevado valor económico. Os portos de Cacilhas, Porto Brandão e Mutela destacavam-se nos circuitos comerciais. (Santos, Pereira, & Barros, 2006/2007, p. 45). A produção agrícola intensifica-se, registando-se várias propriedades de cariz agrícola na zona do Pombal (Almada), entre elas a Quinta da Regateira, do século XIV, que possuía uma nora com polo de água e um sistema pluvial. As culturas exploradas

merecedoras de maior destaque são a cultura da vinha, do olival, as cearas, os pomares e as hortas. (Gonçalves E. , 2012, p. 42).

O desenvolvimento demográfico e o intensificar do comércio ribeirinho conduz a transformações no urbanismo e na paisagem de Almada. A já consumada perda das funções de cariz militar é acentuada com o espraiar da malha urbana, verificando-se a expansão do núcleo habitacional a partir da zona do Castelo para a encosta sul, “em direção aos atuais Paços do Concelho e à zona do Largo da Boca do Vento, através das Ruas do Registo Civil e Trigueiros Martel”. (António, Henriques, & Rosa, 2017, p. 21). A transferência das reuniões do concelho para os Paços do Concelho, nos inícios do século XIV, precipitam a crescente decadência de importância da zona do Castelo. (Santos, Pereira, & Barros, 2006/2007, p. 39).

O registo arqueológico revela a continuação industrial de Almada, registando-se o funcionamento do complexo industrial, já mencionado na Rua Henriques Nogueira, até ao século XVI, enquanto novas ocorrências, nomeadamente na Travessa Henriques Nogueira⁴⁵, sustentam o reavivar do dinamismo comercial local. (Rosa, Henriques, & António, 2017, p. 36).

A segunda metade do século XIV ficaria marcada pela Crise de 1383-1385, que opôs o Mestre de Avis, (futuramente aclamado em cortes) D. João I, a D. João I, rei de Castela e Leão, numa crise sucessória após a morte de D. Fernando e a inexistência de herdeiros. Almada e as suas gentes, declaradas apoiantes do Mestre de Avis, sustiveram durante meses ao cerco castelhano de 1384. Como reconhecimento, D. João I visitou Almada e concedeu a vila a D. Nuno Álvares Pereira. Apesar dos surtos de peste da década de 80 da centúria, Almada alcançou, nos fins do século XIV, um período de grande prosperidade e dinamismo. A este período estão associados edifícios nobres e religiosos, entre eles o Hospital de Santa Maria, (Barros, 1984, p. 81), e a Quinta dos Frades, assim como propriedades rurais do Alfeite, na Cova da Piedade, doadas por D. João I a D. Nuno Álvares Pereira. (Gonçalves E. , 2012, p. 40).

4.4.3. A alvorada moderna e a expansão marítima

⁴⁵ Escavação revelou quatro silos escavados na rocha e espólio numismático do reinado de D. Fernando (1367-1383). (Rosa, Henriques, & António, 2017, p. 17).

A entrada no século XV principia o período de expansão marítima do reino de Portugal, no qual este abraça a sua inegável génese marítima e coloca o a capital e o rio Tejo no centro das redes de comércio mais importantes da Europa.

Vivendo um período de grande prosperidade e vitalidade, a cidade de Almada vai conhecendo sucessivos desenvolvimentos. A ausência de uma cintura fortificada durante este século vai contribuir para o extravasar da malha urbana e da indefinição entre espaço rural e urbano. Por outro lado, o núcleo edificado que se começa a consolidar nas vizinhanças do Hospital de Santa Maria será o sítio escolhido para a acolher a Praça Nova, confirmado assim a irrevogável perda de importância da zona do Castelo. (António, Henriques, & Rosa, 2017, p. 23). Ademais, o adensar da malha urbana, durante o século XV, nesta zona, é corroborado pelos vestígios de habitações na Rua da Judiaria⁴⁶, no sítio da Casa do Maestro Leonel Ferreira⁴⁷, no sítio da Casa Pargana⁴⁸ (atual Arquivo Histórico Municipal) e ainda pelo destaque da Praça Nova (nas imediações do atual Largo Luís de Camões), onde viria a ser implementado o edifício dos Paços do Concelho. (Santos, Pereira, & Barros, 2006/2007, p. 39). O incremento demográfico e a expansão urbana estarão também intimamente ligadas ao surgimento de novos templos, como é o caso da Ermida do Espírito Santo (Almada). Esta ermida, mencionada nas fontes desde 1478 e onde o registo arqueológico inclui cerâmica enquadrável no século XV, está inserida nos arrabaldes da Almada baixo medieval e regista uma longa diacronia de utilização. (Henriques, António, Rosa, & Curate, 2011, p. 14).

Durante este período, a paisagem de Almada e do seu termo⁴⁹ ficou marcada pela progressiva ocupação do território e pela complexificação dos núcleos habitacionais existentes⁵⁰. A aldeia de Murfacém e o aglomerado da Caparica adquirem uma dimensão renovada com a constituição da Paróquia da Caparica, em 1472, por bula papal. A expansão da zona e a configuração de cinco lugares, entre os quais se destaca ainda a Sobreira, são reveladoras do desenvolvimento local e do seu crescimento face à vila de

⁴⁶ As primeiras estruturas habitacionais, assentes sobre o nível de lixeira dos silos islâmicos, remontam ao século XV. (Pequito, 2000a, p. 19).

⁴⁷ “Alguns materiais recolhidos permitem conjecturar uma proposta de datação mais recuada, centrada em meados do século XV (...). Esta perspetiva cronológica foi reforçada pelos resultados do estudo numismático.” (Henriques, António, & Rosa, 2014, p. 106).

⁴⁸ “«Palácio» construído no século XV - XVI, cedido à CMA pela família Júdice Pargana para funcionar como Arquivo Histórico.”

(<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3182485> – consultada a 11.09.2019)

⁴⁹ Região administrada pela vila de Almada.

⁵⁰ Consultar Anexo T.

Almada e à sua paróquia de Santiago, onde estava anteriormente inserido. (Silva et al, 2013, p. 11).

Por outro lado, é neste período que se regista um impulso das referências às propriedades rurais e agrícolas nas fontes escritas. Na Ramalha (Almada/Pragal) registam-se várias quintas, entre elas a de S. João da Ramalha, de Tanoeiras e a de Castros. “Pela concentração de várias propriedades num território relativamente reduzido, é possível perceber tratar-se de parcelas de pequenas dimensões que, ao designarem-se como quintas, integrariam estruturas edificadas como casas e lagares”. (Gonçalves E. , 2012, p. 42). Na Trafaria verifica-se uma cada vez maior ocupação do território rural, tendo em conta o conjunto de quintas e capelas que pela zona se distribuíam (Leal, 2013, p. 33).

A descompartimentação geográfica e a expansão marítima tornaram o estuário do Tejo num ponto obrigatório nos trajetos comerciais europeus. O acentuar do comércio, durante o século XV, coloca a vila de Almada em contacto e negócio com grandes polos económicos, dos Países Baixos a Bruges e das cidades marítimas de Itália ao porto fluvial de Sevilha. (Santos, Pereira, & Barros, 2006/2007, p. 39). Os vestígios arqueológicos do sítio da Rua da Judiaria, nomeadamente a análise do espólio de vidros, permitem caracterizar a população de Almada nesta fase de intenso comércio internacionais. O século XV corresponde a um período no qual se constata a presença de classes sociais mais abastadas em Almada, tais como nobres, mercadores, joalheiros, ourives, entre outros, ligados ao comércio internacional e à exploração ultramarina. Os raros e luxosos recipientes de vidro, de origens francesa e italiana, anteriormente desconhecidos do registo arqueológico em território nacional, corroboram a presença e a vivência destas classes. (Medici, 2005, p. 536).

É inegável o papel de destaque que o porto de Lisboa, e por consequência o estuário do rio Tejo, adquirem nesta conjuntura de grande dinamismo comercial e tecnológico. Como tal, o reino de Portugal foi dos primeiros a desenvolver uma estratégia defensiva marítima. Foi com D. João II que se idealiza o primeiro sistema de defesa da barra do Tejo, para o qual se previa a construção de uma fortaleza na entrada norte (Cascais) e de uma fortaleza em ambas as margens no local de menor distância (Belém e Porto Brandão). Construída entre 1480 e 1486 e implantada verticalmente numa escarpa próxima do Porto Brandão, a Torre Velha⁵¹ foi a primeira fortaleza marítima desenhada

⁵¹ Torre da Caparica ou Torre de São Sebastião da Caparica. (Piedade, 2011, p. 8).

para acomodar a inovação tecnológica da pirobalística. Funcionaria num sistema que incorporaria nas décadas seguintes a Torre de São Vicente (ou de Belém), a Torre de Santo António (Cascais) e o Botafogo⁵². (Piedade, 2011, pp. 6-9).

Não obstante o incremento das rotas internacionais, assistimos também durante o século XV ao acentuar da lógica comercial entre Almada e a capital. Surge, nos finais do século XIV, o registo do lugar da Pedreira, na encosta que desce de Almada para Cacilhas, ganhando dinamismo e dimensão durante o século XV. Ainda que utilizada para a construção local foi, acima de tudo, desenhada para abastecer Lisboa, como comprova a literatura coeva, “refere cinco barcas que se dedicavam exclusivamente a essa tarefa, acrescentando: “Afirmaria cada uma [barca] trazer por ano trezentas viagens, cada viagem é de três barcadas [...]”. (De Buarcos, João Brandão, *A Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, citado em Oliveira, 2016, p. 182).

4.5. Almada moderna e o mundo global

4.5.1. Almada no globo: riqueza agrícola e comercial

No decorrer dos finais do século XV e durante o século XVI assistimos a profundas alterações na paisagem do território do atual concelho de Almada⁵³. À entrada para o século XVI, Almada apresentava uma população em crescimento e uma maior distribuição de habitantes pelos vários núcleos habitacionais. No território viveriam cerca de duas mil pessoas, distribuídas pelas freguesias da vila⁵⁴ (178 fogos), pela Amora⁵⁵ (21 fogos), por Murfacém (14 fogos) e os restantes pelas quintas e casais rurais (279 fogos). (Lopes, 2010, p. 28). Entre os que constituíam estes cerca de 2214 habitantes encontramos pessoas de todas as classes sociais, “(de) famílias nobres, proprietários de casas e terras, a criados, eclesiásticos, trabalhadores agrícolas e artesanais e escravos.” (Flores, 2013, p. 10).

A pequena e média nobreza, os mercadores e os ourives residiriam em habitações de qualidade, entre as quais se encontram alguns palácios (como é exemplo a Casa

⁵² Navio estacionado no Tejo que constituiria uma bateria flutuante. (Piedade, 2011, p. 9)

⁵³ Consultar Anexo U.

⁵⁴ Santa Maria e Santiago. (Flores, 2013, p. 12).

⁵⁵ Território atualmente inserido na circunscrição do concelho do Seixal. (Lopes, 2010, p. 28).

Pargana⁵⁶), e teriam acesso a cerâmica de grande riqueza, de faiança da China a porcelana de Itália⁵⁷, e a recipientes de vidro luxuosos, oriundos de importantes centros produtores em Itália, França e Países Baixos. (Medici, 2005, p. 538). A nobreza próxima da casa real (fidalgos e cavaleiros da casa de El-rei) principiariam, durante o século XVI, a estabelecer propriedades rurais no termo de Almada, nomeadamente na zona da Sobreda e Cova da Piedade. Os terrenos de maior potencial agrícola estavam circunscritos à propriedade real do Reguengo da Caparica. (Flores, 2013, p. 14).

O clero e a Igreja adquirem, durante este século, particular proeminência na ocupação e do território de Almada, onde se assiste ao despontar de várias confrarias, conventos e templos um pouco por toda a paisagem. Na vila de Almada estabelece-se a Misericórdia de Almada, em 1555, incorporando o Hospital de Santa Maria (1562) e a Gafaria de São Lázaro (1569). (Barros, 1984, p. 80). A nova Igreja da Misericórdia de Almada, construída em 1564, assumir-se-ia como um local de destaque na organização social e religiosa, registando-se, em intervenção arqueológica, acima de cem indivíduos em contexto de enterramento (iniciando-se no século XVI). (Barros, 1984, p. 81). Ademais, constata-se no registo arqueológico o cessar de práticas funerárias, a partir do século XVI, na Igreja de Santiago. (Sabrosa & Santos, 1992, p. 10).

Nos arrabaldes, afastados dos limites da vila, estabelecem-se durante o século XVI a Ermida de São Sebastião, (Lopes, 2010, p. 8), e o Convento de São Paulo, fundado pela ordem de São Domingos, mais afastado para nordeste, que, “(...) entre 1568 e 1668, (...), foi um local eremítico, residência eleita para muitas gerações de frades dominicanos”. (Valentim, 2010, p. 11).

Por sua vez, nas regiões agrícolas e rurais do território, na Sobreda, na Cova da Piedade, (Gonçalves, 2012, p. 63), e na Caparica surgem várias ermidas privadas, sendo exemplo disso a Ermida de São Tomás de Aquino, erigida nas primeiras décadas da centúria pelos Noronha, senhores da Quinta da Torre⁵⁸. Nasce, também na Caparica, em Murfacém, a partir de 1558, um convento para uma comunidade de frades capuchos, que viria a ficar conhecido como o Convento dos Capuchos. (Fontes, 2014, p. 23).

⁵⁶ “Palácio construído no século XV - XVI, cedido à CMA pela família Júdice Pargana para funcionar como Arquivo Histórico. Foram identificadas duas bolsas/fossas de despejo com materiais do século XVI que pela sua riqueza (faianças italianas e porcelanas chinesas) indiciam o carácter palaciano do edifício.” (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3182485> – consultado a 16/09/2019)

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Capela de São Tomás de Aquino é um exemplar de ermida rural manuelina, fazendo parte de um conjunto de pequenos templos integrados em propriedades senhoriais ou monacais. (Silva F. , 1996, p. 204).

A economia na vila de Almada conheceu neste período um acentuado crescimento, associado a uma íntima simbiose comercial com a capital. A produção agrícola, assente na boa qualidade dos solos a norte do território, estava orientada para a plantação e cultivo da vinha, dos cereais, das oliveiras, dos produtos hortícolas, das árvores de fruto e para a exploração do mel. O cultivo da vinha destacava-se pela sua rentabilidade superior, relacionada com o escoamento do vinho para os mercados internos e externos. As terras menos agricultáveis do Sul do território, charnecas, matas, pinhais e florestas, desempenhavam um papel importante enquanto reserva de caça, zona de pastoreio, reserva para lenha e carvão e reserva de madeira para as atividades industriais. (Flores, 2013, p. 16). A pesca desempenhava um papel de complementaridade e permitia a subsistência das comunidades ribeirinhas, não se constituindo como fonte de rendimento primordial. (Leal, 2013, p. 34).

É também neste século que se constituem algumas das práticas artesanais e industriais que iram definir a paisagem da vila de Almada e seu termo nas centúrias vindouras. A extração mineral ainda se encontra presente, através da extração de pedra do sítio da Pedreira, na encosta de Cacilhas, (Jesus, 2013, p. 9), e da temporária reativação da extração aurífera na mina da Adiça, na Fonte da Telha (Duarte, 2015, p. 91). A transformação das matérias-primas agrícolas assume uma crescente importância e assiste-se à proliferação de lagares, para o vinho e azeite, pelas propriedades rurais, assim como o surgimento de vários moinhos de vento e de maré destinados à indústria da moagem, especialmente do trigo. Indissociável destas produções é a tanoaria, prática artesanal destinada a fabricar vasilhames de madeira (normalmente barris), que permitia o transporte e o comércio dos produtos transformados. Entre outras indústrias é importante destacar os fornos de produção de cal e a extração de sal. A madeira de qualidade, de sobreiro e pinheiro, extraídas das matas e florestas do sul do território, associadas ao uma morfologia costeira caracterizada por pequenas enseadas, “(...) favoreceram o acolhimento de embarcações e a instalação de estaleiros de construção naval.” (Flores, 2013, pp. 18-19). Por último, assiste-se à criação da primeira fábrica de saboaria, estabelecida no Porto Brandão, pelo menos desde o reinado de D. Manuel I. (Flores, 2003, p. 43).

O comércio e o transporte marítimo estavam em franco desenvolvimento e progressiva expansão global, como constata a análise aos espólios cerâmicos do sítio da

Casa Pargana⁵⁹, do sítio da Casa do Maestro Leonel Ferreira⁶⁰ e do sítio da Rua da Judiaria⁶¹, onde se verifica a importação de cerâmica e recipientes de vidro de grande qualidade e luxo, oriundos de vários pontos no globo. As exportações dos produtos locais estavam em grande medida direcionadas para as dinâmicas comerciais com Lisboa. O abastecimento de pão, produtos hortícolas, vinho e azeite, transportados por via fluvial dos portos de Cacilhas e Porto Brandão, era essencial para a crescente população da capital. Ainda que não se constituíssem como mercado preferencial, as rotas internacionais acolhiam também parte da produção vinícola do termo de Almada, que estava destinado para portos europeus (Flandres e Alemanha) e para o império (Brasil e Índia). (Flores, 2013, pp. 16-20).

4.6.2. A complexificação do território de Almada e seu Termo

A vila de Almada conhece, com o início da centúria de seiscentos, importantes evoluções na sua malha urbana. É também durante este século que se principiam os processos de desenvolvimento social, económico e religioso dos núcleos habitacionais que compõem o termo da vila.

A matriz urbana da vila expande-se por contextos habitacionais inéditos ou por novas ocupações. Até à segunda metade do século XVI “a vila de Almada não passava além do Largo da Câmara.”, (Lopes, 2010, p. 28), no entanto, através da análise dos registos arqueológicos podemos observar o crescimento da vila durante o século XVII, especialmente para este e para sul. Para este da Praça Nova (próxima do atual Largo de Camões) foi descoberta uma nova ocupação habitacional seiscentista no sítio da Rua Capitão Leitão nº2/2⁶² e, para sul, foi exposta um contexto seiscentista no sítio da Rua Heliodoro Salgado⁶³. As alterações verificam-se também dentro do perímetro da vila, sendo que a oficina de curtumes do sítio da Rua Henriques Nogueira, que conheceu a

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ (Henriques, António, & Rosa, 2014).

⁶¹ (Medici, 2005, p. 567).

⁶² “Pelas características da estratigrafia e dos materiais recolhidos, tudo indica que estamos perante um espaço habitacional, (...) com vestígios cronologicamente atribuíveis ao final do século XVII.” (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3360594> – consultado a 16/09/2019)

⁶³ O espólio, que contém cerâmica comum e vidrada, um frasco de perfume do século XVII, entre outros aponta para um contexto habitacional que implique práticas quotidianas. (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2808955> – consultado a 16/09/2019)

mesma utilização entre os séculos XII e XVI, transforma-se numa ocupação habitacional a partir do século XVII. (Rosa, Henriques, & António, 2017, p. 18). Registam-se ainda estruturas e espólio, cerâmico e azulejar, datáveis para a centúria de seiscentos, no sítio dos Paços do Concelho (Barros, 1984, p. 26.). Por outro lado, regista-se um claro declínio nas fontes materiais, de cerâmica e de vidro⁶⁴, de grande riqueza ou luxo, o que poderá pressupor alterações ao tecido social da vila. (Medici, 2005, p. 568).

Se na vila se verifica o declínio material e possivelmente social, no restante do termo de Almada assistimos a um período de embrionária complexificação económica, social e religiosa. Na Trafaria assiste-se ao desenvolvimento de um importante polo económico, religioso e militar. Em 1678 é constituída a Capela de Nossa Senhora da Saúde, próxima de um Lazareto provisório, constituído no final do século XVI, sob a intenção de “(...) *que as pessoas que estiverem de quarentena possam assistir à celebração da missa nos dias santos.*” (Leal, 2013, p. 34). Assiste-se ainda à construção, em 1683, do Forte da Trafaria, com funções militares e aduaneiras. No entanto, é apenas no final do século XVII, em 1695, que se verifica o estabelecimento definitivo do Lazareto da Trafaria⁶⁵. Afastadas deste núcleo edificado, encontram-se as propriedades rurais da Trafaria, de posse aristocrática ou eclesiástica, onde transitam as culturas agrícolas exploradas no século XVI (vinha, oliveira, cereais e árvores de fruto). (Leal, 2013, p. 33).

A Sobreda conhece, na centúria de seiscentos, um período progressiva ocupação e desenvolvimento, em virtude do estabelecimento de várias propriedades rurais aristocráticas. Estas quintas “pertenciam a famílias nobres que mantinham na margem sul do Tejo, próximas da capital, unidades de produção agrícola para abastecimento das suas casas e cobranças de rendas. Muitas destas incluíam jardins, miradouros e outros espaços de recreio e lazer, utilizados pelos proprietários principalmente durante o verão, evitando assim o ambiente pouco salubre da cidade de Lisboa.” (Silva et al, 2013, p. 26). O núcleo social e habitacional da Sobreda é definido pelo solar dos Zagallos, uma propriedade agrícola com uma ermida, erigida no século XVII. Constituem-se, no entanto, várias dezenas de quintas e outras propriedades rurais aristocráticas, entre as quais se destacam

⁶⁴ “The absence of such glass (expensive glass vessels) from more recent periods is possibly related to some social changes regarding the inhabitants of the area”. (Medici, 2005, p. 568).

⁶⁵ http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32962 – consultado a 16/09/2019.

a Quinta do Caiado⁶⁶, a Casa da Quinta de São Pedro⁶⁷ e a Quinta da Várzea⁶⁸. As explorações agrícolas estavam direcionadas, em grande medida, para as bem-sucedidas produções de vinho e azeite, como comprovam as estruturas de moagem e lagares, presentes nestas propriedades. (Silva et al, 2013, p. 36).

Todavia, as fontes cartográficas setecentistas, não obstante a pontual alusão ao topónimo Trafaria, indicam que o desenvolvimento de núcleos habitacionais que pontilham o termo é incipiente e que a realidade territorial do concelho é ainda definida pela dicotomia, entre a urbanidade de Almada e Cacilhas e o mundo agrícola dos férteis terrenos do norte da paisagem, na Caparica e em Murfacém⁶⁹. Importantes referências são feitas à Torre Velha⁷⁰, anuindo à sua importância na defesa da barra do rio Tejo, assim como ao Convento dos Capuchos (sob o topónimo de St. António), o que pode corresponder à sua importância religiosa ou a sua localização e visualidade privilegiada.

A economia da centúria de seiscentos, na vila de Almada e seu termo, é definida pela continuidade, tanto em termos de exploração agrícolas, como em termos de produção industrial. As culturas da vinha, da oliveira, dos cereais, das árvores de fruto e dos produtos hortícolas destacam-se como preferenciais, em contiguidade com o século anterior. Na indústria, a extração continua a registar-se na Pedreira⁷¹ e as várias oficinas de artesanato, assim como a Fábrica de Sabão do Porto Brandão, mantêm a sua produção, não se registando significativos desenvolvimentos tecnológicos ou produtivos. O comércio, que apresenta uma dinâmica de continuação em tudo semelhante às atividades agrícolas e industriais, levanta algumas questões, pois verifica-se um declínio na qualidade dos vestígios materiais na vila de Almada. Em oposição ao século anterior, onde estavam presentes cerâmicas e vidros de grande requinte e luxo, nesta centúria verifica-se um vazio deste tipo de produções. (Medici, 2005, p. 567). Esta alteração poderá estar relacionada com alteração ao tecido social de Almada, com a realocização da aristocracia nas propriedades rurais, com perturbações nas rotas comerciais ou com eventos políticos, como a Crise Sucessória de 1580 e o reinado da dinastia filipina.

⁶⁶ “A Norte do Solar dos Zagallos fica a Quinta do Caiado, assinalada pelo brasão dos Caiado e Azevedo. Referenciado desde o século XVII.” (Silva et al, 2013, p. 28).

⁶⁷ http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10563 – consultado a 17/09/2019.

⁶⁸ http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10561 – consultado a 17/09/2019.

⁶⁹ Consultar Anexo D.

⁷⁰ Consultar Anexo E.

⁷¹ Jesus, 2013, p. 9.

Tal como na centúria anterior, assistimos ao despontar de várias instituições eclesiásticas pelo território de Almada e seu termo. Nos arrabaldes da vila é erigido um edifício de carácter religioso, provavelmente um convento dominicano, no sítio da Casa da Cerca⁷². A Sobreda é pontilhada por inúmeras ermidas e capelas privadas, constituídas nas propriedades rurais aristocráticas, entre as quais a Capela de Santo António e a Ermida de Nosso Senhor dos Passos, no solar dos Zagallos, (Silva et al, 2013, pp. 40-45), e a Capela de Nossa Senhora do Livramento⁷³. Destaca-se ainda a existência do entretanto desaparecido Convento de Nossa Senhora da Assunção dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, erigido em 1660, e que possuía uma larga propriedade rural com infraestruturas de apoio à exploração agrícola. (Silva et al, 2013, p. 45). Na Cova da Piedade surge uma ermida, em 1670, dedicada ao culto de Nossa Senhora da Piedade e a S. Simão. (Rosa, Henriques, & António, 2015, p. 12), e na Trafaria, como mencionado anteriormente, assiste-se à edificação da Capela de Nossa Senhora da Saúde, em 1678. (Leal, 2013, p. 34).

4.5.3. A vila de Almada e o terramoto de 1755

O acentuar das dinâmicas sociais, económicas e religiosas dos núcleos habitacionais do termo da vila de Almada, iniciado nas duas centúrias anteriores atinge, durante os setecentos, uma fase de consolidação. Almada adquire progressivamente uma maior heterogeneidade territorial e expande-se para lá do eixo agrícola-urbano dos núcleos de Caparica-Almada⁷⁴.

O século XVIII ficará para sempre marcado pelo terrível evento do Terramoto de 1755, que afetou violentamente a plataforma continental nacional, incluindo Almada. O concelho foi um dos locais onde a destruição foi tal que “Na Vila exceto duas ou três moradas de casas todas as mais caíram ou ficaram gravemente arruinadas, infelicidade que padeceram quase todos os edifícios nobres.” (Matos, Salvador, citado em Rosa, Henriques, & António, 2017, p. 23). O terramoto teve consequências duradouras na vila de Almada e seu termo, com especial enfoque no núcleo habitacional de Almada Velha, onde a esmagadora maioria do edificado enquadra-se no período Pombalino ou em

⁷²<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74207> - consultado a 17/09/2019

⁷³ http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10124 – consultado a 17/09/2019

⁷⁴ Consultar Anexo U.

períodos posteriores. (Henriques, António, Rosa, & Curate, 2011, p. 8). Contudo, e apesar do terrível evento de 1755, Almada e seu termo conheceram durante esta centúria um acentuado crescimento demográfico. Entre o século XVII e os finais do século XVIII, a progressão foi de cerca de 2500 habitantes para cerca de 12700 habitantes. (Rodrigues, 1999, p. 21).

A administração do território do termo estava organizada em cinco freguesias principais, nomeadamente Santa Maria e Santiago (vila de Almada), Caparica e, as freguesias, que em breve deixariam e que atualmente não pertencem ao concelho, Arrentela, Amora e Corroios. A freguesia de Santa Maria, correspondente à primeira paróquia medieval de Almada incorporava os topónimos próximos da zona do Castelo. Por sua vez, a freguesia de Santiago incorporava os topónimos que descem da zona do Castelo em direção a Cacilhas e em direção à zona ribeirinha leste. A freguesia da Caparica, à qual estavam circunscritas a grande maioria dos restantes núcleos habitacionais, dividia-se em 5 varas: Fonte Santa⁷⁵, Murfacém⁷⁶, Funchal, Ribeiro e Sobreda⁷⁷. (Silva, 2008, p. 72).

O incremento populacional terá certamente contribuído para o desenvolvimento dos pequenos núcleos habitacionais que pautavam a paisagem almadense. Na Cova da Piedade, a construção da Igreja da Cova da Piedade, no lugar de uma pequena ermida seiscentista, funciona como ponto nevrálgico da expansão urbana dos séculos vindouros. (Rosa, Henriques, & António, 2015, p. 12). A pequena comunidade principia a estabelecer-se como um aglomerado urbano importante, como é visível na cartografia coeva⁷⁸, intercetando a estrada que liga Cacilhas e as praias do Mar de Palha, Margueira, Mutela e Caramujo, com o sul do país. (Flores, 1990, p. 18). No final do século XVIII, segundo Alexandre Flores, a Piedade já possuía três centros socioeconómicos, na Mutela, onde se destacam as oficinas de artesanato, no Largo da Piedade, onde florescia uma vida comunitária plena de práticas culturais locais (festas e corridas de touros e cavalos) e relevância económica (realização do mercado) e no Caramujo-Romeira, praia com elevado tráfego naval. (Flores, Alexandre, citado em Toscano, 2012, p. 25)

⁷⁵ Onde se inseriam os topónimos de Porto Brandão e Paulina (portos) e Torre (agrícola). (Silva, 2008, p. 72).

⁷⁶ Onde se inseriam os topónimos de Trafaria e Portinho da Costa e de Buxos (portos). (Ibidem).

⁷⁷ Consulta Anexo F.

⁷⁸ Consulta Anexo G.

À entrada da centúria de setecentos, na Trafaria, assistimos a uma realidade dicotómica, entre o mundo rural das propriedades aristocráticas e o polo económico, religioso e militar do forte, presídio, lazareto e Igreja de Nossa Senhora da Saúde. No entanto, e ainda que existisse atividade pública nas ermidas privadas das propriedades agrícolas, a prática religiosa das gentes da Trafaria alterou-se com a progressiva perda de importância do mundo rural. Face ao encerramento da igreja de Nossa Senhora da Saúde à comunidade, foi erigida, em 1751, por agregação popular chefiada pelos Mestres das Embarcações da Trafaria, a Ermida de Nossa Senhora da Conceição. A consolidação do desenvolvimento da Trafaria surge em finais do século XVIII quando se constata a existência vários polos sociais, económicos e religiosos relevantes. Do mesmo modo a referência ao topónimo de Trafaria em grande parte da cartografia contemporânea reflete a estabilização do povoado e a sua crescente importância⁷⁹. A diversidade do povoado expressa-se pelos diferentes centros, o de cariz militar, administrativo e religioso (forte, presídio, lazareto, centro aduaneiro, igreja, a que se soma uma escola de artilharia marítima, em 1797), o agregado populacional do areal, composto em volta de atividades marítimas e ribeirinhas (onde se inclui a Ermida de Nossa Senhora da Conceição e, mais tarde, a Capela de S. Pedro⁸⁰) e ainda o mundo rural, pontilhado por propriedades agrícolas aristocráticas e eclesiásticas, “em constante perda de importância face à realidade litoral”. (Leal, 2013, pp. 34-36).

Na vila de Almada, não obstante a violência do terramoto, regista-se a recuperação de todo o tecido urbano, como foi possível corroborar não só nos contextos habitacionais da Rua Henriques Nogueira⁸¹, no sítio da Rua Serpa Pinto⁸² e na Rua Capitão Leitão 2º/2⁸³, como nos contextos edificadas de prestígio, no sítio da Casa da Cerca, e de poder local, no sítio dos Paços do Concelho. A revitalização da vila permite mesmo a construção

⁷⁹ Consulta Anexo H.

⁸⁰ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27243 – consultado a 17/09/2019.

⁸¹ “Do séc. XVII ao XX segue-se uma ocupação com carácter habitacional”

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=53354> – consultado a 18/09/2019

⁸² “Edificação erguida em período pós-terramoto de 1755 ostenta, no interior, características inerentes em termos de soluções construtivas, nomeadamente paredes com estrutura em madeira (a dita gaiola pombalina)”. (António, Henriques, & Rosa, 2017, p. 16).

⁸³ “Pelas características da estratigrafia e dos materiais recolhidos, tudo indica que estamos perante um espaço habitacional que ruuiu durante o terramoto de 1755, e posteriormente foi reconstruído.”

(<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3360594> – consultado 18/09/2019)

de novos edifícios, como é o caso da edificação dos Paços do Concelho⁸⁴, em 1795, sobranceiros ao atual Largo Camões (presumível Praça Nova). As igrejas da vila de Almada sofreram pesados danos e face à destruição das Igrejas de Santiago e Misericórdia, a Ermida do Espírito Santo passa assumir-se como local de enterramento primordial para estas freguesias, “terá sido amplamente utilizada como espaço sepulcral após 1755”. (Henriques, António, Rosa, & Curate, 2011, p. 10). À qual se junta uma necrópole descoberta no sítio do Cristo Rei⁸⁵.

A realidade rural da Sobreira sublinha o percurso iniciado no século anterior e que vê na centúria de setecentos o estabelecimento de novas propriedades rurais aristocráticas. São identificáveis neste período as Quintas da Graciosa e do Lazarim, assim como as ermidas construídas na Quinta da Várzea, Ermida de Nossa Senhora dos Remédios, e na Quinta do Caiado, após a destruição de 1755, Ermida de Santo António do Caiado. (Silva et al, 2013, p. 36).

Assim, observamos um território gradualmente heterogéneo, onde os diferentes núcleos habitacionais desenvolvem as suas próprias dinâmicas sociais, económicas e culturais. A economia conheceria neste século um período marcado pela intensa imigração, mormente para trabalhar no mundo rural, contudo, não só de trabalho agrícola se vivia, assistindo-se à chegada de vários artesãos para trabalhar nas adegas e na tanoaria. As explorações agrícolas, como comprova a cartografia encontravam-se predominantemente no Norte e estendiam-se entre Murfacém, Caparica, Fonte Santa, Sobreira, Pragal, Ramalha e Piedade⁸⁶, onde se explorava maioritariamente a cultura da vinha. Todavia, grande parte da imigração deste período veio dar dimensão outros ofícios e indústrias, chegaram homens exímios nas artes para os estaleiros e o artesão para as oficinas de cantaria da Mutela. As alterações que se verificam neste período e que são também elas perceptíveis na cartografia setecentista prendem-se com importância que as zonas ribeirinhas, portuárias e marítimas adquirem. A par do crescente destaque que merecem os povoados da Trafaria, do Porto Brandão e de Cacilhas, assiste-se a um acentuado desenvolvimento do litoral estuarino norte, onde os pequenos portos e enseadas

⁸⁴ “1795 - inauguração do edifício (...)” - http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5847 (consultado a 18/09/2019)

⁸⁵ “(...) surgiram ossadas de 14 indivíduos que se encontravam sepultados numa vala comum. É provável que se trate de enterramentos dos séculos XVIII - XIX.” - <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2808724> (consultada a 18/09/2019)

⁸⁶ Consulta Anexo G.

são frequentemente referenciados na cartografia coeva⁸⁷, e das praias do litoral este, onde em finais do século XVIII já viviam cerca de 30% dos habitantes do termo de Almada. (Rodrigues, 1999, p. 21). O desenvolvimento destas zonas, a par do incremento de trabalhadores, permite supor-se que exista uma pujante indústria de reparação e construção naval, aliada a uma simbiose comercial e de transportes cada vez mais acentuada com a capital.

É também neste século que a pesca adquire o papel central na subsistência de um povoado do termo, verificando-se na recém ocupada, Costa de Caparica. O povoado foi iniciado por comunidades piscatórias da Beira Litoral (Aveiro, Ílhavo) e do Algarve (Olhão), em 1770, que já ocupariam sazonalmente as dunas, mas, face à abundância do pescado e à proximidade do mercado de Lisboa, decidiram aí estabelecer-se. A pesca, e mais particularmente, a arte xávega, corresponde ainda hoje a um indelével marco cultural destas comunidades. Foi no final da centúria que, dado o abandono administrativo de Almada, a comunidade piscatória se uniu, através do “Cofre dos Quinhões das Campanhas”, para construir a igreja (1770), o cemitério (1780) e o poço (1789). (Silva, 2013, p. 39).

4.6. A génese industrial e o declínio agrícola

As alterações promovidas pelas inovações tecnológicas industriais, a partir da centúria de oitocentos, iriam para sempre alterar a paisagem e o tecido socioeconómico do concelho de Almada⁸⁸. A primeira metade do século é definida pelo tímido, mas constante crescimento da indústria, estimulado pela introdução da energia a vapor no transporte marítimo. Nas zonas ribeirinhas destacam-se os inúmeros armazéns de exportação vinícola e de azeite e uma fábrica de destilaria, no Ginjal (Cacilhas), (Gonçalves, 2000, 15-28) e a Fábrica de Produtos Químicos da Margueira. (Gonçalves, 2012, p. 72).

As primeiras décadas do século desenrolam-se a par de desenvolvimentos políticos e militares de grande turbulência. Entre 1807 e 1810, Portugal foi palco de três invasões de forças imperiais francesas, que arrasaram e pilharam grande parte do território, tendo inclusive levado à fuga da Casa Real para o Brasil, em 1807. Os anos subsequentes

⁸⁷ Consulta Anexo H.

⁸⁸ Consultar Anexo V.

ficariam marcados pela alvorada liberal e pela instabilidade política, culminando na Guerra Civil Portuguesa, que opôs os partidários⁸⁹ de D. Miguel I aos partidários⁹⁰ de D. Maria II e seu pai, D. Pedro IV, entre 1832 e 1834. Almada foi um dos vários pontos no território nacional que viveu estes acontecimentos em primeira mão, através da construção de uma linha de redutos defensivos em altura, entre a Mutela e a Caparica, (Rodrigues, 1999, p. 22), e da Batalha da Piedade (1833), eternizada com a construção do coreto do jardim da Cova da Piedade⁹¹.

A economia do concelho de Almada, marcadamente rural, com especial enfoque na cultura da vinha, enquadrando-se como um dos territórios mais produtivos do país⁹², e de tímido carácter industrial, sofre, a partir de meados do século de oitocentos um violento choque que iria precipitar importantes mudanças no território. A somar à falta de trabalhadores locais para tarefas sazonais, obrigando à contratação exterior e onerando os custos de produção, e à extinção dos morgadios, a independência do Brasil no início do século e a abertura aos mercados internacionais colocou a produção vinícola portuguesa em intensa competição global. Ademais, a propagação das pragas de oídio e filoxera, a primeira a partir de 1847 (originária nos Estados Unidos da América), devastaria as vinhas pelo globo fora e Portugal e Almada não foram exceção. (Silva et al., 2013, 20). “O desinteresse dos proprietários em relação a uma possível conversão da agricultura após as quebras das perspectivas dos lucros tradicionais, levou à instabilidade fundiária e à desvalorização da propriedade, bem aproveitada pelas indústrias que se iam instalando na região”. (Rodrigues, 1999, p. 25). O setor agrícola, ainda que desempenhando um papel importante na economia, estava condenado à progressiva decadência.

Assistimos, portanto, a um período de profundas alterações no tecido socioeconómico da região, com, não só a indústria a assumir um progressivo papel

⁸⁹ Os absolutistas ou tradicionalistas. ([https://www.infopedia.pt/\\$guerra-civil-em-portugal-\(1832-1834\)](https://www.infopedia.pt/$guerra-civil-em-portugal-(1832-1834)) – consultado a 23/09/2019)

⁹⁰ Os liberais. ([https://www.infopedia.pt/\\$guerra-civil-em-portugal-\(1832-1834\)](https://www.infopedia.pt/$guerra-civil-em-portugal-(1832-1834)) – consultado a 23/09/2019)

⁹¹ “O coreto para o qual está a olhar recorda a Batalha da Cova da Piedade (1833): depois de uma caminhada a pé desde o Algarve, os Liberais enfrentaram os Miguelistas nesta freguesia.” (https://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=genericPage&genericContentPage_qry=BOUI=6461541 – consultado a 23/09/2019)

⁹² Consultar Anexo K.

preponderante, mas também a pesca, através da qual os locais onde é praticada adquirem estatuto administrativo⁹³ e proeminência na cartografia coeva⁹⁴. (Leal, 2013, p. 33).

A indústria conheceu, especialmente a partir da viragem para a segunda metade dos oitocentos, um crescimento significativo. A introdução da energia a vapor no transporte marítimo, os baixos preços, a proximidade a Lisboa e a excedentária mão-de-obra do outrora pujante setor agrícola tornavam o litoral almadense muito apetecível para o capital nacional e estrangeiro. (Gonçalves, 2000, pp. 18-24). A heterogeneidade de setores e de produtos é uma das características da industrialização do concelho, entre os quais, contudo, merecem destaque a indústria corticeira, naval, de moagem e os armazéns. (Rodrigues, 1999, p. 26).

No litoral ribeirinho noroeste, na Trafaria, instala-se, em 1873, a fábrica de pólvora do engenheiro francês *Combemale* e no Porto Brandão instala-se a *Promittente*, com docas e planos elevados para a reparação naval. No litoral norte destaca-se o Olho de Boi onde se instala, em 1845, a Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonenses. A faixa costeira, entre o Olho de Boi e Cacilhas, conhecida por Ginjal, apresenta um grande dinamismo (paleo)industrial⁹⁵ e uma importante tradição de armazéns comerciais, que se manterá durante o século XIX verificando-se a existência de onze armazéns em 1838, entre os quais se destacam os de Theotónio Pereira (1845), com uma produção concentrada no vinho, no azeite e no vinagre, e os de Bento José Pereira e de Carvalho Ribeiro e Ferreira. A sua posição privilegiada, defronte para Lisboa, leva ao estabelecimento da indústria corticeira, a fábrica *Syrmington* (1872) e uma outra mais discreta; dos estaleiros navais de Hugo Parry (*H. Parry & Son*⁹⁶), em 1860; da destilaria A.F. Silva & C^a; da tanoaria de Francisco Cerca; da latoaria de Eduardo Oliveira; de uma fábrica de cal; e ainda de algumas unidades conserveiras. (Gonçalves, 2000, pp. 18-37).

Contíguo ao Ginjal, o porto de Cacilhas, milenarmente ligado à capital, foi também alvo de investimentos industriais. A indústria corticeira surgiu pela mão da

⁹³ Costa de Caparica e Trafaria constituem-se, em finais do século, como duas das quatro varas da Caparica. (Leal, 2013, p. 34)

⁹⁴ Consultar Anexo I.

⁹⁵ “o Ginjal é um local privilegiado para a instalação de armazéns que, segundo Jorge Custódio, poderão remontar ao período da expansão portuguesa e são o primeiro indício da industrialização de Almada.” (Gonçalves, 2000, p. 21).

⁹⁶ “Um deles (mestres caldeireiros), Hugo Parry, abandona três anos depois o Arsenal da Marinha e abre estaleiro por conta própria no aterro da Bela Vista, Lisboa. Algum tempo depois transfere-se para o Ginjal, estando instaladas na praia do Cubal, com a sua inclinação natural, as carreiras de construção, em madeira. Até ao final do século XIX saíram do estaleiro *Parry & Son* 30 navios, incluindo o primeiro navio com casco de aço construído no país”. (Gonçalves, 2000, pp. 17-18).

fábrica J. Thomaz Calado, a indústria naval pela mão de António José Sampaio, estabelecendo um cais de reparação de navios a vapor (1866), às quais se somam pequenas explorações de produtos alimentares. A sul de Cacilhas, na praia da Margueira, instalar-se-ia, inicialmente, a Fábrica de Produtos Químicos da Margueira (1823), seguida da *Serzello*, fábrica química (1844), e das fábricas corticeiras de *Henry Bucknall & Sons*, *Hilario Rodriguez Piló y Hijo* e *Corticeiros Armstrong*. (Rodrigues, 1999, pp. 25-30).

O arco ribeirinho leste, que viria a desenvolver-se e a constituir a futura Cova da Piedade, era composto pelas praias da Mutela, do Caramujo e do Outeiro, e pela povoação da Piedade e povoados da Ramalha e Barrocas. A zona litoral adquiriu um elevado grau de dinamismo, tornando-se num dos polos industriais do estuário do Tejo. À indústria corticeira, presente no Caramujo e no Outeiro, nas fábricas Vilarinho e Sobrinho, Companhia Londres e Lisboa, *S. Dundas Wigborg & John L. Wilson*, somam-se as indústrias navais, no Outeiro pelas mãos de António José Sampaio (docas), e moageira, através de uma das grandes fábricas portuguesas, a Fábrica de Moagem do Caramujo (1865). Encontram-se ainda explorações de pequena e média dimensão apontadas a produtos alimentares. (Rodrigues, 1999, pp. 25-30).

As profundas alterações a que assistimos neste século repercutiram-se pelas dimensões sociais, económicas e políticas de Almada. O declínio acentuado da produção agrícola, em especial da vinha, à qual estiveram em grande parte sujeitas as estratégias de ocupação humana do território, o crescimento exponencial das zonas litorais do concelho e a crescente industrialização concretizam a anunciada perda de importância da realidade rural. (Silva et al, 2013, p. 20).

O desenvolvimento da indústria proporcionou, não apenas aos habitantes da região, mas também a diversos contingentes populacionais de diversas zonas do país, perspectivas de trabalho e melhor condições de vida. Todavia, a pobreza era o denominador comum no quotidiano destas comunidades e arranjar trabalho certo era muitas vezes uma ilusão. (Gonçalves, 2000, p. 48). Neste período verifica-se a transferência de mão-de-obra local para as indústrias do litoral almadense, corroborada pela cartografia contemporânea⁹⁷, (Silva et al, 2013, p. 21), a par de um intenso fenómeno migratório que levaria a Almada milhares de portugueses. Assistimos à chegada de artífices ligados à indústria corticeira do Alentejo litoral e do Algarve interior e de gentes

⁹⁷ A cartografia da época demonstra o desenvolvimento dos povoados litorais, da Costa de Caparica até ao Outeiro e o Alfeite (consultar Anexo I.).

das fainas, da extração de matérias-primas ou simplesmente camponeses, das Beiras, Alentejo e Algarve. (Rodrigues, 1999, p. 30). Almada apresenta para este período um crescimento expressivo, especialmente quando comparado com os restantes concelhos da margem sul do rio Tejo, “Em 1878 o concelho de Almada destacava-se já claramente dos restantes subúrbios da margem sul em número de habitantes”. (Rodrigues, 1999, p. 31).

O fluxo migratório que se fez sentir neste período e o estabelecimento dessas comunidades na faixa litoral do concelho levou à inevitável expansão da malha urbana de Almada e ao crescimento dos vários centros urbanos ribeirinhos. No terceiro quartel do século de oitocentos a freguesia de Almada crescia acima de tudo a zona suburbana da capital e nos finais do século conheceu uma fase de renovado crescimento. (Rodrigues, 1999, p. 31). A expansão da vila, caracterizada por habitações velhas e em mau estado, onde prédios possuem compartimentos insalubres, sem arejamento ou luz, (Gröer, 1946, em Flores, 2006, p. 185), constata-se pela instalação de esgotos no sítio dos Paços do Concelho⁹⁸.

O arco ribeirinho leste, formado pelas praias da Mutela, Caramujo e Outeiro, e pelos núcleos habitacionais da Piedade, das Barrocas e da Romeira tornar-se-ia no grande centro industrial do concelho, a par do Ginjal, e receberia o grosso dos contingentes migratórios. A industrialização da zona ribeirinha, alimentada por um intenso fenómeno migratório e atraída pela localização privilegiada nos acessos ao sul do país, e o vertiginoso crescimento urbano, consolidou estes núcleos urbanos e polos industriais numa malha urbana alargada, como é observável na cartografia contemporânea⁹⁹. “A partir da segunda metade do século XIX, com a instalação de diversas unidades industriais, os pequenos aglomerados habitacionais vão desenvolver-se, ocupando antigos terrenos agrícolas e zonas húmidas de baixo custo. Assim, foi sendo criada uma malha urbana consolidada, (...) Em virtude do crescimento urbanístico associado à industrialização, aqueles sítios outrora afastados vieram a juntar-se cada vez mais”. (Gonçalves, 2012, pp. 49-71). O adensar dos núcleos urbanos e o impreterível desenvolvimento comercial levou à frenética construção de habitações, descritas por Gröer como “verdadeiros casebres”, na Mutela, e “cavalariças humanas”, que “só podem causar doenças e uma completa degeneração dos seus inquilinos”, no Caramujo e na Cova da Piedade. (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, p. 185). Estas edificações ficavam, por

⁹⁸ “(...)”, à qual se sobrepunha um esgoto em caixa de finais do século XIX.” (Barros, 1984, p. 20)

⁹⁹ Consultar Anexo I.

vezes entre fábricas ou atrás de outras casas velhas, sob corredores estreitos e afogadas pelas construções vizinhas. (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, p. 185).

No litoral norte, a Trafaria, que adquire neste século uma inequívoca proeminência face à sua anterior dependência, Murfacém, continua a estabelecer-se como um núcleo urbano virado para as atividades marítimas, intimamente ligado à capital, mas também ligado por estrada a Almada¹⁰⁰. A pesca e as atividades ribeirinhas desempenhavam um papel central, a par do centro aduaneiro e militar do Forte e Presídio, assim como a atividade balnear, a partir do final do século¹⁰¹. Neste período regista-se a construção de uma nova igreja, a Igreja de São Pedro, iniciada em 1856 para substituir a anterior Capela de São Pedro¹⁰², e para fazer face à inutilizada Capela de N^a Senhora da Conceição, afligida por incêndios sucessivos na primeira metade do século¹⁰³. (Leal, 2013, p. 38).

A costa oeste do concelho, habitada apenas desde finais do século XVIII, surge na cartografia coeva¹⁰⁴ e conhece um grande desenvolvimento, especialmente a partir do terceiro quartel da centúria de oitocentos, graças a obras governamentais e municipais de melhoramento das condições de vida da comunidade local. Em 1883, “inicia-se a florestação do areal e a abertura de valas de drenagem entre a Trafaria e a Costa, com vista à secagem dos terrenos. (...), com impacto ao nível da salubridade, visavam combater os surtos frequentes de febres palúdicas, transmitidas pelos mosquitos criados nas zonas pantanosas e terrenos alagadiços.”. (Silva, 2013, p. 40). A secagem dos terrenos deu lugar a largas parcelas de terreno agricultável e a importantes mudanças socioeconómicas, com o estabelecimento de propriedades de exploração agrícola familiar¹⁰⁵. As habitações das comunidades piscatórias, tradicionais da Beira litoral, eram, segundo Gröer, “miseráveis abrigos” construídos em pranchas e sucatas de madeira, sem

¹⁰⁰ Consultar Anexo J.

¹⁰¹ Silva, 2013, 41.

¹⁰² A Igreja que hoje conhecemos terá começado a ser construída em 1856 substituindo a anterior capela de S. Pedro (fundada em 1787, tendo registo de enterramentos durante a primeira metade do século XIX, até 1860, hoje o único reflexo da mesma é, possivelmente uma inscrição no topo da porta da casa adjacente à igreja de S. Pedro). (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27243 - consultado a 17/09/2019)

¹⁰³ A ermida ficou totalmente destruída num incêndio em 1811, sendo que em 1827 ainda se encontrava em ruínas. Entretanto reconstruída, poucos anos depois, algures entre 1833 e 1835, sofreu novo incêndio, nunca sendo recuperada. (Leal, 2013, p. 37).

¹⁰⁴ Consultar Anexos I. e J.

¹⁰⁵ Duarte Viera Júnior em 1897 “É soberbo e majestoso o panorama que nos oferece a Costa quando a olhamos do alto da rocha dos Capuchos. Lá em baixo os grandes pântanos, outrora cobertos de juncos e hoje quase totalmente cultivado de vinhas e arvoredos, numa vegetação luxuriante”. (Silva, 2013, p. 41).

o menor conforto e sem chão, de reduzida dimensão e albergando famílias inteiras. (Gröer, 1946 citado em Flores, 2006, p. 186). Ademais, os materiais (madeira e palha) colocavam a comunidade em grave risco de incêndio, o que se verificava com frequência, registando-se o último incêndio em 1884, onde arderam sessenta barracas. Ficaria para sempre relacionado com o deputado de Almada, Jaime Artur da Costa Pinto, que promoveu e conseguiu junto do Governo a instalação do primeiro bairro de construção em alvenaria da povoação. (Silva, 2013, p. 41).

A faixa interior do concelho, apesar do vincado declínio agrícola, continua a apresentar novas ocupações e os seus principais centros populacionais adquirem maior preponderância, como se observa na cartografia da época¹⁰⁶. A somar às propriedades rurais aristocráticas existentes, assistimos ao desenvolvimento urbano, como comprova a construção de casas defronte para a Quinta do Lazarim e arrendadas durante a primeira metade do século XIX. (Silva et al, 2013, p. 32).

A sociedade conhece, durante os oitocentos, virulentas alterações, registando-se o estabelecimento do liberalismo e da monarquia parlamentar, enquanto se verifica uma inegável decadência do poder clerical, especialmente com o decreto de extinção das ordens religiosas, de 1834. Em Almada, a perda de importância do clero constata-se pela venda e expropriação dos Conventos dos Capuchos¹⁰⁷, em 1834, e da Quinta dos Frades¹⁰⁸.

O desenvolvimento de Almada durante o século XIX e à entrada do século seguinte transformou irrevogavelmente a paisagem do concelho. A realidade rural que definiu as paisagens históricas, as ocupações humanas e as lógicas habitacionais foi completamente alterada e a nova realidade industrial viria a moldar a Almada contemporânea.

¹⁰⁶ Surgem com frequência os topónimos referentes ao interior rural do concelho: Sobreda; Costas de Cão; Torre; Senhora do Monte; Pragal, entre outras. Consultar Anexos I. e J.

¹⁰⁷ Foi abandonado em 1834 com o decreto real que marca o fim das ordens religiosas e entra em hasta publica onde é vendido por 400.000 reis, em 1872. (Fontes, 2014, p. 71)

¹⁰⁸ É nesse contexto que serão expropriadas e vendidas no concelho de Almada, entre outras, as seguintes propriedades do clero regular: ao convento de São Domingos da Ordem dos Pregadores, de Lisboa, os liberais expropriaram inúmeras propriedades, incluindo uma propriedade vulgarmente denominada Quinta dos Frades. (Policarpo, 2017, p. 74).

4.7. *Almada republicana e operária*

As alterações na paisagem, espoletadas pelo desenvolvimento industrial do litoral norte e este, em face da decadência do mundo rural, seriam consolidadas e acentuadas durante o século XX. A indústria ocupa o papel central, como motor da vida económica, social e política, condicionando os fenómenos urbanos, populacionais e infraestruturais¹⁰⁹. À entrada para o século XX a já desenvolvida indústria almadense adquire ainda mais tração, assumindo-se como um dos mais importantes centros comerciais e económicos do país. (Flores, 1992, p. 19). “Efetivamente, foi durante o século XX que a “Margem Esquerda do Tejo” sofreu as maiores alterações paisagísticas e económicas, “passando de uma área rural (...), para albergar complexas indústrias de grande significado a nível nacional (...) e, mais tarde, para um crescimento explosivo de zonas habitacionais.”. (D’Abreu et al., 2004, citado em Silva, 2018, p. 74).

A perda de importância económica e social do mundo rural, sentida já no século XIX, acentua-se na centúria de noventa, quando se constata a estagnação demográfica e urbanística¹¹⁰ da freguesia do Monte de Caparica¹¹¹. Verifica-se, contudo, uma ligeira recuperação da exploração agrícola, inclusive da produção vinícola, chegando a empregar, até aos anos 40, cerca de 40% da população ativa do concelho. Todavia, a produção em pequena e média propriedade, em casais ou quintas, caracterizada pela lavoura tradicional e baixa produtividade, é incapaz de competir com os crescentes interesses económicos. (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, pp. 162-195). Os terrenos agrícolas tornam-se altamente apetecíveis e comercialmente vantajosos para o investimento industrial e, especialmente no século XX, para a especulação imobiliária. Por sua vez, a zona sul do concelho, assim como os limites da Costa de Caparica e Trafaria, mantêm uma forte matriz florestal. “A ocupação dos terrenos das quintas para a edificação de fábricas, para o loteamento e para a construção civil ditaram o seu

¹⁰⁹ Consulta Anexo W.

¹¹⁰ “(...) aldeia da Fonte Santa, cujas casas são pitorescas. Ainda mais para Sul – a da Torre, por onde chegamos ao Monte de Caparica. Uma antiga aglomeração e um centro administrativo de freguesia, tem uma grande igreja paroquial e casas antigas.

Mais longe, na mesma estrada e no meio do território do Concelho há uma importante aldeia, “Sobreda”, com uma linda quinta. O restante do concelho são casais rurais.” (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, p. 221)

¹¹¹ A freguesia do Monte de Caparica apresenta a seguinte variação demográfica: 1930 – 6985; 1940 – 7300 (0,4%); 1945 – 7400 (0,28%). (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, 162).

declínio. A “Outra Banda”, que até ao início do século XX era caracterizada pela sua ruralidade, com as quintas a serem o elemento paisagístico mais representativo dessa realidade, viu o seu património identitário ser sacrificado.” (Silva, 2018, pp. 73-74). A par do declínio do mundo rural assistimos também à decadência da pesca artesanal. Praticada em todo o litoral concelhio, com particular expressão no litoral norte, na Trafaria, e no litoral atlântico, na Costa de Caparica. As comunidades piscatórias, tradicionalmente pobres, sofrem a perda do valor da sua atividade, assim como as consequências da falta de pescado. (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, p. 216).

A indústria, assim como, as atividades por si potenciadas - transportes, comércio e serviços, representam no final da primeira metade do século XX, cerca de 58% da força laboral do concelho. A evolução da implementação industrial e comercial acompanha os processos económicos e financeiros mundiais, em face da progressiva mundialização da economia e interdependência dos mercados. O final da década de 1920 até meados da década de 1930 corresponde a um período generalizado de crise, com especial enfoque na indústria corticeira e na exportação vinícola, correspondendo à crise de 1929 e à subsequente contração do comércio mundial¹¹². Da mesma forma, a década de 1940 reflete a aceleração comercial e industrial propelida pela IIª Guerra Mundial e representa um período de prosperidade para as indústria e exportações almadenses.

A implantação industrial no concelho de Almada estabilizou-se em dois grandes centros produtivos, o Ginjal e a Cova da Piedade. É, contudo, notória a expansão de outros complexos industriais para as zonas de Almada, Palença, Sobreda e Alfeite, acentuado a lógica de diversificação que impera na indústria almadense do século XX. As indústrias corticeira, moageira, naval, conserveira, cerâmica, de pesca industrial e de exportação apresentam os números de maior implantação e produtividade.

A indústria da moagem, estabelecida no concelho através da fábrica do Caramujo e de moinhos de vento e maré, emprega mais de 100 trabalhadores. (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, pp. 195-198). A indústria corticeira, fortemente suportada por investimentos estrangeiros (especialmente ingleses), é uma das grandes empregadoras do concelho, encarregando-se de cerca de 1900 operários e trabalhadores. Estendendo-se da Margueira ao Outeiro, as corticeiras contabilizam 73 oficinas e fábricas, 13 das quais industrializadas e mecanizadas, entre as quais se destacam as fábricas: *Bucknall & Sons*

¹¹² “A partir de 1929 a exportação da cortiça sofreu uma quebra nítida, devido à crise que se instalou no comércio mundial”. (Rodrigues, 1999, p. 37).

e Barreira e C^a¹¹³, e *Rankin & Sons*¹¹⁴. A indústria cerâmica e tijoleira adquire à entrada do século XX uma posição de destaque no contexto industrial do concelho. Exemplo disso são as explorações em Palença e na Quinta dos Espadeiros, assim como a Fábrica de Cerâmica do Sul¹¹⁵, em Vale de Figueira, que, no total, empregam mais de 250 trabalhadores. (Rodrigues, 1999, pp. 37-39). A indústria naval, com grande tradição nas praias do litoral estuarino almadense, granjeia um período de grande prosperidade, especialmente a partir de 1939/40. Na Mutela afere-se a presença de mais de 17 estaleiros. Os estaleiros da *H. Parry & Son* são transferidos, em 1939, para as docas do Sampaio, em Cacilhas, onde empregam mais de 100 operários¹¹⁶. (Gonçalves, 2012, p. 71). E, no Alfeite, estabelece-se o Arsenal da Marinha Portuguesa, um dos maiores complexos navais do género, empregando cerca de 4000 operários. (Rodrigues, 1999, 59).

O declínio da pesca tradicional ocorre em oposição ao exponencial crescimento da pesca industrial. O Ginjal assume-se como o grande centro da pesca em larga escala, graças à sua extensão litoral com pequenos molhos e docas, onde se estabelece, em 1920, nos terrenos da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, a Companhia Portuguesa de Pesca. Expandindo-se posteriormente para a Quinta da Arialva, a oeste, e para a Fonte da Pipa, a este, adquiriu o primeiro gerador elétrico do país, da *Siemens*, garantido assim a autossuficiência energética. (Pereira, 2009, pp. 9-11). A partir dos anos 40 a frota pesqueira conhece uma nova expansão, quando se estabelece nos antigos terrenos da corticeira *Syrmington* e da *H. Parry & Son*, o Grémio dos Armadores da Pesca do Bacalhau, assistindo os pescadores e facilitando a equipagem e abastecimento dos navios, empregando mais de 600 pessoas. Instalam-se ainda, nos grandes armazéns, a Sociedade de Reparações de Navios e uma oficina de redes, (Gonçalves, 2000, p. 39), assim como a *Copenave* (cooperativa de industriais pesqueiros) e uma fábrica de gelo, a *Empresa Industrial do Frio*, que alugava os seus frigoríficos às frotas pesqueiras. (Rodrigues, 1999, p. 34).

O desenvolvimento da indústria pesqueira terá certamente beneficiado o crescimento da indústria conserveira, presente, com especial enfoque, no Ginjal, onde a

¹¹³ Empregam mais de 400 operários. (Ibidem).

¹¹⁴ Emprega mais de 200 operários. (Ibidem).

¹¹⁵ A Fábrica de Cerâmica do Sul, popularmente conhecida por “fábrica de tijolo”, em Vale de Figueira, teve duas unidades industriais. Uma mais antiga, que estaria em funcionamento na década de 1930 e produzia cerâmica doméstica, e outra situada a pouca distância, que já estava em laboração em 1946 e produzia essencialmente materiais de construção. (Silva et al, 2013, p. 22).

¹¹⁶Rodrigues, 1999, p. 37.

La Paloma se destaca entre as várias explorações conserveiras. (Gonçalves. 2000, p. 33). Em oposição, as indústrias conserveiras da Trafaria, estabelecidas em 1914, entram em declínio pois o seu abastecimento, que provinha de comunidades piscatórias tradicionais, é confrontado com a falta de pescado próximo da costa e com a falta de meios técnicos e materiais destas comunidades para a pesca ao largo. (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, p. 216). Essencial para a transição dos produtos e matérias-primas em mercadoria era a tanoaria, reconhecida no Ginjal desde finais do século XIX, onde se destacam as tanoarias de Gomes e Oliveira, Salvador Raposo e, a mais importante, de Theotónio Pereira. Esta atividade que se desenvolve numa relação simbiótica com os produtos agrícolas, em especial o vinho, é altamente impactada pelas flutuações do comércio vinícola, especificamente durante as crises dos anos 20 e 50. Em busca por melhores condições de trabalho os tanoeiros estabelecem, em 1933, a Cooperativa da Produção dos Operários Tanoeiros de Almada. (Gonçalves, 2000, p. 29-30). O comércio e as exportações beneficiam da localização privilegiada de Almada no contexto estuarino, tendo acesso ao mercado lisboeta e a rotas internacionais. Proliferam, com especial destaque no Ginjal, armazéns que possibilitam o abastecimento dos navios com os produtos e as matérias-primas do concelho de Almada. Entre estas, merecem destaque a produção vinícola, com grande mercado no norte da Europa e nas antigas colónias portuguesas, a produção conserveira, com um mercado europeu e global, e a cortiça. (Gonçalves, 2000, p. 24).

A diversificação industrial de Almada, bem patente nas diferentes indústrias, é ainda complementada pelas restantes 24 fábricas¹¹⁷, das quais se destacam, em Almada, a Fábrica Nacional de Relógios Monumentais, a maior do país, (Rodrigues, 1999, p. 35) e no Ginjal, a Fábrica de Desestanho, onde se produziam lingotes de estanho. (Gonçalves, 2000, p. 37).

A industrialização de Almada é acompanhada na sua evolução pelo desenvolvimento dos transportes. Essenciais para o alavancar industrial do concelho, ainda no século XIX, os transportes fluviais e, agora também, os transportes rodoviários tornavam-se um símbolo da paisagem de Cacilhas, onde confluíam todos os trajetos. O transporte rodoviário foi impulsionado, por volta de 1925, pelo estabelecimento de carreiras entre Cacilhas e o sul do país. O que, associado ao crescimento demográfico da região, levou à ampliação do terminal e do cais, em 1928. Este alargamento, assim como

¹¹⁷ 24 outras fábricas, de géneros variados, estão espalhadas um pouco por toda a parte e completam o conjunto industrial do Concelho (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, p. 198)

a transição para o diesel, em meados da década de 1920, e a abertura da rodovia para o sul, permitiu a intensificação do tráfego fluvial e a maior eficiência. (Rodrigues, 1999, pp. 33-34). Indispensável para unir as margens norte e sul do Tejo e para transportar

O tecido social de Almada e seu concelho progride, a par das mudanças propelas pela industrialização da região, sem descurar a sua relação com as dinâmicas demográficas do país. A nível do território nacional, “o ritmo de crescimento populacional intensifica(ra)-se a partir de 1920. O estancamento da emigração após a crise de 1929 contribuiu, entre outros fatores, para um verdadeiro surto demográfico nacional nos anos 30. Tendo o país uma economia atrasada, assente numa agricultura tradicional com baixa produtividade, o crescimento populacional, sem a válvula de escape da emigração, fez com que os fluxos migratórios para as duas maiores cidades não fossem suficientes para evitar consequências sociais graves.”. (Rodrigues, 2000, p. 553). Almada torna-se a partir do final do século de oitocentos, mas especialmente, no século de novecentos, um centro de grande atratividade demográfica. A intensa industrialização do concelho, à qual se associa a perspectiva de emprego, a proximidade de Lisboa, a rede viária que liga o norte e o sul do país e o estabelecimento do Arsenal do Alfeite terão contribuído para o sucessivo crescimento demográfico, em particular na zona leste do concelho. Esta zona, pautada pelas grandes indústrias corticeiras e moageiras, e pelo Arsenal do Alfeite e os seus 4000 operários, conheceu um período de desenvolvimento exponencial, transitando de um contexto em que representava menos de 40% da população almadense, em 1864, para um no qual representava 60% em 1930 e 70% em 1940¹¹⁸. (Rodrigues, 1999, p. 59). Em posição de contraste estão as populações da vila de Almada. A vila mantém, em larga medida o seu tamanho, assistindo antes ao desenvolvimento de arrabaldes e de outras povoações (Cova da Piedade), “(...) a vila manteve praticamente a sua dimensão medieval.” (Rodrigues, 2000, p. 553).

Por outro lado, as povoações do interior e litoral oeste do concelho, que englobam as populações rurais do Monte de Caparica, as comunidades piscatórias da Trafaria e as comunidades balneares e piscatória da Costa de Caparica, crescem a diferentes ritmos. As povoações do interior do concelho, de carácter profundamente rural, registam níveis de crescimento particularmente baixos, concretizando a perda de importância da realidade agrícola, como se comprova na freguesia do Monte de Caparica, onde entre 1930 e 1945

¹¹⁸ Entre 1910 e 1940, Almada e a Cova da Piedade passaram de 9962 habitantes para 20164. No entanto, e como se comprova, é a Cova da Piedade que está em crescimento demográfico e não a vila de Almada. (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, p. 162).

o crescimento se cifra em cerca de 400 habitantes¹¹⁹. Na Trafaria, onde se assiste à estagnação económica e demográfica, verifica-se ainda a transferência do potencial balnear para os areais da Costa de Caparica. É dessa forma que Gröer afirma que “(...) a Trafaria e a Costa da Caparica cresceram muito depressa nos últimos 5 anos. Mas, basta ir lá uma só vez para verificar que é a Costa da Caparica que aumenta, e não a Trafaria.” (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, p. 161). A Costa da Caparica, apesar do crescimento, é composta por uma pequena comunidade piscatória residente e por grandes flutuações, fruto da sazonalidade e do carácter balnear que adquire a partir das primeiras décadas do século XX. (Silva, 2013, p. 41).

Contudo, e como descreve Elisabete Gonçalves, “Arranjar trabalho certo era muitas vezes uma ilusão”, (Gonçalves, 2000, p. 48). O êxodo rural e a emigração para as grandes cidades do país, Porto e Lisboa, e subsequentes subúrbios, atinge um fluxo ao qual a “incipiente indústria nacional¹²⁰” não consegue dar resposta. A precariedade laboral e o desemprego tornam-se um flagelo crónico destas populações, evidenciado pelas crises do final da década de 1920 e de 1950, e pela progressiva maquinaria industrial. (Rodrigues, 1999, p. 37). A vida destas populações, especialmente daqueles dependentes da indústria e dos subsequentes setores era definida pela pobreza e pela miséria, frequentemente acentuada pelo racionamento (especialmente nos anos 40). (Gonçalves, 2000, p. 48). Eram comuns os contextos de pobreza extrema e de indigência, inclusive infantil, como se observa não só na Trafaria¹²¹, mas também no restante do concelho¹²². A estes eram ainda associados fenómenos de alfabetização (51,6%, em 1940¹²³) e de alcoolismo¹²⁴. (Gonçalves, 2000, p. 48). A pobreza extrema e o exponencial crescimento demográfico conduziram ao estabelecimento de comunidades em situações extremamente precárias, em bairros de lata, onde as condições de vida sub-humanas eram

¹¹⁹ Crescimento do Monte de Caparica: 1930 – 6985; 1940 – 7300 (0,4%); 1945 – 7400 (0,28%) (Ibidem).

¹²⁰ Rodrigues, 2000, p. 553.

¹²¹ “Há na Trafaria 330 famílias indigentes, o que quer dizer que cerca de 50% da população se encontra nesta má situação económica.”. (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, p. 216).

¹²² “Há cerca de 5,7% das crianças da idade que vai de 0 até aos 9 anos, (quer dizer – mais de 400 crianças) que não estão ao cargo de ninguém e das quais não se ocupa também a Assistência Pública. Há, na população que tem entre 10 anos e mais de 40 anos de idade, pelo menos 300 pobres e pelo menos 350 pessoas cujos meios de vida são indeterminados; estes não trabalham, não estão ao cargo de ninguém e não têm nenhuma ajuda social.”. (Ibidem).

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ “O alcoolismo constituía um grave problema social durante o Estado Novo, quando se registaram taxas de elevado consumo de vinho, estimuladas pelo próprio Governo, que apelava ao consumo. (Gonçalves, 2000, p. 48).

propícias à malnutrição crónica e à insalubridade, criando condições para a disseminação de diarreias, de enterites e da tuberculose. (Rodrigues, 2000, p. 554).

Os fenómenos de industrialização e de emigração massiva têm um carácter de profundo desenraizamento, rompendo com as dinâmicas sociais e culturais anteriores, induzindo a transição do tecido social e cultural de Almada, de uma matriz marcadamente rural para uma matriz industrial e operária. É no seio destas mudanças sociais, culturais e económicas que se manifestam novas práticas coletivas. As comunidades que se formam nas povoações, compostas por habitantes do concelho e emigrantes de vários pontos do país, adquirem rapidamente novos padrões de relações comunitárias. Como descreve Alexandre Flores, “(...) a população ia descobrindo a causa das injustiças sociais, e compreendendo que o modo de organização social e económica lhe era adverso, sendo por isso necessário opor-lhe uma atitude coletiva de resistência”. (Flores, 2003, p. 249).

A consciência coletiva e de classe começa a desenvolver-se durante a segunda metade e nos finais do século XIX e, como nos relata Dulce Simões, “refletiu-se na criação de associações mutualistas, cooperativas de consumo, coletividades recreativas e culturais, proporcionando às classes subalternizadas o acesso ao trabalho, aos bens de consumo, à saúde, ao ensino, ao desporto e a uma cultura democrática e solidária (...)”. (Simões, 2013a, p. 482). Inicialmente surgem, na vila de Almada, algumas associações de cariz cultural, recreativo e de assistência social, às quais o acesso, por parte dos operários do litoral industrial, era dificultado pela alta taxa de alfabetização que se registava nas primeiras décadas do século XX. (Pinheiro, 2013, p. 621). Entre estas associações destacam-se a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense¹²⁵, (1848), a Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense¹²⁶, (1895). (Simões, 2013, 631), e a Associação dos Artistas Almadenses¹²⁷, (1858). Contudo, na alvorada do século de noventa surgem as primeiras associações na zona industrial leste, com o surgimento da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense¹²⁸, (1889), e da Cooperativa de Consumo Piedense (1893). Estas associações constituem-se como verdadeiros espaços sociais de confronto, de onde emergem grupos e debates ideológicos representativos da luta social do operariado. (Simões, 2013b, p. 176). O desenvolvimento de uma cultura de

¹²⁵ <http://incrivealmadense.pt/historia/> (consultada a 01.10.2019).

¹²⁶ <http://www.airfa.pt/index.php/a-academia/historia> (consultada a 01.10.2019)

¹²⁷ Esta Sociedade de Socorros Mútuos tinha 123 sócios em 1865. Nesse ano entraram 3 e saíram 4. A Sociedade socorreu 51 doentes correspondendo a 1.254 dias de doença. (Simões, 2013b, p. 176).

¹²⁸ <https://www.sfuap.pt/historia.php> (consultada a 01.10.2019).

resistência e a criação de mecanismos sociais e de educação terá certamente contribuído para o progressivo esclarecimento do operariado almadense, por onde se disseminam os princípios liberais, as ideias de luta de classes e o próprio ideal republicano. De facto, Almada desempenhou um papel de grande relevância na Proclamação da República, quando, já a 4 de outubro de 1910, era hasteada a bandeira republicana nos Paços do Concelho, ao som das bandas filarmónicas da Incrível Almadense e da Academia Almadense. (Toscano, 2012, p. 35). Foi, portanto, durante a 1ª República e, especialmente, durante o Estado Novo que assistimos ao desenvolvimento destas associações, a par dos movimentos de resistência coletiva e grevista. Almada, como um dos grandes centros industriais do país, albergava importantes movimentos sindicais, onde se destaca a dicotomia entre anarcossindicalistas e comunistas, que combateram o regime fascista do Estado Novo, contribuindo decisivamente para as greves de 1934¹²⁹ e de 1943¹³⁰. (Simões, 2013b, p. 177).

Acompanhando os processos de industrialização e de crescimento demográfico, verificam-se importantes desenvolvimentos nos padrões de ocupação humana e no urbanismo. Impulsionadas pela indústria e pela proximidade a Lisboa, as populações do concelho estabelecem-se, essencialmente, no litoral este do concelho. A densidade demográfica da Cova da Piedade atinge na década de 1940 cerca de 70%¹³¹ da população do concelho e esta, ainda em 1928, recebe a categorização de freguesia. (Toscano, 2012, p. 36). Em oposição, a vila de Almada conhece um desenvolvimento incipiente, mantendo, com exceção de um bairro novo¹³², as mesmas dimensões que a definiram nos séculos anteriores. (Rodrigues, 2000, p. 553). Na zona poente do concelho observa-se o comportamento dicotómico entre o interior rural, em estagnação demográfica e urbanística¹³³, e o litoral, nomeadamente a Costa de Caparica, que regista o impulso do

¹²⁹ “(...) o certo é que, nem a 18, nem a 19 (de 1934), os anarcossindicalistas (de Almada) fazem uso do arsenal bombista de que dispõem.” (Patriarca, 1993, p. 1142)

¹³⁰ “As greves de 1943 foram sem dúvida um momento marcante nas comunidades da Margem Sul, nomeadamente (...) em Almada. (...) barreira cronológica, num antes ou depois da “grande greve”. (Ferreira, 2006, p. 269)

¹³¹ Rodrigues, 1999, p. 59.

¹³² “Entre a rua Capitão Leitão e o Seminário está disposto o bairro novo de Almada.”. (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, p. 212).

¹³³ O relato de Étienne de Gröer apenas refere o caráter antigo da Caparica, da Fonte Santa e da Sobreda, sem nunca mencionar novas construções ou fenómenos urbanos. “Uma antiga aglomeração e um centro administrativo de freguesia, tem uma grande igreja paroquial e casas antigas(...)”. (Ibidem).

turismo, concretizado na construção do Hotel Praia do Sol (1934), e a rápida e destruturada urbanização, de caráter veraneante e balnear¹³⁴.

Os processos de urbanização das primeiras décadas do século XX ocorreram de forma completamente destruturada e desorganizada. São definidos pelas habitações precárias e deficitárias já existentes, às quais acrescem as ocupações de casas senhoriais de antigas quintas e de terrenos agrícolas, onde grassa o loteamento e a especulação imobiliária. Nestes locais estabelecem-se bairros de lata e habitações abarracadas, em ambientes sub-humanos insalubres. Estes eram maioritariamente ocupados por comunidades emigradas do meio rural, em busca de emprego, e por operários. (Rodrigues, 2000, p. 580). Ademais, constata-se a falta de infraestruturas básicas em todo o concelho, nomeadamente: instituições de saúde e hospitalares¹³⁵, mercados com condições para a venda de produtos alimentares¹³⁶, rede de escolas¹³⁷, equipamentos de recolha de lixo, sistema de esgotos e abastecimento de água e de eletricidade. A insalubridade das povoações do concelho é um dos flagelos que perdura durante grande parte do século XX, durante o qual estas comunidades teriam de conviver com situações quotidianas onde os “(...) *dejetos eram despejados diretamente em valas a céu aberto ou em fossas escavadas na terra, sem paredes e sem cobertura, facilitando deste modo as infiltrações que contaminavam as águas das fontes e poços que abasteciam as populações.*”, (Rodrigues, 1999, p. 61), e a limpeza e recolha de lixo era apenas efetuada nas principais povoações (Rodrigues, 1999, p. 61). O abastecimento de água é imediatamente afetado pela insalubridade dos solos e, a somar à difícil extração e disponibilização dos recursos hídricos¹³⁸, reconhece-se, nas décadas de 1930 e 1940, um elevado grau de inquinação na água de todo o concelho. (Rodrigues, 2000, p. 556). O desenvolvimento de sistemas de distribuição de eletricidade inicia-se nos anos 20, contudo, a progressiva eletrificação do concelho foi sempre incapaz de acompanhar o crescimento demográfico, verificando-se

¹³⁴ “Infelizmente o êxito turístico e balnear fez também a desgraça da Praia do Sol, construi-se muito e sem qualquer plano previamente estabelecido ou qualquer fiscalização.” (Ibidem).

¹³⁵ “O concelho não tinha nenhum hospital, apenas funcionava um pequeno posto de primeiros socorros no quartel dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas.”. (Rodrigues, 1999, p. 61).

¹³⁶ “Não existiam edifícios próprios para os mercados. Tanto na vila como na Cova da Piedade os mercados eram realizados nas ruas principais, estando os géneros expostos à poeira, ao calor e às moscas.”. (Ibidem).

¹³⁷ “Portanto, a rede existente das escolas primárias é insuficiente, mesmo para a população atual.”. (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, p. 194).

¹³⁸ “Em 1934 o problema atingiu tal dimensão que a Comissão Administrativa da CMA decidiu comprar água a uma empresa particular. Esta transportava a água em batelões-tanques desde o Alfeite, onde a adquiria, até ao depósito do Campo de São Paulo, para onde a baldeava, de forma a alimentar o chafariz do Largo do Catita e alguns fontanários.”. (Rodrigues, 2000, p. 557).

que, mesmo durante a década de 1950, “(...) *continuaram, por longos anos, os cortes de energia, por vezes durante vários dias.*” (Rodrigues, 2000, p. 560).

A inauguração do Arsenal da Marinha do Alfeite, em 1939, veio pressionar as já intensas dinâmicas de fixação populacional e de urbanização. Face ao contínuo crescimento populacional, às gravosas condições de vida e à precariedade das condições sanitárias tornava-se claro que o município não tinha capacidade para responder aos constantes flagelos que assolavam o concelho. (Rodrigues, 2000, p. 579). No final dos anos 40 surgem os aglomerados populacionais do Laranjeiro e do Feijó, ocupados, maioritariamente, por operários do Alfeite, que revelam, contudo, falta de organização e fiscalização pública, assim como os efeitos nefastos da especulação imobiliária. (Gröer, 1946, citado em Flores, 2006, p. 214). O Estado e o município assumem, por fim, nos anos 50 a necessidade de organizar e estruturar os processos urbanísticos do concelho, através da realização de um Plano de Urbanização do Concelho e de um Plano de Pormenor para a encosta sul da vila, sob o qual foram expropriadas várias propriedades rurais para funções residenciais. É inaugurado, em 1952, o Bairro de N.ª Sr.ª da Piedade, no Pombal, para o qual são direcionados “profissionais liberais, funcionários públicos, militares (principalmente da Armada), operários especializados e trabalhadores do comércio e serviços da Baixa lisboeta.” (Rodrigues, 2000, p. 580).

A corrupção e a negligência dos atores políticos e dos agentes económicos definiram o desenrolar do processo urbanístico no concelho de Almada. Estes fenómenos contribuíram para distorcer a idealizada “cidade-jardim¹³⁹”, que na verdade se constituiu como um aglomerado de povoações interligadas por vias públicas subdimensionadas, áreas densamente ocupadas por construções deficitárias e de má qualidade, e onde se verifica o crónico colapso dos precários sistemas de abastecimento hídrico, elétrico e de saneamento público. (Rodrigues, 2000, p. 581).

As décadas de 50 e 60 vieram aprofundar e reforçar estas dinâmicas. O valor da propriedade agrícola deixou de depender da exploração dos solos, passando a constituir um ativo destinado à especulação imobiliária. As quintas começaram a desaparecer para dar lugar ao loteamento e ao rápido e pobre desenvolvimento urbano. A industrialização, acentuada pela instalação da Lisnave nas docas da Margueira, atraía cada vez mais pessoas do meio rural do interior do país. E, a partir dos anos 60, com a inauguração da

¹³⁹ Idealização dos processos urbanísticos de Almada: “(...) um conjunto de povoações separadas por zonas rurais e amplos espaços verdes.”. (Rodrigues, 2000, p. 581).

ponte sobre o Tejo, a Ponte 25 Abril, foi inevitável o processo de total e absoluta disrupção, que “(...) acabou por ser o culminar na expansão suburbana concêntrica de Lisboa, com planos de “ordenamento” do território sem bases coerentes, desvalorizando por completo os valores culturais deste território.” (Silva A. F., 2018, p. 74).

V. Um olhar sobre a gestão do património em Almada

O concelho de Almada é pleno em manifestações patrimoniais, fruto de uma longa diacronia de ocupação humana, abrangendo uma multitude de sítios de interesse histórico, arqueológico, arquitetónico e cultural. Ao longo das últimas décadas muitos destas evidências patrimoniais têm sido alvo de processos de descoberta, salvaguarda, conservação e reabilitação, fundamentalmente por meio da ação da Câmara Municipal de Almada (CMA). Contudo, é essencial considerar que estes, ainda que importantes elementos no processo patrimonial, são ineficazes sem uma estratégia holística e integradora de gestão do património cultural.

Olhemos, nos subcapítulos subsequentes, para a gestão do património de Almada. Começando, desde logo, pelo percurso que a experiência de gestão do património tem vindo a fazer nas políticas municipais, assim como para a realidade do património, edificado e arqueológico, classificado e inventariado. Reservaremos para o fim desta parte, uma análise crítica, informada pelo pensamento crítico do património, a partir das preocupações da abordagem da PHU.

5.1. Agir, reagir e investir: património em Almada

Consagrado na Constituição da República Portuguesa de 1976, o dever do Estado, com todos os agentes culturais, de “*Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum*”, tornou-se uma conquista e uma realidade do regime democrático. Não só a administração central do Estado foi chamada à responsabilidade, como também o poder autárquico e a sociedade civil assumiram o seu papel na salvaguarda e valorização do património cultural.

Em Almada, ainda antes do 25 de Abril, surge o Centro de Arqueologia de Almada. Fundado em 1972, por um conjunto de jovens, esta associação tem desempenhado um importante papel na investigação arqueológica e patrimonial do concelho. Responsável por várias escavações arqueológicas, chegou, inclusive, a dar apoio aos recém-criados serviços municipais de arqueologia. A sua atividade estende-se até ao presente com contributos significativos para o estudo e valorização do património almadense, através da publicação de obras, de atividades e visitas de educação

patrimonial e da sua publicação de referência, a revista arqueológica *Al-Madan*¹⁴⁰. (Silva F. , 2019)

Em 1984 nasce o Museu Municipal de Almada (MMA), ainda em processo de instalação e infraestruturação física, assim como o Serviço de Arqueologia e História, tendo como responsável Luís Barros. O MMA é pensado de forma polinucleada, com diferentes espaços museológicos e interpretativos, tendo o primeiro sido o Núcleo de História e Arqueologia, em 1987. Inicialmente instalado no Convento dos Capuchos¹⁴¹, é posteriormente deslocado para o Olho de Boi, para as antigas instalações da Companhia Portuguesa de Pesca. (Gago, 2011, p. 12). Aqui instalar-se-ia também, a partir de 1991, o Museu Naval, dedicado “(...) *a preservar a memória das vivências de gerações associadas à construção e reparação naval e (que) é detentor de um vasto espólio ilustrativo da ligação secular da área ribeirinha ao rio e ao mar.*” (AMRS, 2013). Foram vários os espaços culturais inaugurados ao longo da década de 90, desde logo, a Casa da Cerca, enquanto Centro de Arte Contemporânea¹⁴² (1993), o Solar dos Zagallos¹⁴³ (1993), enquanto Centro Cultural para as culturas locais, e ainda, o Arquivo Histórico Municipal¹⁴⁴ (1998). (AMRS, 2013, pp. 25-30)

O acompanhamento de uma obra, em 1992, entre a Rua da Judiaria e a Rua Henriques Nogueira, revelou um conjunto significativo de silos medievais e estruturas modernas. Por meio da ação da CMA, estas foram musealizadas e inauguradas, em 2000, como Museu de Sítio – Núcleo Medieval e Moderno¹⁴⁵ (Gago, 2011, p. 12). “*As estruturas e a riqueza dos materiais conferem ao sítio um inegável interesse científico e uma importância decisiva para o estudo da evolução da cidade e das relações comerciais (regionais e mundiais). Por outro lado, tornava-se possível recuperar, através da interpretação dos vestígios encontrados, a história e a memória do lugar, transformando o Núcleo Medieval/Moderno num centro de interpretação*” (Pequito, 2000a). Ainda no

¹⁴⁰ A revista *Al-Madan* é um raro exemplo de literatura especializada nas áreas da arqueologia e do património que mantém o seu formato físico desde (o longínquo ano de) 1982. (Silva F. , 2019).

¹⁴¹ Adquirido pela CMA em 1950. (Fontes, 2014, p. 144).

¹⁴² O Palácio da Cerca, reconvertido em Casa da Cerca, foi adquirido pela CMA em 1988. (Fontes, 2014, p. 144)

¹⁴³ O Solar dos Zagallos foi adquirido pela CMA em 1982. (Fontes, 2014, p. 144).

¹⁴⁴ Instalado na antiga Casa Pargana. Cedida pela família Júdice Pargana à CMA. (Casa Pargana - Arquivo Histórico Municipal).

¹⁴⁵ A CMA adquiriu, em 1994, a propriedade e o terreno onde se encontraram os silos medievais. (Pequito, 2000a)

mesmo ano era criado o Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro¹⁴⁶ (também conhecido como “Casa Amarela”). Em 2001 era inaugurado o Jardim Botânico da Casa da Cerca, (AMRS, 2013, p. 28), assim como o recém requalificado Convento dos Capuchos, que, a par da necessária reabilitação, foi projetado como “(...) *Centro Cultural, particularmente vocacionado para a promoção da música.*” (Fontes, 2014, p. 144)

Em 2003 inaugurava-se, na Cova da Piedade, no antigo solar da Quinta dos Frades, o Museu da Cidade¹⁴⁷. Espaço que se apresenta “(...) *como casa da história e memórias da cidade, de aprendizagem e da experiência urbana do concelho (...)*” (Policarpo, 2017, p. 327), e que está vocacionado “(...) *para a interpretação das dinâmicas da cidade na atualidade, como produto das relações socioeconómicas associadas ao desenvolvimento urbanístico, focando-se portanto na história contemporânea e na reflexão desta no presente e para o futuro (...)*” (Gago, 2011, p. 20). Em 2009, depois de um longo percurso, iniciado em 1993, a CMA inaugura a recém-requalificada Igreja de São Sebastião. (CMAAd)

A partir de 2010 assistimos ao reforçar da oferta cultural e museológica do concelho. Primeiro, em 2011, através do protocolo assinado entre a Marinha Portuguesa e a CMA que previa a acomodação e exibição, nas antigas docas *Parry & Son*, em Cacilhas, da Fragata D. Fernando II e Glória¹⁴⁸ e do submarino Barracuda. (CMAAb). No ano seguinte, é ampliado o Museu Naval, passando este a integrar o antigo armazém de moldes da Companhia Portuguesa de Pescas, onde é instalada uma nova exposição de longa duração: “Na Rota do Progresso: a Indústria Naval em Almada”. (Museu Naval/DMMPC, 2012). No mesmo ano é inaugurado o Museu da Música Filarmónica, sito na antiga casa do mestre Leonel Ferreira. Este espaço museológico “*retrata a história da atividade filarmónica associada às coletividades do concelho e presta homenagem ao maestro e compositor Leonel Duarte Ferreira (...)*”, e conta com “*fotografias, documentação, instrumentos, pautas, batutas, entre outras peças, do espólio municipal e cedidas, especificamente para esta exposição, pela AIRFA, SFIA, SFUAP e SRMT, e por particulares (...)*” (CMAe). Por sua vez, em 2013, é criado, na antiga Ermida do Espírito Santo, o Centro de Interpretação de Almada Velha (CIAV). Espaço que contém uma

¹⁴⁶ Este espaço instalou-se na antiga Quinta de Santo Amaro, adquirida pela CMA durante a década de 90. (AMRS, 2013).

¹⁴⁷ A sua instalação deveu-se ao processo de compra dos 2 derradeiros prédios urbanos da Quinta dos Frades, pela Ramos & Raimundo Lda., que cedeu à CMA o lote 20. Os trabalhos de requalificação iniciaram-se em 2000. (Policarpo, 2017).

¹⁴⁸ O navio estava, desde 2008, em doca seca, em Cacilhas para fins de manutenção.

“instalação museográfica e multimédia para a descoberta da história e memórias da cidade velha.”, destacando-se “(...) os circuitos pedonais e roteiros de visita temáticos que são sugeridos aos visitantes.” (CMAa)

Mais recentemente, em fevereiro de 2017, é inscrita, no Inventário Nacional do Património Cultural, a Arte Xávega¹⁴⁹. A proposta foi elaborada e construída pelo Centro de Arqueologia de Almada, em parceria com os pescadores, e posteriormente, apresentada pela autarquia. (Arte Xávega na Costa da Caparica, 2017). No seguimento da valorização desta expressão patrimonial, em novembro de 2019, é anunciado pela presidente da CMA, Inês de Medeiros, a proposta de criação de um Museu Vivo da Arte Xávega: um projeto inovador, que engloba o *“estudo antropológico da comunidade de pescadores locais, a criação de espaços de exposições e acolhimento a visitantes e turistas na zona dos apoios de pesca, a instalação de sinalética nas áreas de trabalho, bem como a sinalização de um percurso de visita”* (CMAf), que, em conjunto com as comunidades piscatórias da Costa da Caparica e da Fonte da Telha, procura dinamizar e valorizar o esta prática patrimonial. (CMAf).

Importa referir que, ao longo dos últimos trinta anos, a CMA tem adquirido outros edifícios e sítios de significativo valor histórico, arqueológico e/ou arquitetónico, nomeadamente a Fábrica de Moagem do Caramujo¹⁵⁰, o Chalé Ribeiro Telles¹⁵¹, o edifício da antiga Cooperativa de Almada¹⁵² e a Estação Arqueológica da Quinta do Almaraz. De igual modo, não pode ser ignorado que, em 2019, a CMA introduziu a Fortaleza da Torre Velha e o Castelo de Almada no programa REVIVE - que *“(...) promove a recuperação e a requalificação de imóveis públicos classificados que estão sem uso, através da concessão a privados para exploração para fins turísticos.”* (CMAc).

As aquisições e requalificações levadas a cabo pela CMA, ao longo destas últimas décadas, decorreram frequentemente sob vigência de quadros de financiamento comunitário. No início dos anos 90, é através do programa OID/PS¹⁵³-FEDER, que a CMA lança uma iniciativa de conservação da malha urbana do Núcleo Histórico de Almada, na qual se insere a aquisição e requalificação da Casa da Cerca. Mais tarde, em

¹⁴⁹ A Arte-Xávega é uma técnica de pesca tradicional, de cerco e alagem para terra, com recurso a uma embarcação utilizada para largar as cordas e as redes. (Arte Xávega na Costa da Caparica, 2017).

¹⁵⁰ Adquirida em 2002.

¹⁵¹ Atualmente alberga o Gabinete da Presidência da CMA.

¹⁵² Atualmente alberga Universidade Sénior de Almada e Associação do Professores do Concelho de Almada.

¹⁵³ Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal, que decorreu entre 1989 e 1993. (Proposta ARU Almada Velha, 2012).

finais da década de 90, já sob o Programa de Reabilitação Urbana (PRU), a CMA desenvolve, em Almada Velha, uma intervenção mais alargada que *“articulou um conjunto de projetos em torno dos seguintes objetivos: Qualificar urbanisticamente o núcleo de Almada Velha; (...) Tornar Almada Velha e o Cais do Ginjal mais atrativos para a fixação de novas atividades empresariais, nomeadamente nos setores do turismo cultural e do lazer; Iniciar a montagem de um circuito turístico -cultural que possa articular a oferta histórico -patrimonial de Almada Velha conjugada com a fruição paisagística da frente ribeirinha; (...)”*¹⁵⁴. Desta intervenção resulta a construção do Museu de Sítio e do Jardim Botânico da Casa da Cerca, e ainda a requalificação do conjunto monumental da Fonte da Pipa (Ginjal), a construção do Elevador Panorâmico da Boca do Vento (que une Almada Velha e o Ginjal), a reconversão do Jardim do Castelo e dos antigos Lavadouros Municipais, e o estabelecimento de uma agência para o desenvolvimento local, a Novalmadavelha¹⁵⁵. (Proposta ARU Almada Velha, 2012).

A partir de 2007 e até 2013, sob o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), a CMA promove várias iniciativas de investimento no património. O programa Revitalização Almada Velha, pensado em 4 eixos - *Reforço de diversificação da oferta cultural e recreativa de Almada Velha; Qualificação e reforço da rede de equipamentos socioculturais; Valorização patrimonial e requalificação do ambiente urbano; Diversificação da base económica do Centro Histórico de Almada* (Proposta ARU Almada Velha, 2012) - permite, durante este período, o desenvolvimento dos projetos do CIAV, do Museu da Música Filarmónica, da instalação da Universidade Sénior de Almada na antiga Cooperativa Almadense, de reabilitação da Igreja da Misericórdia e do seu retábulo seiscentista, da reposição do carrilhão na torre da Igreja de S. Paulo e da criação do Quarteirão das Artes¹⁵⁶ – uma incubadora de projetos associados às indústrias culturais e criativas.

Em Cacilhas, o financiamento associado ao programa Frentes Ribeirinhas, permite desenvolver vários projetos, desde logo, a requalificação da Rua Cândido dos Reis: *“A operação passa pela revitalização das funções comerciais e de reforço da*

¹⁵⁴ (Proposta ARU Almada Velha, 2012).

¹⁵⁵ Esta associação, de direito privado, sem fins lucrativos e criada por iniciativa municipal, foi estabelecida em 2001, tendo como objetivo *“(...) através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, entidades públicas e privadas, empresariais e de carácter social, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo, da animação urbana, da formação profissional e do emprego, da divulgação e do marketing”*. (NovAlmadaVelha, Estatutos da Agência de Desenvolvimento Local - NovAlmadaVelha, 2001).

¹⁵⁶ Resulta da reconversão dos antigos armazéns municipais de S. Paulo, em Almada Velha. (SITE CMA)

animação do espaço público através da pedonalização da rua, (...) A reconversão do antigo edifício dos Bombeiros Voluntários no Centro Municipal de Turismo, (...), permite marcar o início de um percurso turístico -recreativo, que já hoje apresenta esta vocação. (...) apostando na reabilitação urbana em todas as suas vertentes nomeadamente na valorização patrimonial (tanto do edificado como do imaterial)”. (Proposta ARU Cacilhas, 2011). Importa ainda destacar a reabilitação do Museu Naval, no Olho de Boi.

As operações e iniciativas da CMA no âmbito da conservação e gestão do património estão também associadas a políticas, orientações e projetos de urbanismo municipal. Estas desenvolvem-se a partir do documento essencial do planeamento urbanístico do concelho, o Plano Diretor Municipal de Almada (PDMA) – principal instrumento de gestão e ordenamento do território concelhio. Aprovado em Assembleia Municipal, em 1993, retificado pelo Conselho de Ministros, em 1996, e publicado em Diário da República, a 14 de janeiro de 1997.

No PDMA foram definidos os Núcleos Históricos, subdivisão da categoria dos espaços urbanos: “(...) *espaços urbanos que, devido ao seu valor patrimonial, deverão ser objeto de um plano de valorização e salvaguarda (...) Cada núcleo histórico é constituído pelo espaço físico delimitado na planta de ordenamento e por uma faixa periférica de 50 m de largura, que o envolve e protege* (PDMA, 2019); e no seu seguimento foram delimitados onze Núcleos Históricos - Almada, Cacilhas, Cova da Piedade, Pragal, Trafaria, Murfacém, Monte de Caparica, Sobreda e os troços ribeirinhos de Pontal de Cacilhas à Fonte da Pipa, Arealva à Arrábida e Porto Brandão ao Portinho da Costa.

Neste regulamento é estipulado que “*As intervenções nos núcleos históricos devem ser orientadas por planos específicos de valorização e salvaguarda, a desenvolver pela Câmara Municipal de Almada no sentido de preservar e enriquecer a memória urbana do concelho.*” (PDMA, 2019). Contudo, esta cláusula aplica-se exclusivamente a Almada Nascente¹⁵⁷. Mais à frente, as Especificações de Ordenamento aplicáveis aos Núcleos Históricos, delineadas no capítulo terceiro, espelham a preocupação, transversal a todo o documento, pela manutenção da morfologia do tecido urbano do núcleo histórico. A morfologia urbana é para ser cristalizada sob a “arquitetura tradicional”: limitando as

¹⁵⁷Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UNOP) que inclui áreas da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal, Cacilhas, situadas a nascente da Autoestrada do Sul (A2) e a norte da via rápida da Costa da Caparica, e que corresponde à maior concentração urbana do concelho; (PDMA, 2019)

novas construções – “As construções novas deverão integrar-se no tecido urbano construído, mantendo as características (...) A composição deverá respeitar os elementos fundamentais da arquitetura tradicional (...)” – as demolições, as alterações e ampliações, e, inclusive, as construções que se venham a estabelecer na faixa periférica dos 50 metros de proteção dos Núcleos Históricos.

O PDMA entra, em 2008, num longo e moroso processo de revisão, que à data ainda não se deu por concluído, onde se procederá à atualização de referências e à introdução de novos instrumentos complementares. Os Núcleos Históricos são também eles atualizados, contemplando agora sete núcleos: Almada (englobando Cacilhas, Almada Velha e a extensão ribeirinha do Pontal de Cacilhas à Fonte da Pipa), Cova da Piedade, Sobreda, Pragal, Monte de Caparica, Trafaria e Murfacém.

A relação do património e da sua gestão desenvolve-se com a Revisão do PDMA sob dois regimes, primeiro, através da transposição dos dados atualizados sobre o património edificado e arqueológico, classificado ou em vias de classificação, para a Planta de Condicionantes (elemento constituinte do PDMA). Segundo, por meio da Carta do Património Cultural (CPCA) (elemento de acompanhamento do PDMA), a partir do qual se constituirão os bens culturais com interesse patrimonial. Esta carta, inédita no concelho de Almada, foi encomendada pela autarquia ao Centro de Arqueologia de Almada, em 2016, para informar a revisão do PDMA, e “(...) pretende abranger um conjunto diversificado de elementos patrimoniais que, conforme consignado em diversos diplomas e convenções internacionais, abarca o património edificado, os sítios arqueológicos, as paisagens culturais e o património cultural imaterial.” (CAA, 2018). A utilização destes elementos permitirá, a partir do Regulamento Municipal, desenvolver linhas de orientação e atuação que respeitem o regime de *Património classificado ou em vias de classificação* e o regime de *Bens culturais com interesse patrimonial*. Este último divide-se entre *Imóveis de valor patrimonial*¹⁵⁸, *Elementos singulares*¹⁵⁹ – que se traduzirão na Carta do Património Arquitetónico - e *Património Arqueológico*¹⁶⁰ – que se traduzirá na Carta do Património Arqueológico (em desenvolvimento, desde 2015).

¹⁵⁸ Não classificados nem em vias de classificação, mas com assinalável valor histórico, cultural, arquitetónico, artístico ou simbólico no contexto municipal.

¹⁵⁹ Integram pequenas peças, vestígios isolados remanescentes de imóveis preexistentes ou elementos de infraestrutura urbana com interesse arquitetónico, memorial ou de caráter estético. Monumentos, peças, conjuntos ou intervenções artísticas de caráter imóvel e perene inseridos em espaços ou zonas públicas, representativos. (Ibidem).

¹⁶⁰ Este, por sua vez, subdivide-se em 3 conceitos: Sítios Arqueológicos de Valor Patrimonial Consolidado; Sítios Arqueológicos de Valor Patrimonial Elevado; Sítios de Valor Arqueológico Potencial. (Ibidem).

Outro mecanismo de planeamento urbano que também enquadra preocupações com a conservação e gestão do património é a instalação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU). Almada tem presentemente oito ARU em desenvolvimento, nomeadamente: Almada (2012), Cacilhas (2011), Monte de Caparica (2013), Trafaria (2012), Pragal (2013), Cova da Piedade (2014), Porto Brandão (2016) e Sobreda (2017). Estas definem-se enquanto “(...) *área(s) territorialmente delimitada(s) que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, (...) designadamente no que se refere às suas condições (...) justifique(m) uma intervenção integrada, através de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) (...)*”. (IHRU, Abril 2013). A definição destas áreas presume a decisão da autarquia de contribuir, por meio de apoios e incentivos de natureza financeira e fiscal, para a criação de condições para a atração e execução de investimento no edificado urbano, garantido a “(...) *salvaguarda do património edificado e o desenvolvimento sustentável do respetivo território*”, (IHRU, Abril 2013). Estas iniciativas têm apresentado resultados significativos na requalificação e reabilitação do edificado e da malha urbana, ainda que o seu âmbito não se limite à conservação e gestão do património cultural.

Importa, por fim, ainda referir que o território do município de Almada abarca, atualmente, 17 sítios, edifícios e/ou vestígios patrimoniais identificados, inventariados e classificados (ANEXO). Aos quais se soma a inscrição da Arte Xávega no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Ademais, apresenta uma quantidade significativa de sítios e vestígios arqueológicos, documentados e inventariados no Portal do Arqueólogo (ANEXO).

5.2. Gerir patrimónios: expectativas, frustrações e conquistas

Reconhecendo o percurso que a experiência da gestão do património tem feito nas políticas municipais, através de várias iniciativas e projetos, torna-se claro que esta se define pelo vazio da ausência de uma estratégia. A verdade é que, em nenhum momento das últimas décadas se desenvolveu um plano estratégico para a cultura ou para o património cultural, capaz de corresponder, de forma crítica, holística e integradora, ao potencial das evidências e práticas patrimoniais no território almadense. A abordagem adotada pela CMA, ao longo das últimas décadas, tem sido executada de forma reativa, desestruturada e episódica, refletindo falta de conceção e planificação.

A inexistência de uma visão estratégica evidencia, desde logo, uma condição de passividade concetual e metodológica, sob a qual a abordagem municipal e os agentes políticos, abstraindo-se dos desenvolvimentos produzidos na Academia e nas instituições internacionais¹⁶¹, mantiveram, em grande medida, o etos da sua prática. Abordagens e conceitos que têm sido desenvolvidos nas recentes décadas, como o mapeamento cultural, definidos por cartas e convenções do património cultural que o município não subscreve ou por académicos cuja obra o município não explora, têm sido extensivamente ignorados, não encontrando, salve raras exceções, tradução nos projetos e políticas municipais. É particularmente gravoso, no âmbito desta dissertação, que a abordagem da PHU não faça parte da estratégia que tem informado a Revisão do PDMA. Na realidade, a Revisão do PDMA não incorpora nenhuma das ferramentas ou metodologias propostas por Bandarin e Van Oers. Mesmo a componente mais inovadora deste processo, a CPCA, foi realizada de acordo com preceitos teóricos e metodológicos verticais: inventariado e compilado por especialistas, sem participação social. Por outro lado, é encorajador que tenham sido tomados passos para a incorporação do Património Cultural Imaterial nas políticas do património cultural. Aqui destacaria, não só o trabalho no Arquivo de Fontes Orais, no Museu da Cidade – onde importantes contributos têm sido dados na relação com a comunidade; como também a identificação de manifestações culturais na CPCA e a valorização das práticas imateriais da Arte Xávega e do Cante Alentejano¹⁶².

A gestão municipal do património cultural é concebida e exercida de “cima para baixo” (*top to bottom*). Dos especialistas para os leigos. Dos que ativamente decidem aos que passivamente rececionam. Os processos de atribuição de significados e valores aos edifícios, lugares e paisagens; de decisão sobre que evidências ou práticas culturais merecem ser salvaguardadas e conservadas; e de decisão sobre que narrativas e identidades devem ser preservadas e valorizadas, efetivamente, excluem as comunidades e os habitantes do concelho. Esta situação ocorre, de igual forma, no âmbito das políticas de urbanismo. A definição dos Núcleos Históricos do PDMA, tanto no documento original como na Revisão, é decidida por um grupo de trabalho dentro da CMA, composto, exclusivamente, por elementos de diferentes departamentos municipais. O

¹⁶¹ Principalmente, UNESCO e ICOMOS.

¹⁶² Existe um grupo de trabalho para a promoção e valorização do Cante Alentejano, prática imaterial introduzida pelas comunidades migratórias do Alentejo e que se estabeleceram nos bairros do Laranjeiro, Feijó e Cova da Piedade para trabalhar na indústria moageira, corticeira e naval.

mesmo pode ser dito das ARU, para as quais o Manual de Procedimentos do IHRU¹⁶³ e os objetivos das propostas municipais são plenamente omissos na promoção de qualquer tipo de envolvimento e participação ativa da comunidade. A participação pública que existe nesta abordagem é a da discussão pública, de registo de perguntas, de anuição na face de questões e na ausência de qualquer compromisso que estas alterem o quer que seja.

Infelizmente, a participação social e o envolvimento comunitário são preocupações, dos executivos municipais, que nunca se traduziram para a realidade: não existiu e não tem existido investimento ou metodologia para o seu desenvolvimento e aplicação. A proposta do Museu Vivo da Arte Xávega cria expectativas de que a ativa participação da comunidade se possa tornar uma realidade no futuro da gestão do património em Almada.

Ainda que sem estratégia, a abordagem municipal tem sido empreendida sob uma orientação específica: a salvaguarda de património em risco de perda iminente, assegurando a sua manutenção no domínio público¹⁶⁴. O trabalho dos serviços técnicos municipais foi, não só o de salvaguarda de bens patrimoniais associados ao desaparecimento de práticas artesanais e comerciais¹⁶⁵, mas principalmente o da salvaguarda de bens patrimoniais edificados de carácter excecional. Esta linha orientadora tem informado a ação da CMA, o que, desde a década de 80, levou à aquisição e reabilitação de inúmeros imóveis, com base em critérios de monumentalidade¹⁶⁶ e excecionalidade, estética, arquitetónica e histórica. Reproduzindo o etos conservacionista, cânone da gestão e conservação do século XX, a abordagem da CMA levou a que, ao longo de mais de três décadas, se adquirissem vários de edifícios históricos, com pouca ou nenhuma ideia do que fazer com eles. Além do mais, mesmo sob o próprio critério de salvaguarda do património “excecional”, existem casos flagrantes de evidências patrimoniais, de propriedade municipal, que têm sido sobejamente negligenciados. Em primeiro lugar, a Torre Velha - primeira fortaleza marítima portuguesa, construída no séc. XV, Monumento Nacional e que se encontra degradada e em estado de abandono. Em segundo, a Quinta do Almaraz – estação

¹⁶³ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

¹⁶⁴ A perda iminente refere-se à saída do domínio público, quer por meio de destruição física, quer por transição para propriedade privada.

¹⁶⁵ Associadas a profundas alterações ao tecido social e económico, produzidas nas últimas décadas, que conduziram à descaracterização da paisagem, também ela património.

¹⁶⁶ Tendo em conta o contexto almadense.

arqueológica com significativo potencial arqueológico e histórico, objeto de intervenções nas décadas de 80 e 90¹⁶⁷ (sobre as quais recaem várias críticas¹⁶⁸), e que foi finalmente aberta a visitas, em 2017, mais de 20 anos após a sua descoberta. Por último, importa ainda referir a Fábrica Romana de Salga de Cacilhas - descoberta e escavada na década de 80¹⁶⁹, que foi coberta por enchimento e conservada sob o piso atual, num processo que, mais uma vez, levantou muitas críticas¹⁷⁰. Estas evidências patrimoniais partilham o mesmo destino: *de tão ignoradas quase podiam ser apresentadas como novas descobertas*.

Em 2019, foi dado um sinal de inversão na abordagem municipal, através da inclusão da Torre Velha e do Castelo de Almada no programa Revive. Contudo, não se perspetiva que esta decisão tenha sido informada por uma nova abordagem municipal, pelo contrário, terá sido motivada pela ausência, de soluções para estas evidências patrimoniais. A criação de uma estratégia para o património cultural permite responder concretamente a estes desafios, contrariando a salvaguarda irrefletida do edificado “excecional” e rejeitando a mercantilização frívola de evidências patrimoniais de significativo valor histórico e cultural.

Além do mais, a orientação pela preocupação com o edificado “excecional” termina, tendencialmente, com os processos de aquisição, salvaguarda e/ou reabilitação. Porque a realidade é que não há, de um modo sistémico, qualquer tipo de planificação associada ao que acontece após estes processos. Ou de outra forma, os edifícios a salvaguardar são adquiridos, (quase sempre) reabilitados, e depois, de forma desestruturada, é-lhes atribuída uma qualquer função cultural ou museológica, sem grandes considerações relativas ao seu papel e impacto na comunidade, aos significados e valores que lhes estão atribuídos ou às narrativas e identidades que preconizam. A

¹⁶⁷ Excluindo o acompanhamento arqueológico, em 2017, e sondagens, em 2012, a Quinta do Almaraz foi intervencionada pela última vez, em 1998.

(<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55856> – consultado a 17 de Março de 2020).

¹⁶⁸ “A orientação das intervenções desenvolvidas que, como referimos no início, seguiram a lógica da “avaliação de impacto”, originaram um conhecimento muito fragmentado do sítio arqueológico, estando apenas uma parte minoritária escavada. Por outro lado, o facto de até 2001 não ter sido desenvolvido um método de registo sistemático, resultou em que apenas se conheçam alguns elementos do sítio.” (Olaio, 2015, p. 9)

¹⁶⁹ Consultar Anexo L.

¹⁷⁰ Francisco Silva, do Centro de Arqueologia de Almada, avança que o estado de conservação das estruturas é imprevisível, tendo em conta que os enchimentos foram feitos sem a proteção das mesmas. (Silva F. , 2006/2007).

situação mais ilustrativa desta carência é a da Fábrica de Moagem do Caramujo: adquirida pela CMA, em 2002, este edifício marcou o tempo e o espaço da Cova da Piedade e das comunidades que fizeram a sua vida na indústria moageira. Nunca foi reabilitado. Está entaipado e degradado. Além deste há outros exemplos evidentes, menos dramáticos, como o Solar dos Zagallos – inaugurado como Centro Cultural para as culturais locais, quando na verdade, ao longo das quase três décadas, foi um “tudo um pouco”, carecendo de pensamento estratégico e concretização do seu potencial junto da comunidade onde se enquadra; ou o Convento dos Capuchos – requalificado em 2001 enquanto centro cultural vocacionado para a promoção da música, especialmente para a música clássica e erudita, sem ter, contudo, sido pensada a sua relação com as comunidades e as práticas culturais que o rodeiam.

Ainda assim, é importante reconhecer que a abordagem municipal foi, pontualmente, capaz de uma gestão coerente dos processos de aquisição, salvaguarda e reabilitação patrimonial, por exemplo, no projeto do Museu de Sítio – Núcleo Medieval/Moderno. E foi, inclusive, bem-sucedida, não só perspectiva de planificação e concretização da premissa de um espaço cultural, por exemplo na Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea, como também em projetos de requalificação patrimonial urbana, capazes de renovar as relações imateriais com estes lugares, através da reabilitação da sua paisagem, ambiental e criativa, como é exemplo a reabilitação da Rua Cândido dos Reis, em Cacilhas.

A abordagem municipal para o património cultural, como se pode observar pelas suas intervenções, caracteriza-se como reativa: as suas ações são ditadas por circunstâncias externas, ao invés de serem orientadas para corresponder a um plano estratégico. As consequências resultantes desta realidade fazem-se sentir, de forma transversal, com especial incidência na criação generalizada, e muitas vezes precipitada, de espaços museológicos. Inclusive em situações de divergência com os serviços técnicos¹⁷¹ e que resultam em situações incoerentes, como a da criação de um museu sem reservas museológicas (e.g. Museu da Cidade). A constituição desestruturada da rede museológica, que remonta aos anos 80 e à criação de um museu municipal que nunca se concretizou, existindo, ao invés, uma constelação de pequenos núcleos museológicos e

¹⁷¹ Quando da criação do Museu da Música Filarmónica, foi apresentada uma outra solução que, procurando de igual forma valorizar e dinamizar o património do associativismo, sugeria uma maior sinergia com os espaços da coletividades e associações e não obrigatoriamente a construção de um novo espaço museológico.

interpretativos, reflete-se de várias formas. Desde logo, no atual estado de dispersão e falta de infraestruturação das reservas museológicas do MMA¹⁷². Também no domínio da arqueologia se identifica que a abordagem municipal tem sido incapaz de agir estruturalmente, limitando-se a reagir aos constrangimentos e às lógicas do desenvolvimento e reabilitação urbana, tradicionalmente associados à prática da arqueologia urbana.

Subjacente a estas abordagens e políticas está a realidade financeira. Há uma clara necessidade de investimento, correspondente aos desafios levantados pela criação de vários espaços museológicos e interpretativos. O que terá certamente contribuído, não só para o atual estado das reservas, como também para a obsolescente museografia de quase todos espaços municipais¹⁷³, para o encerramento (temporário¹⁷⁴) do Museu da Música Filarmónica, e para a ausência de estratégias de dinamização científica, histórica e arqueológica, mesmo em sítios de comprovado potencial (e.g. Quinta do Almaraz). O investimento é também necessário para, de modo mais alargado, requalificar a PHU. Tendo em conta esta realidade, é pertinente mencionar que as ARU, coincidentes com quase todos os Núcleos Históricos (excluindo Murfacém) e que implicam a existência de incentivos e mecanismos de participação pública e privada na reabilitação urbana, oferecem uma solução de elevado potencial. Contudo, as ferramentas definidas não estão concebidas para corresponder a objetivos específicos de conservação e requalificação do património. É manifestamente notória, pela situação descrita, a ausência de mecanismos de avaliação de sucesso e impacto do financiamento e gestão do património cultural. Não existe em altura nenhuma, nem a priori dos processos de reabilitação urbana, de ação pública ou privada, nem a posteriori. A recolha de dados acontece, todavia, não existem ferramentas ou mecanismos que permitam avaliar o impacto patrimonial e cultural dos processos de reabilitação urbana ou de requalificação de património edificado. Estas situações contribuem, inevitavelmente, para a estagnação, ou melhor, a redução, do

¹⁷² Atualmente, as reservas do Museu Naval e da Arqueologia estão no Olho de Boi, enquanto que as do Museu da Cidade (recolhidas ao longo dos últimos anos) estão dispersas entre o Museu Naval, o Museu da Cidade e a Escola António José Gomes. A perspetiva é que o município apresente, este ano, uma proposta de criação de um espaço de reserva partilhado. (Ibidem)

¹⁷³ Salve as exposições temporárias, que nem todos os espaços acomodam, a museografia das exposições permanentes do CIAV, Museu da Música Filarmónica e Museu Naval tem quase 10 anos (inauguradas entre 2012 e 2013) e a do Museu de Sítio – Núcleo Medieval/Moderno tem praticamente 20 anos (inaugurado no início do século).

¹⁷⁴ O Museu da Música Filarmónica não se encontra encerrado, a trabalhadora afeta ao espaço está de baixa médica desde novembro de 2018 e a falta de recursos humanos impede a sua abertura.

número de visitantes que desfrutam da oferta museológica e arqueológica do Museu Municipal de Almada¹⁷⁵. A verdade é que entre 2013 e 2018¹⁷⁶, o número de visitantes baixou de 11087 para 9344, uma descida de quase 20%.

¹⁷⁵ Museu da Cidade, Museu da Música Filarmónica, CIAV, Museu Naval, Museu de Sítio e Sítio Arqueológico da Quinta do Almaraz.

¹⁷⁶ Último ano onde é possível recolher dados anuais: encerramento do Museu da Música Filarmónica e do Museu da Cidade (manutenção e montagem de nova exposição).

VI. Uma nova perspectiva de gestão municipal do património cultural

“As cidades são organismos dinâmicos. Não há uma única cidade histórica no mundo que tenha retido o seu carácter original: o conceito está em perpétuo movimento, destinado a mudar com a própria sociedade. E isso é natural: as estruturas e vontades sociais evoluem, e o tecido tangível adapta-se constantemente

(Bandarin & Van Oers, *The Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an Urban Century*, 2012, p. 9)

Concretizando o principal objetivo desta dissertação, propomos, neste capítulo sexto e último, uma nova abordagem para a gestão municipal do património cultural. Esta é baseada na abordagem da Paisagem Histórica Urbana, informada pelas problemáticas do pensamento crítico do património e refletindo novos métodos e projetos de gestão dos espaços culturais e museológicos, dos sítios arqueológicos e das práticas culturais imateriais. Como evidenciado pela análise do atual contexto de gestão municipal do património cultural, e como tão bem coloca Elizabeth Auclair, a gestão do património cultural tem também de abordar a “*dimensão histórica da memória e do património*”. (Auclair, 2015, p. 34). Pereira Roders relembra-nos também que não há uma única e absoluta abordagem da PHU, mas sim quantas forem necessárias, garantido a flexibilidade e adaptabilidade para responder às exigências de cada contexto. (Pereira Roders, 2019, p. 50).

A abordagem da PHU, espinha dorsal desta proposta, permite desenvolver as problemáticas do pensamento crítico do património cultural, enquanto, simultaneamente, oferece metodologias e mecanismos concretos e coerentes que possuem uma ampla literatura de suporte, capaz de robustecer a implementação de uma visão contemporânea do património cultural nas políticas municipais: do desenvolvimento e planeamento urbano à gestão do património edificado e sítios arqueológicos. Assente nos princípios do espírito de lugar, da participação social, da diversidade cultural, da resiliência climática e do reconhecimento do património imaterial, esta proposta estende-se para lá dos núcleos históricos, delimitados no PDMA, abrangendo as restantes áreas urbanas consolidadas, enquadrando assim a totalidade da paisagem urbana. É nestes limites e exteriores das áreas históricas, onde se assiste ao rápido desenvolvimento urbano e a diversas pressões socioeconómicas e ambientais, que, face à inexistência de edificado de prestígio ou de uma rica história milenar, as expressões e práticas patrimoniais culturais desempenham

um papel incontornável no quotidiano das relações entre as comunidades e a sua paisagem.

A adoção desta abordagem só faz sentido a nível autárquico porque, como nos diz Siravo, é aqui que se verifica uma proximidade entre os atores políticos, os agentes culturais e as comunidades que habitam e trabalham na cidade. É também aqui que se gerem os serviços essenciais da comunidade, onde a capacidade de resposta do executivo a novas situações ou de efetuar as necessárias alterações rapidamente é maior. (Siravo, 2015, p. 169). Contudo, é importante ressaltar que a reorientação das políticas e abordagem municipal face ao património cultural, histórico e arqueológico implica, inevitavelmente, que se cometam erros. Não se espera que a adoção e integração desta abordagem ocorra de forma perfeita. Efetividade e eficiência demoram tempo e requerem dedicação. Mas, e como lembra, Pereira Roders, “(...) *by daring to try and fail, by learning from each other, cities can evolve much further than alone.*”. (Pereira Roders, 2019, p. 50).

Por último, importa mencionar o papel determinante que uma nova abordagem municipal para a gestão do património cultural pode desempenhar na prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 da ONU. O papel da cultura e do património cultural é transversal e pode ser visto de várias formas, contribuindo diretamente para o desenvolvimento do bem-estar social e económico, impulsionando a diversidade cultural, apoiando a efetividade de intervenções de desenvolvimento e promovendo a resiliência climática.

6.1. Os seis que passam a ser sete

Como já foi abordado no capítulo III, a operacionalização da abordagem da PHU pressupõe a adoção dos Seis Passos Críticos. Contudo, refletindo não só a realidade dos serviços técnicos e dos recentes executivos municipais, mas também outros casos de estudo da implementação da abordagem da PHU, decidiu-se propor um passo adicional.

A verdade é que, a partir da análise ao panorama atual de gestão municipal do património cultural, pudemos observar a ausência de conhecimento e reflexão sobre várias problemáticas do pensamento crítico do património. De igual forma, outras cidades relataram as mesmas dificuldades – a necessidade de providenciar conhecimento e compreensão concetual aos agentes culturais locais. No contexto da cidade do Porto, Cunha Ferreira e Tarrafa Silva reportam que a maior parte das falhas na perspetiva da

PHU resultam do desconhecimento de conceitos e metodologias, e defendem que a disseminação de iniciativas e ferramentas para a promoção da abordagem da PHU pode ser decisiva para uma mudança na maneira como se olha para o património. (Cunha Ferreira & Tarrafa Silva, 2019, p. 420). Por sua vez, em Amsterdão reporta-se que a discussão se centra na importância da contínua reflexão e debate. Segundo Veldpaus e Bokhove, a gestão do património enquanto prática cultural precisa de debate inclusivo e da reinterpretação e reafirmação dos conceitos e das ideias que o definem. Advogam pela partilha interna e externa de práticas, experiências e conhecimentos. (Veldpaus & Bokhove, 2019, p. 119).

Consequentemente, propõe-se:

1. A inclusão de um passo inicial, o “novo” primeiro passo crítico, orientado para a capacitação, formação, debate e reflexão sobre conceitos, problemáticas e metodologias críticas do património, entre elas a própria abordagem da PHU. Para a implementação bem-sucedida deste passo aconselha-se o desenvolvimento de parcerias com instituições e investigadores do ensino superior, desde logo com aquelas e aqueles que desenvolvem investigação sobre o tema da Paisagem Histórica Urbana, assim como com organizações nacionais (e.g. Acesso Cultura¹⁷⁷) e organismos internacionais que contemplem estes conceitos nas suas definições ou documentos oficiais (e.g. UNESCO, ICOMOS, ICOM, entre outros). Os elementos dos serviços técnicos municipais devem ter a oportunidade de ouvir diferentes investigadores e agentes culturais, de maneira a desenvolver uma compreensão alargada dos conceitos e problemáticas contemporâneas do património cultural.
2. De igual forma, que seja considerado o investimento nas equipas dos serviços técnicos municipais, através da contratação de novos quadros especializados.
3. O trabalho em rede e a promoção de relações sinérgicas de partilha de conhecimento, práticas e experiências com outras cidades portuguesas e europeias.

O segundo passo desta proposta, o primeiro dos Seis Passos Críticos da abordagem da PHU, é “*Realizar levantamentos holísticos e mapeamentos dos recursos*

¹⁷⁷ A Acesso Cultura, associação cultural, promove o acesso – físico, social e intelectual – à participação cultural. (<https://acessocultura.org/quem-somos/missao-e-objectivos/> - acedido a 10 de Março de 2020)

naturais, culturais e humanos da cidade” (UNESCO, 2016, p. 13). Ora, tendo em conta esta definição, e no contexto de Almada, parte desta metodologia pode considerar-se cumprida, por meio da Carta do Património Cultural de Almada (da autoria do Centro de Arqueologia de Almada) e da Carta Arqueológica de Almada (da autoria da CMA).

Todavia, sob uma nova abordagem, propõe-se:

1. A extensão do âmbito desta metodologia, passando a incorporar a realização de estudos holísticos e integradores do património cultural, histórico e arqueológico – dos quais a carência foi identificada anteriormente – assim como a congregar, no levantamento e mapeamento, os recursos culturais relativos à gestão dos espaços culturais, museológicos, sítios arqueológicos e práticas imateriais (levantamento detalhado de dados sobre visitas, audiências, coleções, exposições, atividades, conceitos abordados e impacto social, económico e ambiental). Neste sentido, e reconhecendo que esta metodologia se aplica a uma tarefa infinita, permanentemente inacabada, recomenda-se a adoção de alguns princípios da proposta *Culture 2030 Indicators*, da UNESCO. (UNESCO, Culture 2030 - Indicators, 2019). Desde logo, e na sequência da constatação anterior:

- a) *Priorização do reforço da capacidade das estruturas existentes.* A realização de levantamentos e mapeamentos do património cultural, como a CPCA, que produzem inestimável conhecimento e experiência, devem ser valorizados, cultivados e promovidos nos serviços técnicos municipais, ao invés de em entidades externas. A colaboração e o trabalho em rede devem ser promovidos, mas é essencial garantir a capacitação e o capital humano na gestão municipal do património cultural;
- b) *Utilização de dados qualitativos e quantitativos para avaliar a contribuição da cultura.* Num contexto tão primordial como o do património cultural, na interseção entre a memória, a identidade e a história, é essencial contextualizar dados quantitativos, que muitas vezes limitam a tradução da realidade, através da contribuição de agentes culturais municipais e de outros grupos relevantes: audiências, profissionais, escolas, entre outros;
- c) *Integração de dados com as Convenções Culturais da UNESCO.* O levantamento de recursos culturais associados a conceitos que reportam às Convenções e Recomendações da UNESCO (na qual se integra a Recomendação da PHU), permitirá análises comparativas entre políticas,

estratégias e projetos de gestão do património cultural, a nível europeu e mundial; (UNESCO, Culture 2030 - Indicators, 2019)

O terceiro passo desta proposta, segundo passo crítico da abordagem da PHU, prende-se com *“alcançar consensos através de métodos participativos de planeamento e consultando os diferentes intervenientes, relativamente a que valores conservar para a transmissão a futuras gerações, e a determinar os atributos que suportam estes valores”* (UNESCO, 2016, p. 13). Esta é uma componente particularmente importante, tendo em conta os princípios sobre os quais se baseia, tanto a abordagem da PHU, como a proposta que aqui se pretende apresentar. A realidade é que, como foi anteriormente referido, a gestão municipal do património cultural tem sido transversalmente exercida *top to bottom*: da revisão do PDMA à gestão dos espaços culturais, museológicos e sítios arqueológicos. Tarrafa Silva avança que a ferramenta do Plano Diretor Municipal se aproxima mais do que seria de esperar à abordagem da PHU e que resulta de um processo negocial (discussão pública), onde atributos e valores podem ser definidos. (Tarrafa Silva, 2017, p. 63). Contudo, a fase da discussão pública na construção do PDM não se constituiu como uma abordagem horizontal, participativa e comunitária. Pelo contrário, é um período sob o qual, após (e não durante) a conceção e construção da proposta, a Câmara Municipal *“(...) permite aos interessados apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, sobre as quais a mesma deverá ponderar, responder e divulgar os resultados”*. (Gonçalves S. , 2013, p. 10). Ora, este método não se poderá classificar enquanto participativo, especialmente tendo em conta a complexidade do PDM e a falta de proatividade que os municípios muitas vezes assumem no estímulo à participação.

Atendendo a esta situação e à realidade da falta de participação social na gestão municipal do património cultural de Almada, propõe-se:

1. A tomada necessária de medidas para, finalmente concretizar a preocupação dos executivos municipais de envolver as comunidades locais. Antes de mais, é imperativo que se criem orientações metodológicas que promovam o empoderamento social e o envolvimento da comunidade, garantindo a transparência de processos e a responsabilização pública.
2. O mapeamento cultural apresenta um enorme potencial, pois acarreta uma grande componente de inovação, ao mesmo tempo que se encontra referido e estudada por Smith J. (2015), Cabeça, S. (2018), Freitas, C. (2011), Duxbury et al (2015) e Jukilethi (2015), e deverá assim ser a metodologia preferencial: permite,

conjugando a memória e a criatividade do desenho, construir mapas de diferentes realidades culturais, garantido que a estratificação das mesmas produza, por justaposição, um registo holístico da evolução do ecossistema cultural e patrimonial de um lugar. É, além do mais, uma ferramenta que incentiva o diálogo entre diferentes imaginários culturais no mesmo espaço físico, que promove a diversidade cultural e que estimula o exercício da cidadania democrática. Como sugere Auclair, “(...) o grande desafio prende-se com encorajar a participação dos cidadãos na definição deste património quotidiano, popular. O objetivo é identificar o que realmente importa para as pessoas e tomando em conta as reais expectativas e aspirações da população, promover o bem-estar e a coesão social”. (Auclair, 2015, p. 38). A operacionalização desta metodologia deve ser acompanhada de múltiplas sessões de consulta e discussão pública, onde, sobre um produto informado pela participação pública durante a sua construção, se poderão alcançar consensos relativos aos valores e suportes do património cultural.

3. A par destas, e de acordo com a abordagem da PHU, devem também ser consultados diferentes intervenientes e grupos interessados, propondo-se assim o seguinte método:
 - a) Reuniões com menos interlocutores, mas com maior frequência.
 - b) Divisão do território, em UNOP ou em freguesias.
 - c) Reunir diferentes representantes dos grupos interessados (sempre que tal se aplicar), garantido a presença de todos os que compõe a matriz da área que está a ser abordada – do comércio e indústria local às associações de moradores, recreativas, desportivas e culturais, passando pelo a comunidade escolar, as instituições de ensino superior, as IPSS e os eleitos autárquicos das várias forças políticas.

O quarto passo desta proposta, terceiro passo crítico da abordagem da PHU, sugere “*avaliar a vulnerabilidade destes atributos face a pressões socioeconómicas e ao impacto das alterações climáticas*”. (UNESCO, 2016, p. 13). Este processo implica, portanto, a avaliação do impacto e da vulnerabilidade dos atributos que sustentam os valores definidos no passo anterior. Dentro desta realidade assumem particular importância os relatórios e avaliações de impacto, que reportam, tradicionalmente, ao âmbito ambiental. Todavia, Tarrafa Silva defende que o PDM permite desenvolver estes

estudos e avaliações também no contexto do património cultural. (Tarrafa Silva, 2017, p. 63). Além disso, sabemos que a Lei de Bases do Património Cultural (LdBPC) define um regime de proteção do património classificado, compreendendo a Zona Geral de Proteção¹⁷⁸ (ZGP) e a Zona Especial de Proteção¹⁷⁹ (ZEP), nas quais “(...) *não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cérceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente.*”, (LdBPC, 2001), obrigando os municípios “(...) *em parceria com os serviços da administração central ou regional autónoma responsáveis pelo património cultural, ao estabelecimento de um plano de pormenor de salvaguarda para a área a proteger.*”. (LdBPC, 2001). Aos planos de pormenor estão associados, por via do 17º artigo do RJIGT, a identificação e o estabelecimento de medidas de proteção e valorização do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico, e o estabelecimento dos parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação de zonas de proteção. (RJIGT, 2015). Um bom exemplo desta realidade, em Almada, foi o levantamento histórico-arqueológico do Cais do Ginjal, realizado pela Cota 80.86. Lda, no âmbito do Plano de Pormenor do Ginjal. Contudo, tal só se verificou porque esta área está abrangida pela ZEP da Quinta do Almaraz e do Palácio da Cerca.

Tendo em conta esta realidade, propõe-se:

1. Aprofundar, a nível municipal, as orientações de identificação e estabelecimento de medidas de proteção e valorização do património cultural. Reconhecendo a validade e a efetividade do artigo 17º do RJIGP e das orientações de proteção, estabelecidas pelas ZGP, ZEP e pelo 53º artigo¹⁸⁰ da LdBPC, aconselha-se que a

¹⁷⁸ Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, beneficiarão automaticamente de uma zona geral de proteção de 50 m, contados a partir dos seus limites externos, cujo regime é fixado por lei. (LdBPC, 2001).

¹⁷⁹ Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem dispor ainda de uma zona especial de proteção, a fixar por portaria do órgão competente da administração central ou da Região Autónoma quando o bem aí se situar. (LdBPC, 2001).

¹⁸⁰ Artigo 53.º - Planos

1 - O ato que decreta a classificação de monumentos, conjuntos ou sítios nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, obriga o município, em parceria com os serviços da administração central ou regional autónoma responsáveis pelo património cultural, ao estabelecimento de um plano de pormenor de salvaguarda para a área a proteger.

2 - A administração do património cultural competente pode ainda determinar a elaboração de um plano integrado, salvaguardando a existência de qualquer instrumento de gestão territorial já eficaz, reconduzido a instrumento de política sectorial nos domínios a que deva dizer respeito.

autarquia procure alargar o âmbito destas avaliações e levantamentos. É para isso essencial promover a multidisciplinaridade das equipas, reconhecendo a multiplicidade de áreas encerradas no conceito de património cultural (material e imaterial) e a necessidade de avaliar os impactos culturais dos processos de desenvolvimento nas comunidades.

2. A integração desta ferramenta noutro dos pilares da abordagem da PHU – a sustentabilidade ambiental e a resiliência climática – que deve contemplar a avaliação da vulnerabilidade das evidências patrimoniais culturais face aos efeitos das alterações climáticas. Nesse sentido, importa mencionar o documento do ICOMOS, “*Heritage and Climate Change Outline*” (ICOMOS, 2019), onde são definidas, na secção 2 – Adaptação, várias medidas para a adaptação do património cultural à realidade da crise climática:

- a) A gestão do património requer a adoção de abordagens de avaliação de risco e vulnerabilidade que, efetivamente, informem as adaptações às alterações climáticas;
- b) Identificação de novos e indiretos riscos (e.g. seca em regiões húmidas);
- c) Desenvolver rápidas metodologias de avaliação, como o Índice de Vulnerabilidade Climática¹⁸¹, que usem a melhor informação disponível, sejam transparentes e aplicáveis a todos as evidências patrimoniais em risco;
- d) Priorizar respostas e alocações de recursos de acordo com a escala e a severidade do impacto;
- e) Desenvolver molduras de adaptação dos recursos patrimoniais face às alterações climáticas; (ICOMOS, 2019, p. 40)

3 - O conteúdo dos planos de pormenor de salvaguarda será definido na legislação de desenvolvimento, o qual deve estabelecer, para além do disposto no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial:

- a) A ocupação e usos prioritários;
- b) As áreas a reabilitar;
- c) Os critérios de intervenção nos elementos construídos e naturais;
- d) A cartografia e o recenseamento de todas as partes integrantes do conjunto;
- e) As normas específicas para a proteção do património arqueológico existente;
- f) As linhas estratégicas de intervenção, nos planos económico, social e de requalificação urbana e paisagística.

¹⁸¹ No inglês original: *Climate Vulnerability Index* (CVI). Foi desenvolvido no quadro do Património Mundial, mas pode ser adaptado para outros contextos patrimoniais. Consultar Anexo M. (https://www.jcu.edu.au/data/assets/pdf_file/0003/867054/Climate-Vulnerability-Index-flyer_web2.pdf) – acesso a 20 Março de 2020.

3. Para uma verdadeira abordagem holística de gestão do património cultural, que esta metodologia, baseada nas orientações de proteção do património cultural do RJGP e da LdBPC, seja estendida para lá das zonas de proteção e dos núcleos históricos, abrangendo todas as áreas urbanas consolidadas, e, por conseguinte, a globalidade da paisagem histórica urbana.

O quinto passo desta proposta, quarto passo crítico da abordagem da PHU recomenda “*integrar valores de património urbano e o seu estatuto de vulnerabilidade em molduras de desenvolvimento da cidade, que possam fornecer indicações sobre áreas de sensibilidade patrimonial, que requerem uma cuidadosa abordagem ao planeamento, desenho e implementação dos projetos de desenvolvimento.*”. (UNESCO, 2016, p. 13). Mais uma vez recorremos ao trabalho de Tarrafa Silva, que argumenta que o PDM “*(...) estabelece uma estratégia desde o momento que define as unidades operativas de gestão e planeamento e a ferramenta de execução para a gestão dessas áreas, estabelecendo um conjunto de parâmetros e objetivos*”. (Tarrafa Silva, 2017, p. 64). Em termos gerais é verdade que este processo corresponde ao estabelecimento e desenvolvimento da metodologia do PDM.

Contudo, especificamente no âmbito da integração do património cultural, somos confrontados com a situação mais comum: a obrigação de inclusão de inventários e documentos complementares do património cultural não se traduz na sua efetiva aplicação. No Porto, segundo Cunha Ferreira e Tarrafa Silva, a integração de inventários em política urbanas mais amplas (e.g. PDM e outros planos urbanísticos) não tem consequência reais na gestão do desenvolvimento da cidade. Defendem que, apesar da obrigação de legal de inclusão, o património é comumente percecionado enquanto obstáculo ao desenvolvimento. (Cunha Ferreira & Tarrafa Silva, *Perspectives for a Historic Urban Landscape Approach in Porto, Portugal*, 2019, p. 419). Outras cidades europeias, no contexto da implementação da abordagem da PHU, relataram que um método articulado de trabalho entre os departamentos de urbanismo e de património cultural resulta apenas da vontade de certos líderes, dispostos a comprometerem-se e a dedicarem-se a trabalhar em conjunto. Ainda que louvável, este tipo de funcionamento levanta, obviamente, um problema de sustentabilidade de práticas. (Veldpaus & Bokhove, 2019, p. 121).

Em Almada verificam-se alguns paralelos com estas realidades, desde logo, no que concerne a separação departamental. Existe uma demarcada separação entre

departamentos, que se articulam apenas sob circunstâncias ou projetos específicos: no contexto da gestão das ARU, a Divisão de Reabilitação e Revitalização Urbana (DRRU) pede esclarecimentos e pareceres à DMPC¹⁸², de forma episódica, ou, parafraseando, “sempre que necessário”. É importante, contudo, ressaltar que a integração da CPCA, enquanto elemento complementar ao PDMA, representa um passo positivo.

Convém ainda fazer referência às ARU, onde também se levantam questões quanto à integração de preocupações com o património cultural. Antes de mais, importa mencionar que o Manual de Procedimentos do IHRU refere o património cultural apenas uma vez e enquanto “(...) *salv guarda do património edificado* (...)” (IHRU, Abril 2013). Ademais, e no contexto de uma abordagem integradora e holística da paisagem histórica urbana, é inevitável mencionar o carácter limitado desta ferramenta (Cunha Ferreira & Tarrafa Silva, 2019, p. 120), que se foca geralmente nos Núcleos Históricos, ignorando a restante área urbana consolidada. Convém também referir que a criação das ARU em Almada tem sido orientada, segundo a sua proposta de desenvolvimento, para “*Garantir a proteção e promover a valorização do património cultural*” (Proposta ARU Cacilhas, 2011). Contudo, e como já foi anteriormente referido, a sua aplicação não é permanentemente articulada com os serviços técnicos responsáveis pela gestão do património cultural e o seu Modelo de Gestão não aborda especificamente os constrangimentos da conservação e reabilitação patrimonial (a não ser quando legalmente obrigada). (Proposta ARU Cacilhas, 2011).

Tendo em conta esta realidade propõe-se:

1. Como condição imprescindível para o sucesso de qualquer implementação de gestão do património cultural no âmbito do desenvolvimento urbano, a contínua e sistemática articulação entre os serviços municipais de planeamento urbano e de gestão do património cultural. A autarquia poderá querer até ir mais longe, como recomenda Siravo, procurando criar uma equipa de trabalho, um gabinete técnico multidisciplinar de setores chave, responsável por materializar os objetivos e decisões gerais, alcançadas através de métodos participativos, em planos conceptuais de ação, progressivamente detalhados. (Siravo, 2015, p. 170).
2. No que concerne às ARU, uma reorientação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), afeta a cada ARU, para que esta passe a responder concretamente às vulnerabilidades, avaliadas no passo anterior, dos atributos que ancoram os

¹⁸² Esta abrange a arqueologia, como parte do integrante do Património Cultural.

valores patrimoniais, definidos por meio de métodos participativos. Por último, recomenda-se, dentro dos constrangimentos financeiros da autarquia, que os mecanismos de benefícios e incentivos fiscais, aplicados nas ARU, sejam estendidos a outras zonas do concelho, sob uma clara e definida estratégia de resposta aos já referidos desafios da vulnerabilidade do património cultural.

O sexto passo desta proposta, quinto passo crítico da abordagem da PHU, define-se, simplesmente, por “*priorizar ações de conservação e reabilitação*” (UNESCO, 2016, p. 13). Ainda que curta e simples esta premissa é igualmente relevante para a gestão do património cultural, particularmente no âmbito da prossecução da sustentabilidade ambiental e da resiliência climática. Como disseram Bandarin e Van Oers, a “*sustentabilidade, um objetivo que foi largamente ignorado no século passado, que se surge tornar a regra basilar caso a cidade histórica continue a ser o principal legado do nosso património na era da globalização*”. (Bandarin & Van Oers, *The Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an Urban Century*, 2012, p. 176).

De facto, a conservação e a reabilitação do património cultural edificado potencia a sustentabilidade do tecido histórico urbano, tradicionalmente eficiente em termos energéticos, adaptada ao clima, (Bigio, 2015, p. 121), permitindo tirar proveito da capacidade carbónica instalada e evitar a pegada futura. (ICOMOS, 2019, p. 45). Podemos afirmar que em Almada, tanto o PDMA como as ARU privilegiam as operações de conservação e reabilitação urbana. O PDMA limita, dentro da circunscrição dos Núcleos Históricos, a “*demolição para substituição de edifícios existentes, salvo quando previsto em plano de pormenor ou plano de valorização e salvaguarda plenamente eficazes, deverá ser controlada e só admitida nas condições excecionais previstas na lei*” (PDMA, 2019). As ARU, como o próprio nome indica, direcionam a sua atuação e a aplicação dos mecanismos financeiros para projetos de conservação e reabilitação.

Em tudo semelhante ao que foi proposto acima, recomenda-se:

1. A transposição da metodologia de priorização pela conservação e reabilitação, consagrada nos Núcleos Históricos, no PDMA, e nas ARU, para outras áreas urbanas consolidadas do concelho. Sob uma clara e definida estratégia, informada pelos métodos participativos de definição de valores e atributos patrimoniais culturais, seria benéfico aplicar, dentro dos constrangimentos financeiros da autarquia, os mecanismos financeiros semelhantes aos das ARU.

O sétimo e último passo desta proposta, sexto passo crítico da abordagem da PHU, recomenda “*estabelecer as parcerias apropriadas e as molduras de gestão local para cada um dos projetos identificados de conservação e desenvolvimento, assim como para a criação de mecanismos para a coordenação das várias atividades entre diferentes agentes, públicos e privados*” (UNESCO, 2016, p. 13). Este passo reforça o princípio da participação social e envolvimento comunitário, basilar na proposta avançada e na abordagem da PHU. Para a sua concretização propõe-se:

1. Revisitar o terceiro passo desta proposta e, a partir da divisão do território (em UNOP ou freguesias), construir parcerias com os indivíduos e as comunidades que aí habitam, vivem e trabalham. Para além dos grupos referidos, devem ser tomados em conta os agentes públicos – administrações e entidades públicas centrais, regionais e locais – e os agentes privados locais, privilegiando a criação de riqueza, a capacitação do capital humano local, a economia de circuito circular e a sustentabilidade ambiental.

VII. Conclusão

Esta dissertação nasceu com o objetivo de desenvolver uma nova abordagem à gestão do património cultural em Almada, ancorada no conceito da Paisagem Histórica Urbana, capaz de refletir as problemáticas do pensamento crítico do património, consciente do seu desenvolvimento ao longo das últimas décadas e enquadrada pelo pano de fundo das várias realidades que compõem o palimpsesto histórico e cultural do concelho.

Abordar a gestão do património exigiu que primeiro tivesse de considerar o que significa património – *quando é que o património é património?* Procurei, para isso, desconstruir o conceito de património. Propus despir o conceito que conhecemos de todas as suas roupagens, retornando-o à sua origem – ao seu tempo histórico, social, cultural e político. Assim, a partir da sua génese, pudemos percorrer o longo e metamórfico percurso que levou o conceito de património da modernidade oitocentista para a pós-modernidade do século XXI. Esta análise lança luz sobre a evolução concetual que fez nascer o património enquanto um conjunto de práticas e valores ocidentais que privilegiavam o carácter monumental e excecional, e que eram enquadradas por emergentes narrativas nacionais e disciplinas científicas. A mesma evolução, que o

promoveu, décadas mais tarde, ao palco global, em simbiose com o capitalismo transnacional e com a hegemonia política global do ocidente, foi a que, ulteriormente, conduziu às crises conceituais que ao fraturarem o cânone e as narrativas ocidentais nos trouxeram até à condição contemporânea do conceito de património.

Os resultados desta pesquisa ilustram não só o desenvolvimento e a evolução do conceito do património, mas também novas correntes de pensamento crítico sobre o património e a sua gestão. Estas permitem colocar em (aguardada) discussão a conceção de património de muitas instituições e agentes culturais, atores políticos e cidadãos, e as recentes abordagens que propositam o valor inerentemente imaterial do património e que defendem o desmantelamento das estruturas de poder, dos especialistas para as comunidades – de forma *bottom up*.

É precisamente a partir deste espaço de diálogo, de criatividade, mas também de conflito, que surgem abordagens e metodologias que procuram operacionalizar novas ideias sobre o património e a sua gestão. O conhecimento que se pretende aqui proporcionar está diretamente relacionado com uma dessas abordagens – a Paisagem Histórica Urbana. Esta, apresentada pela UNESCO, em 2011, sustenta o objetivo central a que se propõe esta dissertação e destaca-se das demais por apresentar propostas metodologicamente definidas, com uma ampla literatura e com extensos dados sobre a sua implementação.

A dissecação da Paisagem Histórica Urbana permitiu fazer uma verdadeira radiografia das diferentes correntes de pensamento que influenciaram o seu desenvolvimento e que evidenciam o carácter sintético e único desta abordagem. Esta vai beber aos contributos de influentes arquitetos e conservadoristas europeus do século XX, aos conceitos da arqueologia da paisagem e pós-processualista, de forma a apresentar uma abordagem integradora do património urbano. Desenvolvida por Francesco Bandarin e Ron Van Oers, assenta na estratificação histórica de valores, significados e memórias, respeitando a diversidade cultural e a participação comunitária. Curiosamente, surge também como um corolário de um conjunto de cartas e convenções que foram, paulatinamente, reconhecendo e, ainda que com algum atraso, refletindo as críticas produzidas pela academia e pelo ativismo cívico. Uso a palavra “curiosamente” de forma propositada, pois em oposição a várias propostas que emergiram da academia, a abordagem da PHU, ainda que incorpore muitas das suas críticas, foi desenvolvida precisamente por uma das instituições mais frequentemente alvo das mesmas. Resulta também de um olhar crítico que a abordagem da PHU se reveste de um carácter

eminentemente contemporâneo. O seu desenvolvimento está perfeitamente enquadrado com o progressivo reconhecimento do impacto do património cultural na economia, na sustentabilidade ambiental, na educação e no exercício da cidadania.

O estudo das metodologias e das ferramentas propostas no quadro da PHU permitiu adquirir um maior conhecimento sobre como implementar uma abordagem assente no reconhecimento da diversidade cultural, da participação comunitária e do valor imaterial do património. As propostas de certa forma já desenvolvidas, como as ferramentas financeiras e fiscais, foram aprofundadas e detalhadas para a especificidade da conservação e gestão do património. Foram deslindados novos conhecimentos em propostas e métodos inovadores, como o mapeamento cultural, que acarretam grande potencial na operacionalização dos conceitos da participação e envolvimento comunitário. E foi possível explorar novas estratégias direcionadas particularmente para a promoção de uma nova arqueologia urbana.

Almada é o pano de fundo sobre o qual uma nova abordagem, ancorada nos princípios da PHU se deverá desenvolver. O estudo da evolução da paisagem histórica de Almada diz-nos que as arribas a norte e as faixas litorais foram sempre mais favoráveis à presença humana do que os arenosos terrenos do sul do concelho. A paisagem dos primeiros milénios de ocupação humana era definida pela atratividade das faixas litorais, prometendo subsistência e alimento. A partir do Neolítico há uma progressiva, mas definitiva, transição das comunidades para as arribas norte do concelho, estendendo-se da Caparica a Cacilhas. Diferentes povos, credos e culturas atravessaram Almada, dos fenícios e romanos aos árabes, cristãos e judeus. E os territórios, mesmo tendo em conta os inevitáveis avanços e recuos, começam a definir-se: o núcleo de Almada Velha enquanto primeiro centro de poder, herdando a primeira cidade (Almaraz); Cacilhas e o Porto Brandão enquanto principais vias de transporte e comércio; a Caparica, Trafaria, Pragal e Ramalha enquanto férteis propriedades agrícolas; e o sul do território enquanto zona florestal de caça e de extração de madeira. É apenas na Idade Moderna que se assiste a uma significativa expansão dos núcleos humanos no concelho. De Almada Velha às praias da Trafaria. Das quintas da Sobreda ao litoral ribeirinho este. Dos armazéns do Ginjal às primeiras comunidades de pescadores da Costa da Caparica. Almada expande-se consideravelmente entre os séculos XVI e XVIII.

Mas o verdadeiro choque chega a partir do século XIX. A indústria chega, instalando-se ao longo do litoral ribeirinho do concelho. Do Porto Brandão ao Alfeite, as fábricas, os armazéns, os estaleiros e as oficinas transformam a estrutura económica e

aceleraram o fim da agricultura. Ao entrar no século XX todas estas mudanças aumentam de velocidade. A agricultura desaparece e acentua-se o declínio demográfico na Caparica. O arco ribeirinho leste, entre a Margueira (Lisnave) e o Alfeite (Arsenal da Marinha), onde se situa a grande maioria da indústria e de atividades associadas (comércio, transportes e serviços) concentra agora mais de 50% da força de trabalho e recebe grades fluxos migratórios do sul e centro do país. São criados bairros para tentar colmatar o loteamento ilegal e o abarracamento, na Piedade, no Feijó e no Laranjeiro. Cacilhas torna-se um centro rodoviário e fluvial que liga o país de norte a sul. A Trafaria entra em grave declínio de riqueza e população à medida que a Costa da Caparica se torna o destino de eleição para os veraneantes. Podemos definir a década de 60 do século XX enquanto fronteira, a partir da qual todas estas mudanças se cristalizariam e aprofundariam, especialmente com a construção e inauguração da ponte 25 de Abril.

O património resultante desta matriz histórica e cultural e a sua gestão, que tem sido levada a cabo pela Câmara Municipal de Almada, foram também objeto de estudo e análise. A investigação sobre as últimas décadas de gestão municipal do património cultura exigiu que desde logo procurasse construir uma estratigrafia de decisões e processos que, desde os anos 80, foram moldando a ação da CMA. Os resultados desta pesquisa seriam, e foram, invariavelmente afetados pela ausência de fontes documentais referentes à gestão do património em Almada. Foi um laborioso processo de investigação que envolveu a leitura e o cruzamento de vários documentos dispersos e a entrevista a agentes culturais locais que permitiu, de um prisma inerentemente arqueológico, observar e interpretar a ausência de informação como uma conclusão *per se*. A análise e o estudo desta realidade resultam na inegável constatação de que o que define a gestão do património municipal em Almada é a ausência de estratégia. Os vários domínios que concernem a gestão do património – a salvaguarda e conservação, a museologia, os mecanismos de ordenamento territorial e a arqueologia – revelam uma profunda falta de planeamento, a (quase total) ausência de pensamento crítico sobre o património e caracterizam-se pelo exercício de processos de decisão verticais onde a participação comunitária é manifestamente excluída. É evidente a falta de integração e convergência da ação da CMA com as recentes correntes de pensamento sobre a gestão do património e com as metodologias produzidas pelas cartas e convenções de instituições internacionais às quais se supunha estar subscrita.

Os resultados desta pesquisa vieram reforçar a prossecução do objetivo primário desta dissertação. Se quando decidi abordar e estudar a gestão do património em Almada,

como estudante de arqueologia e como cidadão do concelho, perspectivava um conjunto de lacunas e uma generalizada ausência de estratégia, a verdade é que as conclusões que decorrem desta investigação vieram comprovar de forma inequívoca a pertinência e a atualidade da abordagem que aqui tento propositar.

Foi precisamente no âmbito da proposta de uma nova abordagem para a gestão do património cultural em Almada que procurei aplicar os conceitos, metodologia e ferramentas, desenvolvidas pelos estudos críticos do património e pela abordagem da PHU, à realidade do concelho. A metodologia da abordagem da PHU assenta no que esta define como os Seis Passos Críticos: um conjunto de operações e processos que visam, de forma faseada e tendencialmente linear, operacionalizar a convergência dos atuais modelos de gestão de património para uma abordagem integradora do património cultural urbano. Assim, proponho a sua possível implementação no atual contexto da gestão municipal do património:

Os seis que passam a ser sete	
“Novo” primeiro Passo Crítico – Capacitação e Formação	1. Capacitação e formação sobre conceitos, problemáticas e metodologias críticas do património, entre elas a abordagem da PHU; 2. Investimento em quadros especializados; 3. Articulação de conhecimento e experiências com outras cidades e especialistas, no país e na Europa;
Primeiro Passo Crítico da abordagem da PHU	1. Realização de estudos holísticos e integradores do património cultural, histórico e arqueológico; 2. Congregar, no levantamento e mapeamento, os recursos culturais relativos à gestão dos espaços culturais, museológicos, sítios arqueológicos e práticas imateriais;
Segundo Passo Crítico da abordagem da PHU	1. Criação de orientações metodológicas que promovam o empoderamento social e o envolvimento da comunidade; 2. A adoção do mapeamento cultural enquanto metodologia preferencial, acompanhada de múltiplas sessões de consulta e discussão pública; 3. Consulta a diferentes intervenientes e grupos interessados, privilegiando a regularidade das reuniões e a consulta por divisão territorial, promovendo o diálogo com as comunidades locais;

Terceiro Passo Crítico da abordagem da PHU	1. Aprofundar, a nível municipal, as orientações de identificação e estabelecimento de medidas de proteção e valorização do património cultural; 2. Promover a multidisciplinaridade das equipas e a necessidade de avaliar os impactos culturais dos processos de desenvolvimento nas comunidades. 3. Integrar a avaliação da vulnerabilidade das evidências patrimoniais culturais face aos efeitos das alterações climáticas nos processos de proteção do património; 4. Estender esta metodologia para lá das zonas de proteção e dos núcleos históricos, abrangendo todas as áreas urbanas consolidadas;
Quarto Passo Crítico da abordagem da PHU	1. Desenvolvimento de uma metodologia de contínua e sistemática articulação entre os serviços municipais de planeamento urbano e de gestão do património cultural (podendo até estabelecer uma equipa multidisciplinar); 2. Reorientação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), afeta a cada ARU, para que esta passe a responder concretamente às vulnerabilidades dos atributos que ancoram os valores patrimoniais;
Quinto Passo Crítico da abordagem da PHU	1. A transposição da metodologia de priorização pela conservação e reabilitação, consagrada nos Núcleos Históricos, no PDMA, e nas ARU, para outras áreas urbanas consolidadas do concelho, incluindo, dentro dos constrangimentos financeiros da autarquia, os mecanismos financeiros semelhantes aos das ARU
Sexto Passo Crítico da abordagem da PHU	1. Revisitar o terceiro passo desta proposta e, a partir da divisão do território (em UNOP ou freguesias), construir parcerias com os indivíduos e as comunidades; 2. Consultar também com os agentes locais, públicos e privados, privilegiando a criação de riqueza, a capacitação do capital humano local, a economia de circuito circular e a sustentabilidade ambiental.

Verifica-se que, ainda que existam pontuais sinais positivos, existe um longo processo para a transição para uma abordagem que privilegie o reconhecimento da diversidade cultural, da participação comunitária e do valor imaterial do património.

É fundamental que futuras pesquisas e investigações continuem a explorar as metodologias e as ferramentas a desenvolver no contexto da gestão do património de Almada. Tendo por base os princípios do pensamento crítico do património e da

abordagem da PHU, futuros investigadores, agentes culturais e atores políticos deveriam considerar não só como definimos e como coordenamos a salvaguarda e conservação do património, mas também o que fazer com este. Como identificado na análise do atual contexto de gestão municipal do património cultural, a gestão do património edificado transformado em espaços museológicos (e.g. Museu da Cidade) ou culturais (e.g. Solar dos Zagallos), dos sítios arqueológicos (e.g. Almaraz) e das práticas culturais imateriais (e.g. Arte Xávega) enfrenta vários problemas, que se estendem desde a falta de estratégia à ausência de envolvimento comunitário, ou à estagnação de audiências. Nesse sentido, considera-se ser essencial aprofundar o estudo e a investigação de propostas, em articulação com os princípios veiculados na abordagem aqui apresentada, que sejam orientadas para o envolvimento e impacto social, para uma comunicação renovada e para o desenvolvimento da criatividade e da reflexão crítica.

A extensa investigação aqui apresentada, alicerçada em sólidos quadros epistemológicos, em metodologias e ferramentas bem definidas, e numa exaustiva análise crítica da gestão municipal do património nas últimas décadas, apresenta um conjunto de propostas e processos que oferece aos atores políticos e aos cidadãos um caminho para o emergir de uma nova abordagem à gestão do património em Almada. Consequentemente, considero que esta dissertação cumpre com os objetivos a que se propôs. Ademais, espero que esta possa ser uma “pedrada no charco” na gestão do património cultural em Almada e inspire os agentes culturais, os técnicos municipais e os atores políticos a desafiarem a forma como olhamos e pensamos a identidade, a memória e o que nos une enquanto humanos.

VIII. Bibliografia

- Allegro, I., & Lupu, A. (2018). Models of Public Private Partnership and financial tools for the cultural heritage valorisation. *Urbanistica Informazioni*, 278 special issue, 1-31.
- AMRS. (2013). *Equipamentos culturais da região de Setúbal*. Setúbal: Associação de Municípios da Região de Setúbal.
- António, T., Henriques, F., & Rosa, S. (2017). *Relatório final de trabalhos arqueológicos na Rua Serpa de Pinto, nº 5-9/ Rua do Sol, nº5 (Almada)*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Arruda, A. M. (1999/2000). Los Fenicios En Portugal: Fenicios Y Mundo Indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.). *Cuadernos de Arqueologia Mediterránea*(5-6).
- Arruda, A. M. (2015). A idade do ferro orientalizante no vale do Tejo: as duas margens de um mesmo rio. *Territorios comparados - los valles de Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época Tartésica - Reunión Científica*, (pp. 283-294). Mérida, Espanha.
- Arte Xávega na Costa da Caparica*. (2017). Obtido em 24 de Janeiro de 2020, de Matriz PCI - Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/InventarioNacional/DetalheFicha/415?dirPesq=0>
- Auclair, E. (2015). Ordinary heritage, participation & social cohesion. The suburbs of Paris. Em E. Auclair, & G. Fairclough (Edits.), *Theory and Practice in Heritage and Sustainability: Between past and future* (pp. 25-39). NY, US: Routledge.
- Auclair, E., & Fairclough, G. (2015). Living between past and future: an introduction to heritage and cultural sustainability. Em E. Auclair, & G. Fairclough (Edits.), *Theory and Practice in Heritage and Sustainability: Between past and future* (pp. 1-22). NY, US: Routledge.
- Avrami, E. (2016). Making Historic Preservation Sustainable. *Journal of the American Planning Association*, 82(2), 104-112.
- Bærenholdt, J. O., & Haldrup, M. (2015). Heritage as Performance. Em E. Waterton, & S. Watson (Edits.), *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 52-68). Hampshire, Reino Unido: Palgrave Macmillan.

- Bandarin, F. (2015). Introduction: Urban Conservation and the End of Planning. Em F. Bandarin, & R. Van Oers (Edits.), *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape approach and the Future of Urban Heritage* (pp. 1-16). Oxford, UK: John Wiley & Sons, Lda.
- Bandarin, F., & Van Oers, R. (2012). *The Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an Urban Century*. Oxford, UK: John Wiley & Sons, Lda.
- Barros, L. (1984). Igreja da Misericórdia de Almada. *Al-madan*(2, 1ª série), 79-83.
- Barros, L. (1984). Trabalhos arqueológicos nos paços do concelho de Almada. *Al-madan*(3, 1ª série), 25-27.
- Barros, L. (Outubro de 1996). Quinta do Marcelo - Almada: um acampamento de charneira do Bronze para o Ferro. *Apresentação no seminário: O 2º milénio e a 1ª metade do primeiro no Ocidente Peninsular*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Barros, L. (1998). *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Barros, L. (2001). Quinta do Almaraz: o princípio de Almada Cidade. (A. Flores, Ed.) *Anais de Almada - Revista Cultural*(4), pp. 11-25.
- Barros, L., & Henriques, F. (1998). Vestígios de um cais pré-romano em Cacilhas. Em M. Santos, & L. Antunes (Ed.), *Actas das 2ª Jornadas de Estudos sobre o concelho de Almada* (pp. 101-105). Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Barros, L., & Henriques, F. (2002a). A última fase de ocupação do Almaraz. *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana* (pp. 97-109). Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Barros, L., & Henriques, F. (2002b). Almaraz, primeiro espaço urbano em Almada. *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana* (pp. 295-313). Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Batalha, L., Pereira, S., & Barros, L. (2006). Espólio islâmico da Quinta de Castros - Almada. (A. Flores, Ed.) *Anais de Almada - Revista Cultural*, pp. 11-46.
- Batalha, L., Pereira, S., & Barros, L. (2007). Espólio dos séculos XIV-XV: do silo 12 da Rua da Judiaria - Almada. (A. Flores, Ed.) *Anais de Almada - Revista Cultural*(9-10), 35-93.
- Batalha, L., Pereira, S., & Barros, L. (2007). Espólio dos séculos XIV-XV: do silo 12 da Rua da Judiaria-Almada. (A. Flores, Ed.) *Anais de Almada - Revista Cultural*, 35-93.

- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Cambridge, Reino Unido: Polity Press.
- Bianca, S. (2015). Morphology as the Study of City Form and Layering. Em F. Bandarin, & R. Van Oers (Edits.), *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape approach and the Future of Urban Heritage* (pp. 85-103). Oxford, UK: John Wiley & Sons, Ltd.
- Bigio, A. G. (2015). Historic Cities and Climate Change. Em F. Bandarin, & R. Van Oers (Edits.), *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape approach and the Future of Urban Heritage* (pp. 113-125). Oxford, UK: John Wiley & Sons, Ltd.
- Butler, B. (2006). Heritage and the Present Past. Em C. Tilley, W. Keane, S. Küchler, M. Rowlands, & P. Spyer (Edits.), *Handbook of Material Culture* (pp. 463-479). Londres, Reino Unido: SAGE Publications.
- Byrne, D. (1991). Western hegemony in archaeological heritage management. *History and Anthropology*, 5(2), 269-276.
- CAA. (2018). *Relatório Global - Carta do Património Cultural do Concelho de Almada*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada/CMA.
- Cabeça, S. M. (2018). Cultural Mapping: a Sustainable Methodology for Intangible Cultural Heritage. *Memoriamedia Review*(3), 1-9.
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2018). Paisagem urbana histórica: A Lusa Atenas como matriz cultural de Coimbra. (R. Jacinto, Ed.) *Iberografias*, 33, 19-42.
- Carvalho, A., & Silva e Almeida, F. (1996). Aspectos económicos da ocupação romana da Foz do Tejo. Em G. Filipe, & J. Raposo (Ed.), *Ocupação romanas dos estuários do Tejo e do Sado: Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado* (pp. 137-157). Seixal: Câmara Municipal do Seixal.
- Casa Pargana - Arquivo Histórico Municipal. (s.d.). Obtido em 10 de Fevereiro de 2020, de União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas: <https://www.uf-acppc.pt/pag.asp?c=3&sc=3&p=1&t=pagina>
- CHCfE Consortium. (2015). *The Cultural Heritage Counts for Europe Full Report*. CHCfE Consortium. Cracóvia, Polónia: International Cultural Centre.
- Choay, F. (2001). *The Invention of the Historic Monument*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- CMAA. (s.d.). *Centro de Interpretação de Almada Velha*. Obtido em 23 de Janeiro de 2020, de Câmara Municipal de Almada: <https://www.m->

almada.pt/xportal/xmain?xid=cmav2&xpgid=genericPage&genericContentPage_qry=BOUI=168592421

CMAb. (s.d.). *Em 2013 será possível visitar o submarino “Barracuda” na frente ribeirinha de Cacilhas, junto à Fragata D. Fernando II e Glória, resultado do protocolo assinado entre a autarquia e a Marinha Portuguesa no passado dia 19 de Dezembro*. Obtido em 23 de Janeiro de 2020, de Câmara Municipal de Almada: [http://www.m-](http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xid=cmav2&xpgid=imprimirNoticias¬icia_detalle_qry=BOUI=62044956¬icia_titulo_qry=BOUI=62044956)

[almada.pt/xportal/xmain?xid=cmav2&xpgid=imprimirNoticias¬icia_detalle_qry=BOUI=62044956¬icia_titulo_qry=BOUI=62044956](http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xid=cmav2&xpgid=imprimirNoticias¬icia_detalle_qry=BOUI=62044956¬icia_titulo_qry=BOUI=62044956)

CMAc. (s.d.). *Fortaleza da Torre Velha integra Programa Revive*. Obtido em 24 de Janeiro de 2020, de Câmara Municipal de Almada: http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xid=cmav2&xpgid=noticias_detalle¬icia_detalle_qry=BOUI=629952607¬icia_titulo_qry=BOUI=629952607

CMA d. (2009). *Inauguração da Igreja de São Sebastião*. Obtido em 23 de Janeiro de 2020, de Câmara Municipal de Almada: http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xid=cmav2&xpgid=agenda_detalle&agenda_detalle_qry=BOUI=22675357&agenda_titulo_qry=BOUI=22675357

CMAe. (s.d.). *Museu da Música Filarmónica*. Obtido em 23 de Janeiro de 2020, de Câmara Municipal de Almada: http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xid=cmav2&xpgid=genericPage&genericContentPage_qry=BOUI=113521202

CMAf. (s.d.). *Valorização da pesca artesanal e instalação do Museu Vivo de Arte-Xávega*. Obtido em 24 de Janeiro de 2020, de Câmara Municipal de Almada: http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xid=cmav2&xpgid=noticias_detalle¬icia_detalle_qry=BOUI=639244039¬icia_titulo_qry=BOUI=639244039

Convenção para a Proteção do Património, Mundial, Cultural e Natural. (1972). Paris: UNESCO.

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. (2003). Paris: UNESCO.

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. (2003). Paris: UNESCO.

- Cruces, A., Lopes, I., Conceição Freitas, M., & Andrade, C. (2002). *A geologia no litoral parte 1: do Tejo à Lagoa de Albufeira*. Lisboa: Centro de Geologia - Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Cunha Ferreira, T., & Silva, A. T. (2019). Perspectives for a Historic Urban Landscape Approach in Porto, Portugal. Em A. P. Roders, & F. Bandarin (Edits.), *Reshaping Urban Conservation: The Historic Urban Landscape Approach in Action* (pp. 403-422). Singapura: Springer Singapore.
- Cunha Ferreira, T., & Tarrafa Silva, A. (2019). Perspectives for a Historic Urban Landscape Approach in Porto, Portugal. Em A. Pereira Roders, & F. Bandarin (Edits.), *Reshaping Urban Conservation: The Historic Urban Landscape Approach in Action* (pp. 403-422). Singapura: Springer Singapore.
- Derrida, J. (2002). *Ethics, Institutions and the Right to Philosophy*. Nova Iorque, EUA: Rowman & Littlefield.
- DGPC. (11 de Fevereiro de 2020). *Portal do Arqueólogo*. Obtido de Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php>
- Dias, V. (2013). A ocupação tardo-romana da Quinta da Torrinha, Almada. *Al-madan*(18, 2ª série), 63-74.
- Dias, V., & Gomes, C. A. (2014). O complexo fabril de salga de peixe de época romana de Cacilhas (Almada) - perspectivas e projetos para o futuro. *Actas do 2º Encontro sobre o Património de Almada e Seixal* (pp. 7-17). Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- Duarte, A., & Barros, L. (1984). *Pré História de Almada: subsídios para o seu estudo*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- Duarte, L. M. (2015). A atividade mineira em Portugal durante a Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 12, 75-111.
- Duxbury, N., Garrett-Petts, W., & MacLennan, D. (2015). Cultural Mapping as Cultural Inquiry: Introduction to an Emerging Field of Practice. Em N. Duxbury, W. Garrett-Petts, & D. MacLennan (Edits.), *Cultural Mapping as Cultural Inquiry* (pp. 1-42). NY, US: Routledge.
- Ferreira, S. (2006). A fome saiu à rua: as greves de 1946 vividas pelos operários de Almada. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*(18), 249-272.
- Flores, A. (1990). *Almada antiga e moderna - Roteiro Iconográfico: Freguesia da Cova da Piedade* (Vol. III). Almada: Câmara Municipal de Almada.

- Flores, A. (1992). *António José Gomes: o Homem e o Industrial (1847-1909)*. Almada: Junta de Freguesia da Cova da Piedade.
- Flores, A. (2003). *Almada na história da indústria corticeira e no movimento operário: da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Flores, A. (Ed.). (2013). *O Foral Manuelino de 1513*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Fontes, J. L. (2014). *O Convento dos Capuchos: vida, memória, identidade - Catálogo de Exposição*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Freire, P. (1993). *Caracterização e dinâmica de sedimentos em sistemas de canais do Estuário do Tejo - Cala do Norte (Portugal)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Departamento de Geologia, Lisboa.
- Freitas, C. (2011). *Estudos de Caracterização do Território Municipal - Caderno 2: Sistema Ambiental*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Fusco Gerard, L., & Gravagnuolo, A. (2017). Circular Economy and Cultural Heritage/Landscape Regeneration. Circular Business, Financing and Governance Models for a Competitive Europe Circular Economy. *BDC. Bollettino Del Centro Calza Bini*, 17(1), 35-52.
- Gago, A. L. (2011). *Relatório de estágio no Arquivo de Fontes Oraís do Museu da Cidade de Almada: o património imaterial como recurso museológico*. Relatório de estágio, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa.
- Gentry, K., & Smith, L. (2019). Critical heritage studies and the legacies of the late-twentieth century heritage canon. *International Journal of Heritage Studies*, 25(11), 1148-1168.
- Ginzarly, M., Houbart, C., & Teller, J. (2018). The Historic Urban Landscape approach to urban management: a systematic review. *International Journal of Heritage Studies*, 5(10), 999-1019.
- Gnecco, C. (2015). Heritage in Multicultural Times. Em E. Waterton, & S. Watson (Edits.), *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 263-280). Hampshire, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Gonçalves, E. (2000). *Memórias do Ginjal*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- Gonçalves, E. (2012). *Cova da Piedade: património e história*. Almada: Junta de Freguesia da Cova da Piedade.

- Gonçalves, S. (2013). *A Morosidade da Revisão dos PDM: Razões, problemas e soluções*. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Aveiro.
- Grima, R. (2017). Presenting archaeological sites to the public. Em G. Moshenska (Ed.), *Key Concepts in Public Archaeology* (pp. 73-92). Londres: UCL Press.
- Gröer, E. (2006). Urbanização do concelho de Almada (1946): análise e programa - relatório. (A. Flores, Ed.) *Anais de Almada - Revista Cultural*(7-8), pp. 151-236.
- Hall, S. (1999). Whose heritage? Un-settling 'the heritage', re-imagining the post-nation. *Third Text*, 13(49), 3-13.
- Harrison, R. (2013). *Heritage. Critical Approaches*. Oxon, Reino Unido: Routledge.
- Harrison, R. (2015). Heritage and Globalization. Em E. Waterton, & S. Watson (Edits.), *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 297-312). Hampshire, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Henriques, F., António, T., & Rosa, S. (2014). A Casa do Maestro Leonel Ferreira (Almada) - um vislumbre para o quotidiano dos séculos XV a XVII. *Al-madan*, 2(18, 2ª série), 100-108.
- Henriques, F., António, T., Rosa, S., & Curate, F. (2011). *Relatório de Escavação Arqueológica na Ermida do Espírito Santo (Almada)*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Hirst, K. (11 de Fevereiro de 2020). *Post-Processual Archaeology - What is Culture in Archaeology Anyway?* Obtido em 2 de Março de 2020, de ThoughtCo: <https://www.thoughtco.com/what-is-post-processual-archaeology-172230>
- Hobsbawm, E. (1983). Mass Producing Traditions: Europe, 1870-1914. Em E. Hobsbawm, & T. Ranger (Edits.), *The Invention of Tradition* (pp. 263-308). Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Holtorf, C. (2018). Conservation and heritage as future-making. *ICOMOS University Forum*, (pp. 1-13).
- Holtorf, C. (2010). Meta-stories of archaeology. *World Archaeology*, 42(3), 381-393.
- ICOMOS. (2019). *The Future of Our Pasts: Engaging Cultural Heritage in Climate Action*. Paris: ICOMOS Climate Change and Cultural Heritage Working Group.
- IHRU. (Abril 2013). *Manual de Apoio - Processos de delimitação e de aprovação de Operações de Reabilitação Urbana*. Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

- Jesus, L. d. (Ed.). (2013). *Relatório final de realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico no sítio da Quinta do Almaraz - no exterior da área de delimitação do sítio arqueológico*. Aveiro: Zephyros Arqueologia.
- Jigyasu, R. (2015). The Intangible Dimension of Urban Heritage. Em F. Bandarin, & R. Van Oers (Edits.), *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape approach and the Future of Urban Heritage* (pp. 129-160). Oxford, Uk: John Wiley & Sons, Ltd.
- Jokilehto, J. (2015). Evaluation of the Normative Framework. Em F. Bandarin, & R. Van Oers (Edits.), *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape approach and the Future of Urban Heritage* (pp. 203-220). Oxford, UK: John Wiley & Sons, Ltd.
- LdBPC. (2001). *Lei de Bases do Património Cultural*. Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08.
- Leal, C. B. (2013). Trafaria: A história da formação de uma identidade. *Actas do 1º Encontro sobre o Património de Almada e Seixal* (pp. 33-38). Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- Lopes, M. J. (Ed.). (2010). *Entre Memória e Criação: a reabilitação da Ermida de São Sebastião em Almada*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- Lowenthal, D. (2004). The Heritage Crusade and Its Contradictions. Em M. Page, & R. Mason (Edits.), *Giving Preservation a History. Histories of Historic Preservation in the United States*. (pp. 12-29). Nova Iorque, EUA: Routledge.
- Medici, T. (2005). The glass finds from Rua da Judiaria, Almada, Portugal (12th - 19th century). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8(2), 535-569.
- Monteiro, J. G. (2015). As Guerras Púnicas. Em J. L. Brandão, *História da Roma Antiga: das origens à morte de César* (Vol. I, pp. 145-200). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Moore, N. M. (2007). Valorizing Urban Heritage? Redevelopment in a Changing City. Em N. M. Moore, & Y. Whelan (Edits.), *Heritage, Memory and the Politics of Identity: New Perspectives on the Cultural Landscape* (pp. 95-108). Ashgate Publishing: Hampshire, UK.
- Museu Naval/DMMPC. (2012). *A Indústria Naval em Almada: na rota do progresso. Exposição do Museu Naval*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- NovAlmadaVelha. (2001). *Estatutos da Agência de Desenvolvimento Local - NovAlmadaVelha*. Almada. Obtido de Câmara Municipal de Almada.

- NovAlmadaVelha. (2001). *Estatutos da Agência de Desenvolvimento Local - NovAlmadaVelha*. Almada.
- Olaio, A. (2015). *Ânforas da Idade do Ferro na Quinta do Almaraz (Almada)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Arqueologia, Lisboa.
- Olaio, A. (2018). O povoado da Quinta de Almaraz (Almada, Portugal) no âmbito da ocupação no Baixo Tejo durante o 1º milénio a.n.e.: os dados do conjunto anfórico. *Spal*, 27(2), 125-163.
- Oliveira, J. A. (2016). Um estaleiro medieval: as obras no claustro da Sé de Lisboa. Em J. Fontes, *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes* (Vol. 15, pp. 177-204). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL.
- ONU. (10 de Março de 2020). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o BCSD Portugal*. Obtido de ODS: <https://www.ods.pt/ods/>
- Patriarca, M. d. (1993). O «18 de Janeiro»: uma proposta de releitura. *Análise Social*, XXVIII(4/5), 1137-1152.
- PDMA. (2019). *Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal de Almada*. Diário da República, 2.ª série - N.º 151 - 8 de agosto de 2019.
- Pequito, L. (Ed.). (2000a). *Núcleo Medieval/Moderno de Almada Velha - 1. Musealização de um sítio arqueológico - programas e projetos*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Pequito, L. (Ed.). (2000b). *Núcleo Medieval/Moderno de Almada Velha - 2. O passado como expressão do presente*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Pereira Roders, A. (2019). The Historic Urban Landscape Approach in Action: Eight Years Later. Em A. Pereira Roders, & F. Bandarin (Edits.), *Reshaping Urban Conservation: The Historic Urban Landscape Approach in Action* (pp. 21-56). Singapura: Springer Singapore Pte Lda.
- Pereira, S. (2009). *A Companhia Portuguesa de Pesca*. Relatório Académico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, Lisboa.
- Piedade, M. S. (2011). *Abordagem histórico-cultural do património arquitectónico da Barra de Lisboa - Bateria da Parede*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, Estudos Portugueses - Estudos da Cultura, Lisboa.
- Pinheiro, M. (2013). Palavras e problemas de uma história dos subúrbios. Em B. Monteiro, & J. D. Pereira (Edits.), *De Pés sobre a Terra. Estudos sobre a*

- Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal - Cidade: Transformações Sociais e Territorialização da Indústria* (Vol. V, pp. 621-643). Porto: Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Policarpo, A. (2017). *Quinta dos Frados: de Paço do Desembargador d'El-rei a Museu da Cidade de Almada 1366-2016*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Poulios, I. (2014). *The Past in the Present. A Living Heritage Approach - Meteora, Greece*. London, UK: Ubiquity Press.
- Proposta ARU Almada Velha*. (2012). Diário da República, 2.^a série — N.º 22 — 31 de janeiro de 2012 .
- Proposta ARU Cacilhas*. (2011). Diário da República, 2.^a série — N.º 94 — 16 de Maio de 2011 .
- Raimundo, M. I., & Dias, V. (2013). Al-madan no contexto da ocupação islâmica da margem sul do Tejo. *Actas do 1º Encontro sobre o Património de Almada e Seixal* (pp. 9-16). Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- RJIGT. (2015). *Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei n.º 80/2015*. Diário da República, 1.^a série — N.º 93 — 14 de maio de 2015.
- Rodrigues, J. M. (1999). *A expansão programada de Lisboa para a margem sul: Almada, 1938-1950*. Dissertação de mestrado, ISCTE, História Urbana, Lisboa.
- Rodrigues, J. M. (2000). Infra-estruturas e urbanização da margem sul: Almada, séculos XIX e XX. *Análise Social*, XXV(156), 547-581.
- Rosa, S., Henriques, F., & António, T. (2015). *Relatório de acompanhamento arqueológico da intervenção de emergência em muro na Zona de Protecção da Fábrica de Moagem do Caramujo (antiga)*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Rosa, S., Henriques, F., & António, T. (2017). *Relatório final de sondagens arqueológicas de diagnóstico em imóvel na Rua Henriques Nogueira, nº44, 46 e 48 - Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Rypkema, D. (2015). Devising Financial Tools for Urban Conservation. Em F. Bandarin, & R. Van Oers (Edits.), *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape approach and the Future of Urban Heritage* (pp. 283-300). Oxford, UK: John Wiley & Sons, Ltd.
- Sabrosa, A., & Santos, P. (1992). Almada Medieval e Moderna. *Al-madan*(1, 2.^a série), 5-13.

- Santos, L., Pereira, S., & Barros, L. (2006/2007). Espólio dos séculos XIV-XV: do silo 12 da Rua da Judiaria - Almada. (A. Flores, Ed.) *Anais de Almada - Revista Cultural*, 35-93.
- Santos, M., Sabrosa, A., & Gouveia, L. (1996). Carta Arqueológica de Almada - elementos da ocupação romana. Em G. Filipe, & J. Raposo (Ed.), *Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado* (pp. 225-237). Seixal: Câmara Municipal do Seixal.
- Silva, A. F. (2018). *As quintas da "Outra Banda": de um passado rural a um futuro cultural*. Escola de Ciências e Tecnologias, Arquitetura Paisagista. Évora: Universidade de Évora.
- Silva, F. (1996). Capela de S. Tomás de Aquino - um edifício gótico em Almada. *Almadan*(5, 2ª série), 203-205.
- Silva, F. (2006/2007). Património arqueológico urbano em Almada. (A. Flores, Ed.) *Anais de Almada - Revista Cultural*, 9-10, 11-35.
- Silva, F. (2007). Património arqueológico urbano em Almada. (A. Flores, Ed.) *Anais de Almada - Revista Cultural*(9/10), 11-35.
- Silva, F. (2008). *Ruralidade em Almada e no Seixal nos séculos XVIII e XIX: Imagem, Paisagem e Memória*. Dissertação de mestrado, Universidade Aberta, Estudos do Património, Lisboa.
- Silva, F. (2013). Breve História da Costa de Caparica. *Actas do 1º Encontro sobre o Património de Almada e Seixal* (pp. 39-43). Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- Silva, F. (14 de Novembro de 2019). (J. Cortez, Entrevistador) Almada.
- Silva, F., & et al. (2013). *Sobreda: Património e História*. Almada: Junta de Freguesia da Sobreda.
- Simões, D. (2013a). Discursos e práticas de resistência na Cooperativa de Consumo Piedense. Em B. Monteiro, & J. D. Pereira, *De Pés sobre a Terra. Estudos sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal - Cultura: Expressões Artísticas, Práticas Desportivas e Coletividades Locais* (Vol. III, pp. 481-501). Porto: Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Univerisdade do Porto.
- Simões, D. (2013b). Cooperativismo operário e resistência política: um estudo de caso. *Actas do Iº Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos*

- Sociais em Portugal. I*, pp. 175-191. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL.
- Siravo, F. (2015). Planning and Managing Historic Urban Landscapes. Em F. Bandarin, & R. Van Oers (Edits.), *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape approach and the Future of Urban Heritage* (pp. 161-175). Oxford, UK: John Wiley & Sons, Lda.
- Smith, J. (2015). Civic Engagement Tools for Urban Conservation. Em F. Bandarin, & R. Van Oers (Edits.), *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape approach and the Future of Urban Heritage* (pp. 221-248). Oxford, UK: John Wiley & Sons, Ltd.
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Oxon, Reino Unido: Routledge.
- Sørensen, M. L., & Carman, J. (2009). Heritage Studies: an outline. Em M. L. Sørensen, & J. Carman (Edits.), *Heritage Studies: Methods and Approaches* (pp. 11-28). Oxon, Reino Unido: Routledge.
- Tarrafa Silva, A. (2017). *Historic Urban Landscape approach and spatial planning. Exploring the integration of heritage issues in local planning in Portugal*. Dissertação de mestrado, Instituto Superior Técnico, Urbanism and Spatial Planning, Lisboa.
- Taylor, K. (2015). Cities as Cultural Landscapes. Em F. Bandarin, & R. Van Oers (Edits.), *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape approach and the Future of Urban Heritage* (pp. 179-202). Oxford, UK: John Wiley & Sons, Ltd.
- Toscano, M. d. (2012). *A fábrica de cortiça do Caramujo - património industrial da Cova da Piedade: Percurso de salvaguarda e revitalização*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Estudos do Património, Lisboa.
- UNESCO. (2011). *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana*. Paris: UNESCO.
- UNESCO. (2016). *The HUL Guidebook*. Austria: UNESCO.
- UNESCO. (2019). *Culture 2030 - Indicators*. Paris: UNESCO.
- Valentim, C. M. (2010). Os Dominicanos no Convento de S. Paulo em Almada: formas de sociabilidade e expansão patrimonial (1568-1668). (A. Flores, Ed.) *Anais de Almada - Revista Cultural*, 11-37.
- Veldpaus, L., & Bokhove, H. (2019). Integrating Policy: The Historic Urban Landscape Approach in Amsterdam. Em A. Pereira Roders, & F. Bandarin (Edits.), *Reshaping Urban Conservation: The Historic Urban Landscap Approach in Action* (pp. 111-122). Singapura: Springer Singapore .

- Vienna Memorandum. (2005). *Vienna Memorandum on "World Heritage and Contemporary Architecture - Managing the Historic Urban Landscape*. Viena, Áustria: World Heritage Committee, UNESCO.
- Walsh, K. (2002). *The Representation of the Past. Museums and Heritage in a post-modern world*. Londres, Reino Unido: Routledge.
- Williams, T. (2015). Archaeology: Reading the City through Time. Em F. Bandarin, & R. Van Oers (Edits.), *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape approach and the Future of Urban Heritage* (pp. 17-46). Oxford, UK: John Willey & Sons, Ltd.
- Wu, Z., & Hou, S. (2015). Heritage and Discourse. Em E. Waterton, & S. Watson (Edits.), *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 37-51). Hampshire, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Zizek, S. (1997). Multiculturalism, or, the Cultural Logic of Multinational Capitalism. *New Left Review*, 225, 28-51.

IX. Anexos

Anexo A.

B. THE SIX CRITICAL STEPS

1. To undertake comprehensive surveys and mapping of the city's natural, cultural and human resources;
 2. To reach consensus using participatory planning and stakeholder consultations on what values to protect for transmission to future generations and to determine the attributes that carry these values;
 3. To assess vulnerability of these attributes to socio-economic stresses and impacts of climate change;
 4. To integrate urban heritage values and their vulnerability status into a wider framework of city development, which shall provide indications of areas of heritage sensitivity that require careful attention to planning, design and implementation of development projects;
 5. To prioritize actions for conservation and development; and
 6. To establish the appropriate partnerships and local management frameworks for each of the identified projects for conservation and development, as well as to develop mechanisms for the coordination of the various activities between different actors, both public and private.
- (UNESCO, 2011)

(UNESCO, The HUL Guidebook, 2016, p. 13)

Anexo B.



Community engagement tools should empower a diverse cross-section of stakeholders to identify key values in their urban areas, develop visions, set goals, and agree on actions to safeguard their heritage and promote sustainable development. These tools should facilitate intercultural dialogue by learning from communities about their histories, traditions, values, needs and aspirations and by facilitating mediation and negotiation between conflicting interests and groups.



Knowledge and Planning tools should help protect the integrity and authenticity of the attributes of urban heritage. They should permit the recognition of cultural significance and diversity, and provide for the monitoring and management of change to improve the quality of life and urban space. Consideration should be given to the mapping of cultural and natural features, while heritage, social and environmental impact assessments should be used to support sustainability and continuity in planning and design.



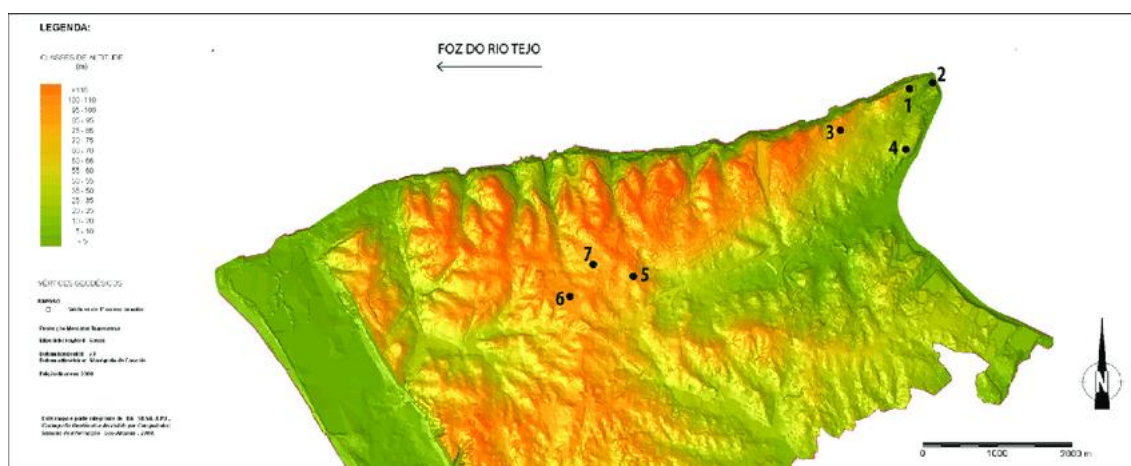
Regulatory systems could include special ordinances, acts or decrees to manage tangible and intangible components of the urban heritage, including their social and environmental values. Traditional and customary systems should be recognised and reinforced as necessary.



Financial tools should aim to improve urban areas while safeguarding their heritage values. They should aim to build capacity and support innovative income-generating development rooted in tradition. In addition to government and global funds from international agencies, financial tools should be deployed to promote private investment at the local level. Micro-credit and other flexible financing mechanisms to support local enterprise, as well as a variety of models of public-private partnerships, are also central to making the HUL approach financially sustainable.

(UNESCO, The HUL Guidebook, 2016, p. 14)

Anexo C.



1. Quinta do Almaraz
2. Cacilhas
3. Gruta de São Paulo
(Olaio, 2018, p. 127)

4. Rua Manuel Febrero
5. Quinta do Facho
6. Quinta da Torre

7. Figueira 1.

Anexo D.



Este mapa evidencia a dicotomia entre o contexto urbano, de Almada, e o contexto rural, aqui assinalado pelo topónimo de Murfacém, mas que poderias facilmente ser representado por outros dos lugares férteis do concelho.

Excerto do mapa *Nova Regni Portugalliae et Algarbiae Descriptio*, de Johannes Ram, publicado ca. 1680, na publicação Amstelodams. Consultado através da Biblioteca Nacional Digital (consultado a 10 de abril de 2020 - <http://purl.pt/3972>).

Anexo E.



Este mapa oferece-nos uma perspetiva mais completa sobre os vários núcleos setecentistas no termo de Almada, verificando-se (com um olhar atento) a identificação dos topónimos de Almada, Cacilhas, Caparica e Murfacém. Reconhece-se ainda o topónimo “Sto. António”, referente ao Convento dos Capuchos, assim como o topónimo “Tour Vielle”, que representa a Torre Velha ou Torre de São Sebastião da Caparica.

Excerto do mapa *Carte nouvelle de la partie septentrionale du Royaume de Portugal et des Algarves: theatre de la guerre en Portugal et dans les Algarves*, Pierre Mortier, publicado durante o século XVII. Consultado através da Biblioteca Nacional Digital (consultado a 10 de abril de 2020 <http://purl.pt/3713>).

Anexo F.

AMORA	ARRENTELA	CORROIOS	SANTA MARIA	SANTIAGO
Amora	Aldea de Payo Pires	Corroyos	Almada	Almada
Cheyra-ventos	Arrentella		Arrabida	Bysbaya
Fonte da Praia	Cussena		Pragal	Caramujo
Rossio da Amora	Seixal			Cassilhas
Talaminho	Torre (da Marinha)			Figueirinhas
				Mutela
				Piedade

		CAPARICA		
Vara da Fonte Santa	Vara do Funchal	Vara de Murfacém	Vara do Ribeiro	Vara da Sobreda
Banática	Aldeia de Funchal	Cova	Caneira	Aldeia do Vale
Bairro da Figueira	Arieiro	Morfacem	Pera de cima	Arieiro
Castelo Picaô	Casais da Qtª da Banha	Portinho da Costa	Pera de baixo	Azinhaga
Costas de Caô	Casalinho da Rosa	Portinho de Buxos	Possolos	Barriga / Cella-nova
Fontes Santas	Cebolal	Trafaria	Qtª de D. J. de Meneses	Casas Velhas
Monte /Sítio da Igreja	Charneca		Raposeira	Graciosa
Paulina	Lugar de Funchal		Ribeyro	Juncal
Porto de Brandão	Outeiro			Seixeira
Torre	Telhal			Silveira
	Vale de Figueira			Sobreda
	Vale do Grojeiro			Vale
	Vale do Tojeiro			Vale de Figueira
	Vila Nova de Baixo			Vale de Grou
	Vila Nova de Cima			Vale de Rosal
				Vársea

Tabela com os vários topónimos associados às freguesias do termo de Almada, por volta do século XVIII (as freguesias de Amora, Arrentela e Corroios integram atualmente o concelho do Seixal). (Silva F. , 2008, p. 72).

Anexo G



Este mapa, apesar de apenas nomear os topónimos de Murfacém, Almada e *Tour Vieille* (Torre Velha), evidenciam a relação das comunidades com a paisagem. Destacadas estão algumas das comunidades facilmente identificáveis (Trafaria a laranja; Porto Brandão a amarelo; Cacilhas a verde; e o arco ribeirinho este/Cova da Piedade a azul). Constata-se que as frentes fluviais Norte e Este desempenharam um papel central na fixação e desenvolvimento de núcleos, em articulação com os núcleos rurais que povoam as arribas do norte do território.

Excerto do mapa *Veue de Lisbonne avant d'être réduite en monceaux de pierres par le tremblement du 1er.*, de George-Louis Le Rouge, publicado ca. 1756. Consultado através da Biblioteca Nacional Digital (consultado a 10 de abril de 2020 - <http://purl.pt/3874>).

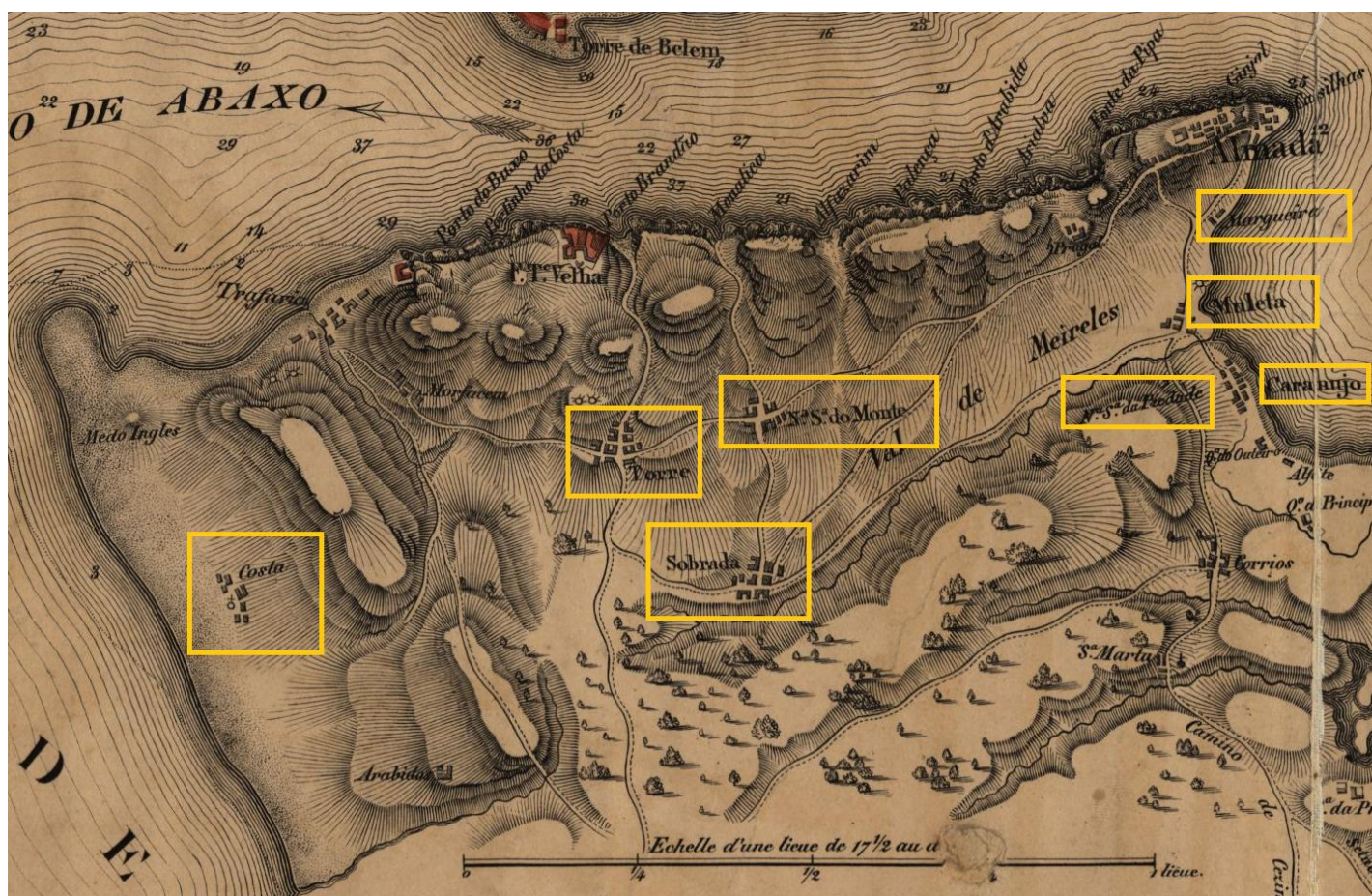
Anexo H



Este mapa oferece uma das perspetivas mais completas sobre a diversidade de núcleos que se observam na Almada oitocentista, com um claro ênfase no litoral, onde encontramos topónimos como “la Trefferie” (Trafaria), “Port Brandan” (Porto Brandão), e “Arabde” (Arrábida).

Excerto do mapa *Plan du Port de Lisbonne*, de Jacques Nicolas Bellin, publicado ca. 1764. Consultado através da Biblioteca Nacional Digital (consultado a 10 de abril de 2020 - <http://purl.pt/1525>).

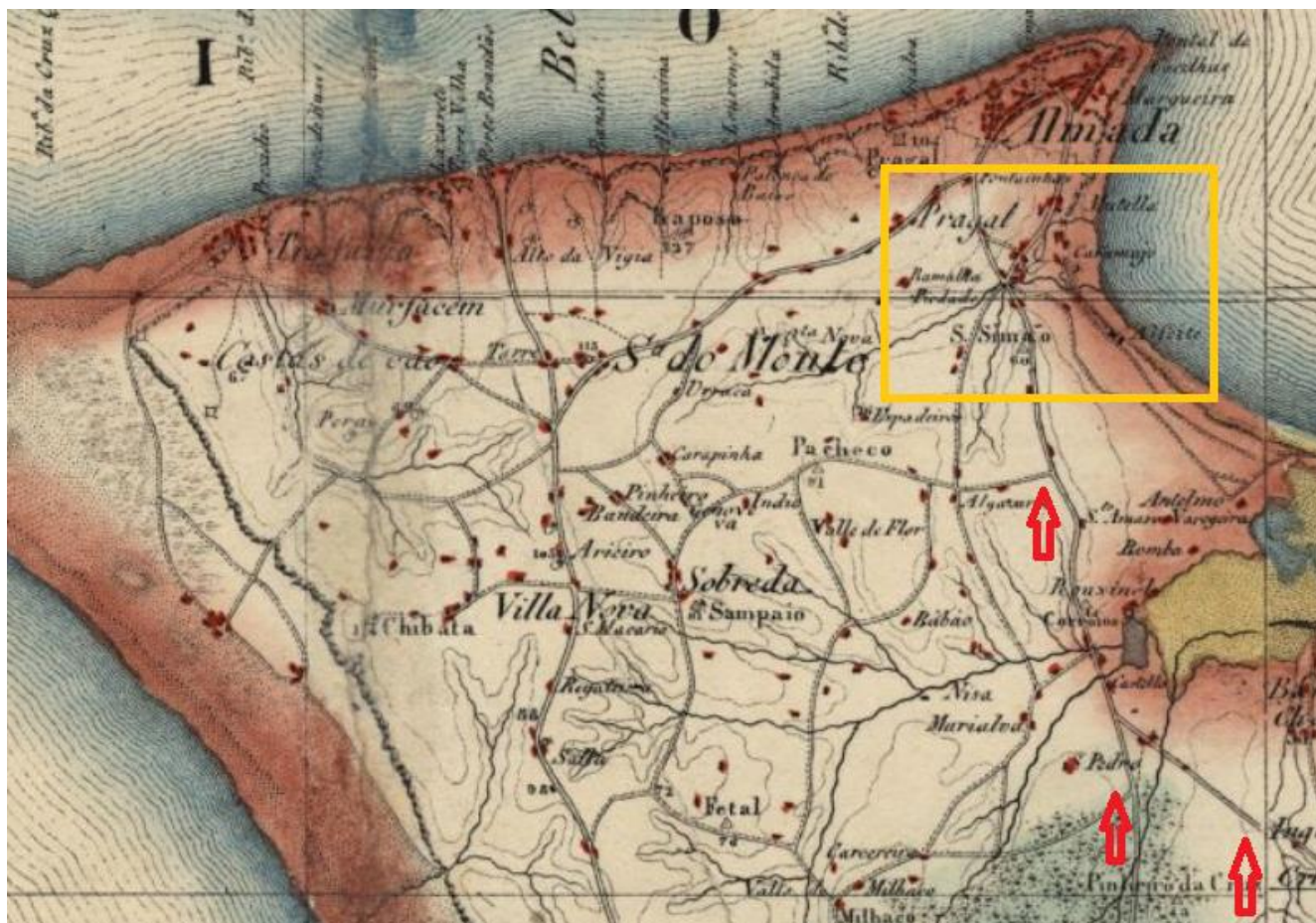
Anexo I



Aqui podemos observar a emergência de novos topónimos, o que poderá indicar o surgimento de novas comunidades (e.g. Costa da Caparica) ou, mais comumente, o crescimento da sua importância no concelho (e.g. Sobreda; Torre; N^a Sra. do Monte; N^a Sra. da Piedade; Caramujo; Mutela; Margueira).

Excerto do mapa *Plan de Lisbonne son port, ses rades et ses environs avec une petite carte routière du Portugal*, de Le Cher. Calmet-Beauvoisin, publicado ca. 1833. Consultado através da Biblioteca Nacional Digital (consultado a 10 de abril de 2020 - <http://purl.pt/4007>).

Anexo J



Neste mapa podemos observar o impacto da industrialização e dos fenómenos migratórios, comerciais e logísticos associados, no crescimento dos núcleos do arco ribeirinho leste (caixa amarela) e na complexificação das ligações, não só dentro do concelho, mas também ligando o norte e o sul do país (as estradas assinaladas pelas setas vermelhas levam ao, cada vez mais importante, porto de Cacilhas).

Excerto do mapa “*Carta chorographica dos terrenos em volta de Lisboa: comprehendendo a principal parte do Tejo adjacente á sua foz*”, produzido pela Direção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino, sob a direção de Filipe Folque, e publicado ca. 1856-1866. Consultado através da Biblioteca Nacional Digital (consultado a 10 de abril de 2020 - <http://purl.pt/3971>).

Anexo K



Este mapa permite-nos observar a produção vinícola, por cada concelho. Os valores a vermelho representam a produção em hectolitros por concelho; e os a verde representam os litros por hectare. Em ambos os valores (ainda que o vermelho seja difícil de discernir) constata-se que, pelo menos, até ao século XVIII era o concelho que mais vinho produzia a sul do rio Tejo!

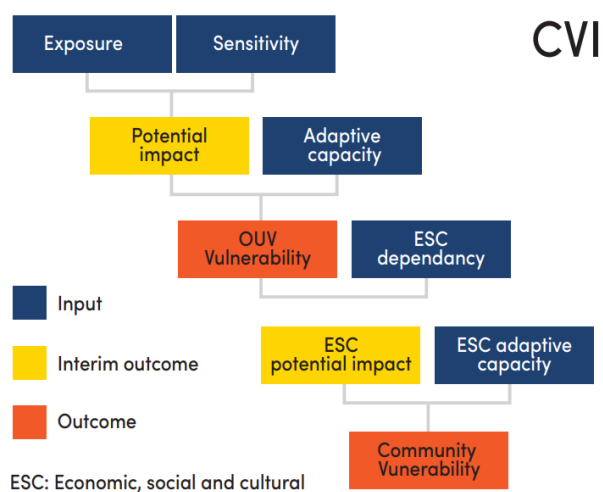
Excerto do mapa *Carta vinícola de Portugal: produção aproximada media, 1884-1888*, produzido pela Direção Geral de Agricultura, Estatística Agrícola, elaborada na Direção dos Trabalhos da Carta Agrícola, e publicado em 1888. Consultado através da Biblioteca Nacional Digital (consultado a 10 de abril de 2020 - <http://purl.pt/3638>).

Anexo L



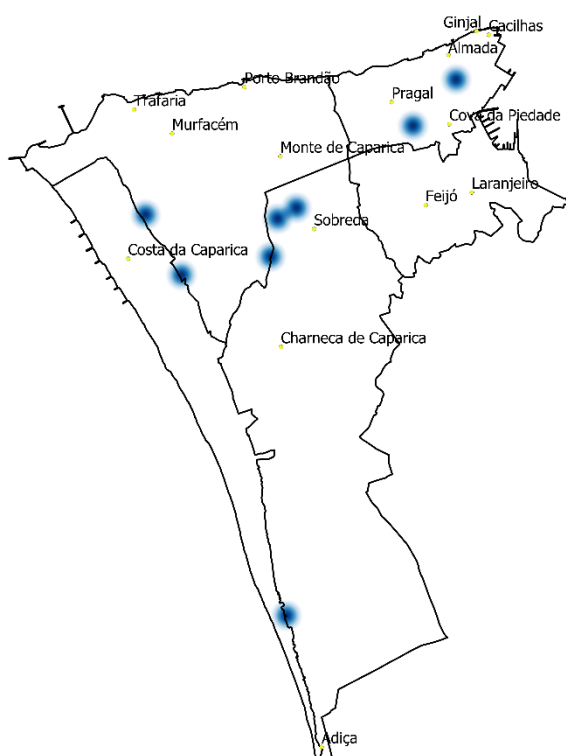
Fotografia da escavação da Fábrica Romana de Salga de Peixe de Cacilhas. Consultada no website de O Farol – Associação de Cidadania de Cacilhas (consultado a 23 de Fevereiro de 2020 - <http://o-pharol.blogspot.com/2013/02/salga-romana-de-cacilhas.html>)

Anexo M.

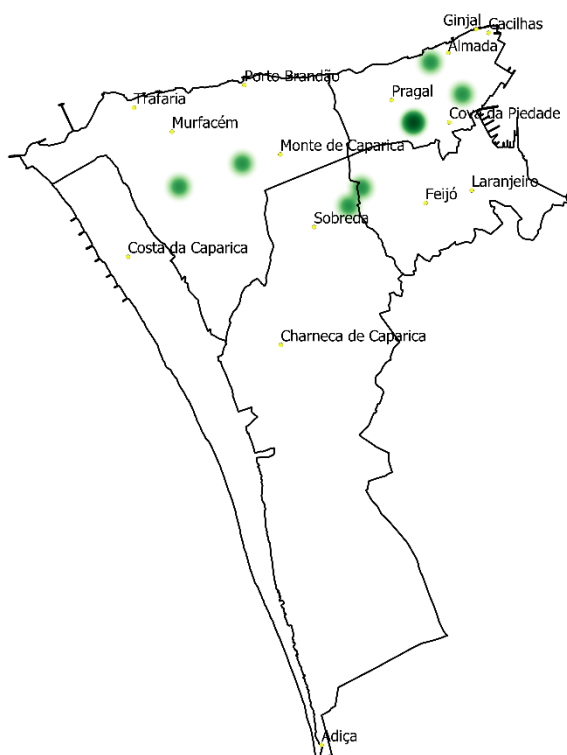


Consultado a 14 de Março de 2020 https://www.jcu.edu.au/_data/assets/pdf_file/0003/867054/Climate-Vulnerability-Index-flyer_web2.pdf

Anexo N.

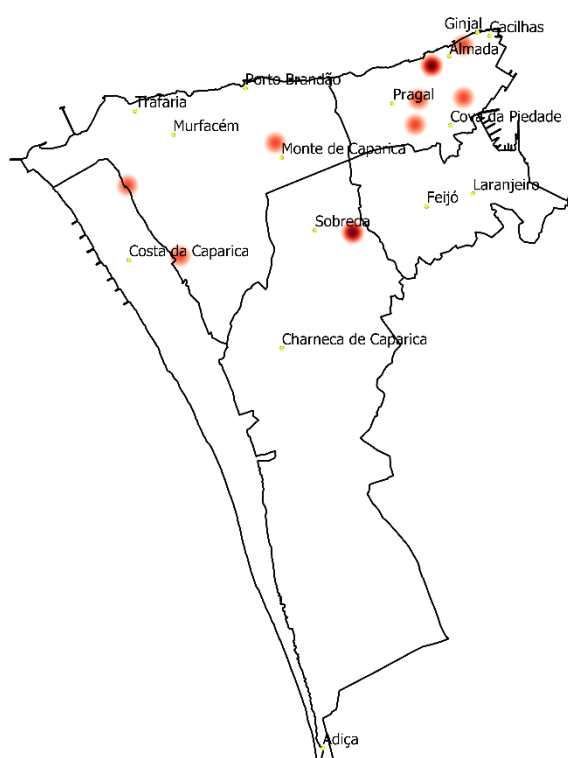


Anexo O.

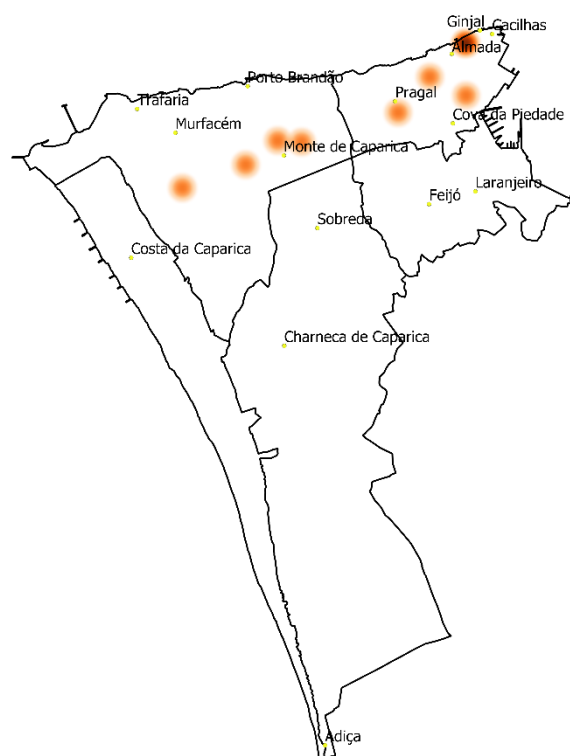


Mapas produzidos pelo próprio, sintetizando dados disponíveis no Portal do Arqueólogo e na bibliografia, onde se observa, a cores, os focos de ocupação humana durante os períodos do Paleolítico (Anexo N) e Neolítico (Anexo O).

Anexo P.

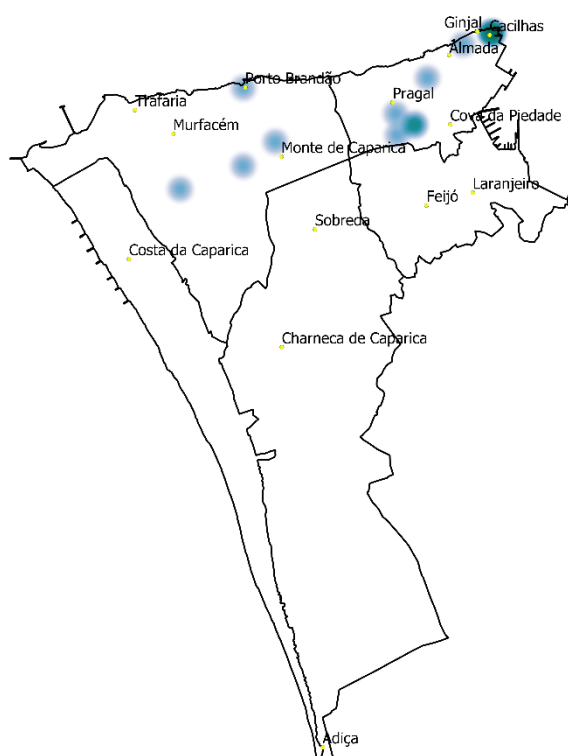


Anexo Q.

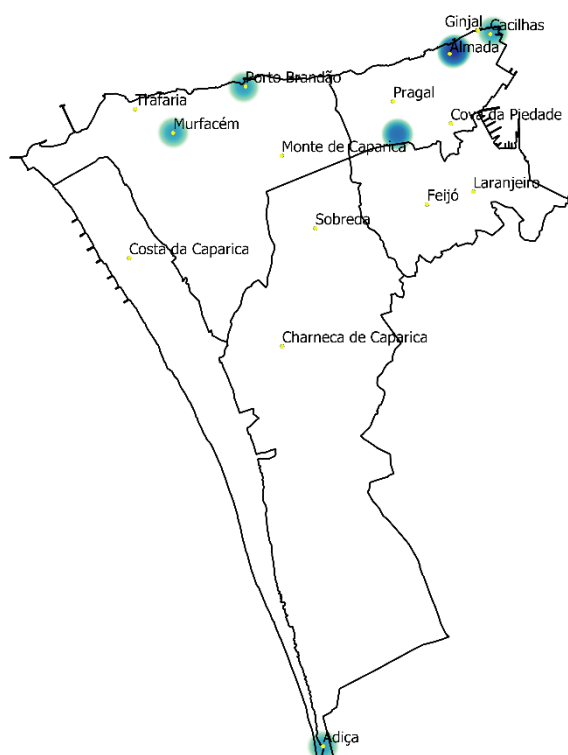


Mapas produzidos pelo próprio, sintetizando dados disponíveis no Portal do Arqueólogo e na bibliografia, onde se observa, a cores, os focos de ocupação humana durante os períodos do Calcolítico (Anexo P) e da Idade do Bronze (Anexo Q).

Anexo R.

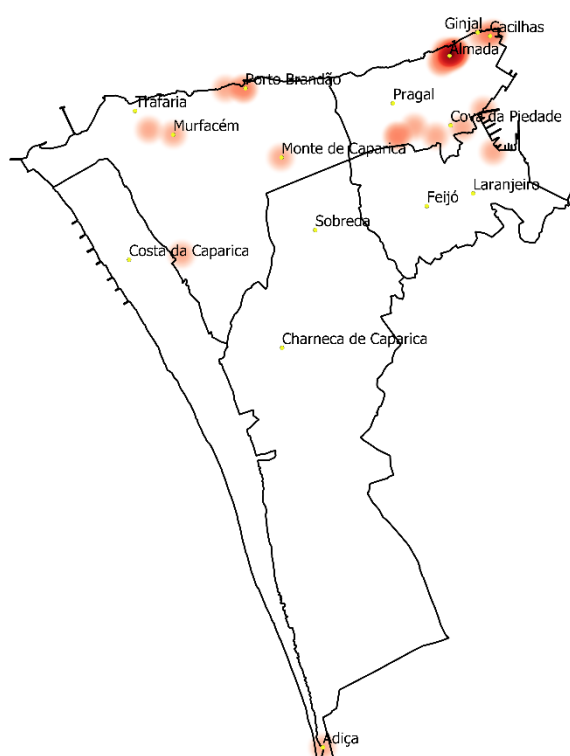


Anexo S.

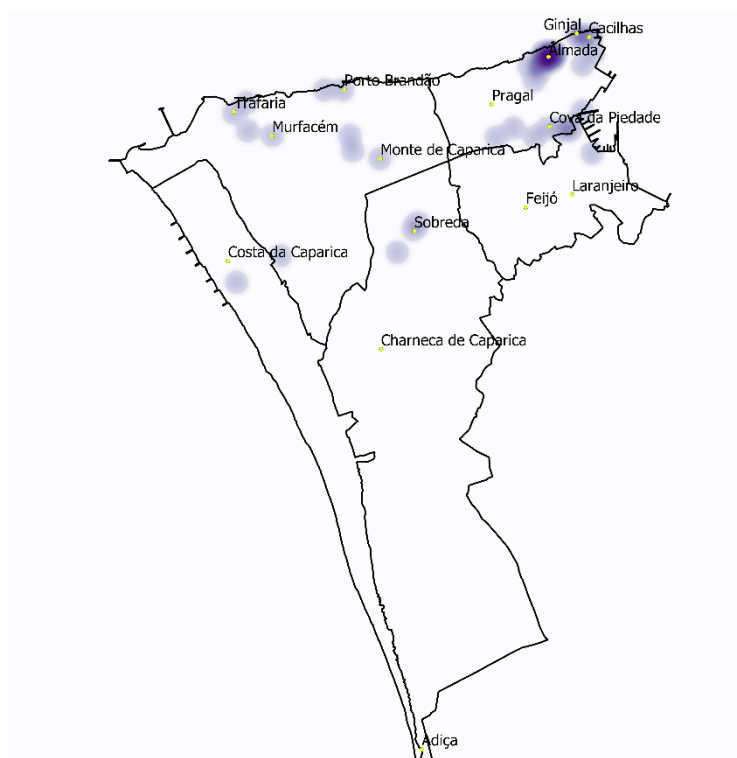


Mapas produzido pelo próprio, sintetizando dados disponíveis no Portal do Arqueólogo e na bibliografia, onde se observa, a cores, os focos de ocupação humana durante os períodos Romano (Anexo R) e Medieval Islâmico/Baixa Idade Média (Anexo S).

Anexo T.

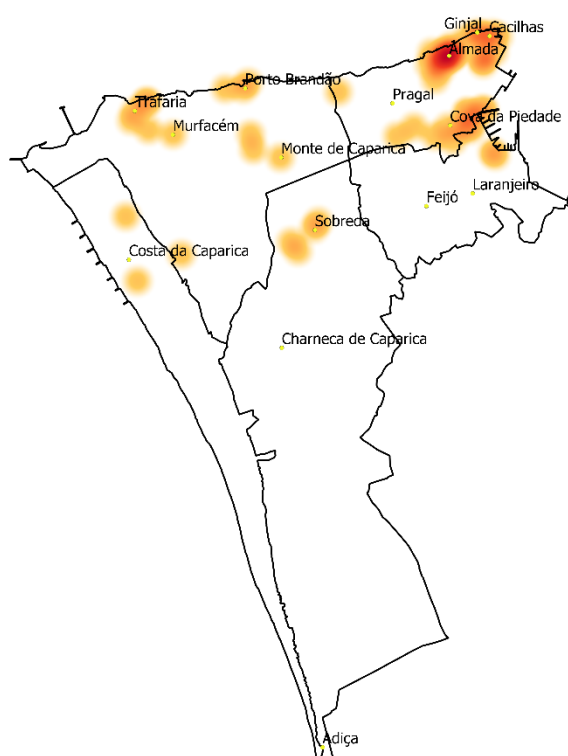


Anexo U.

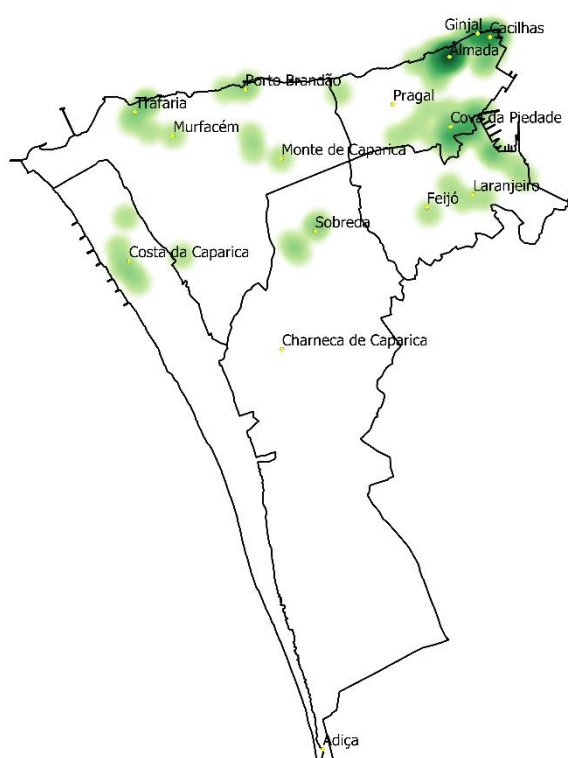


Mapas produzido pelo próprio, sintetizando dados disponíveis no Portal do Arqueólogo e na bibliografia, onde se observa, a cores, os focos de ocupação humana durante os períodos da Alvorada da Idade Moderna - século XIV a XVI (Anexo T) e da Idade Moderna - século XVI ao século XVIII (Anexo U).

Anexo V.



Anexo W.



Mapas produzido pelo próprio, sintetizando dados disponíveis no Portal do Arqueólogo e na bibliografia, onde se observa, a cores, os focos de ocupação humana durante os períodos da Almada Industrial do século XIX (Anexo V) e da Almada Republicana e Operária do século XX (Anexo W.).

Anexo X.

IM – Interesse Municipal ¹⁸³	7
MIP – Monumento Interesse Público	2
SIP – Sítio de Interesse Público	1
IIP - Imóvel de Interesse Público	6
MN – Monumento Nacional	1
Património classificado (total)	16

Os Imóveis de Interesse Municipal:

1. Nora de Ferro – sita na Escola Básica Comandante Conceição e Silva;
2. Edifício da antiga Igreja de São Sebastião;
3. Quinta de São Miguel;
4. Quinta de Santo António da Bela Vista;
5. Quinta de Santa Rita;
6. Quinta de Nossa Senhora da Conceição;
7. Quinta de São Francisco de Borja;

Os Monumentos de Interesse Público:

1. Palacete António José Gomes;
2. Igreja da Misericórdia de Almada;

O Sítio de Interesse Público:

1. Estação Arqueológica da Quinta do Almaraz;

Os Imóveis de Interesse Público:

1. Fábrica Romana de Salga de Cacilhas;
2. Fábrica de Moagem do Caramujo;
3. Capela de São Tomás de Aquino;
4. Palácio da Cerca;
5. Pelourinho de Almada;
6. Quinta de São Lourenço;

O Monumento Nacional:

1. Fortaleza da Torre Velha ou Torre de São Sebastião da Caparica;

¹⁸³ A estes 7 registos somam-se, em vias de classificação para Interesse Municipal os Edifícios do Cineteatro e Cinema da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense (AIRFA), o Edifício do Cinema da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense (SFIA) e o Plano Inclinado/Estaleiro do Porto Brandão. (DGPC, 2020).

Anexo Y.

Sítios arqueológicos:

Almada/Pragal/Cacilhas/ Cova da Piedade	Monte de Caparica e Trafaria	Charneca e Sobreda	Costa da Caparica	Laranjeiro e Feijó
42	27	4	8	0

Pré e Proto História	39
Romano	14
Medieval Islâmico	6
Medieval Cristão	10
Moderno	22
Contemporâneo	16
Indeterminado	10

Meio Terrestre	63
Meio Aquático	20
Total	83¹⁸⁴

¹⁸⁴ Este valor engloba 2 sítios, presentes no inventário do Portal do Arqueólogo, que, contudo, não possuem identificação específica quanto à freguesia na qual se localizam.



Anexo Z.

Organograma da Câmara Municipal de Almada.

Acedido a 21.09.2020 (<http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=organograma>)